



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



MARILIA ANDRADE FONTES

NÓS AQUI SOMOS UM BARCO DE APRENDER COM O OUTRO:
REDES DE AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA CAMPONESA



SÃO CRISTÓVÃO

2019

MARILIA ANDRADE FONTES

**NÓS AQUI SOMOS UM BARCO DE APRENDER COM O OUTRO:
REDES DE AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA CAMPONESA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Geografia da Universidade Federal de
Sergipe como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos
Filho

SÃO CRISTÓVÃO

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Fontes, Marília Andrade

F683n Nós aqui somos um barco de aprender com o outro : redes de agroecologia na construção da autonomia camponesa / Marília Andrade Fontes ; orientador Eraldo da Silva Ramos Filho. – São Cristóvão, SE, 2019.

180 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Geografia agrícola. 2. Economia agrícola. 3. Capital – Economia. 4. Ecologia agrícola. 5. Camponeses – Sergipe. 6. Territorialidade humana. I. Ramos Filho, Eraldo da Silva, orient. II. Título.

CDU 911.3:63:332.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado

em Geografia de Marília Andrade Fontes.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, com início às quatorze horas, realizou-se no auditório do Departamento de Psicologia, localizado na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão-SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de Marília Andrade Fontes, intitulada: "Nós aqui somos um barco de aprender com o outro: Redes de Agroecologia na construção da autonomia camponesa". A Banca Examinadora foi presidida pelo Professor Doutor Eraldo da Silva Ramos Filho, que abriu a sessão pública e passou a palavra para a doutoranda proceder à apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Edmar Ramos de Siqueira, Inêz Maria Cardoso, Peter Michael Rosset e Monica Cox de Brito Pereira arguiu a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, o Professor Doutor Eraldo da Silva Ramos Filho, na condição de orientador, teve comentários sobre a Tese apresentada e destacou a importância para a sua concepção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu aprovar a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 28 de Fevereiro de 2019.

Eraldo da Silva Ramos Filho

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho
Orientador e presidente da banca

Edmar Ramos de Siqueira

Prof. Dr. Edmar Ramos de Siqueira
Examinador externo

Inêz Maria Cardoso

Profa. Dra. Inêz Maria Cardoso
Examinadora externa

Peter Michael Rosset

Prof. Dr. Peter Michael Rosset
Examinador externo

Monica Cox de Brito Pereira

Profa. Dra. Monica Cox de Brito Pereira
Examinadora externa

Marília Andrade Fontes

Marília Andrade Fontes
Doutoranda

Certa vez ouvi um provérbio que dizia: a agricultura é a arte de colher o sol. Em nome do Seu Joel (in memoriam), dedico esse trabalho a todos os camponeses e camponesas que não só colhem o sol para nos alimentar, mas que também pela rebeldia nos ensinam a esperança.

AGRADECIMENTOS

Ao povo brasileiro que mantém a universidade pública, ainda que tão poucos tenham acesso. Agradeço de modo muito especial aos camponeses, camponesas, extensionistas e pesquisadores da Rede Camponesa de Agroecologia por partilharem o caminhar, por partilharem sonhos.

Agradeço à minha mãe, pai, madrinha, irmão, cunhada, irmã e ao Luís, que são apoio incondicional em cada etapa da vida. Ao Lucas por ser amor, alegria e estímulo.

Aos amigos por estarem sempre perto, ainda que distantes. Ao Rabanal, amigo-irmão.

À CAPES por conceder a bolsa de estudos. Aos amigos do LABERUR, que dividiram as angústias e colaboraram com os estudos.

Ao Eraldo pelas orientações e compreensão. À Irene pelo exemplo.

RESUMO

A questão agrária no Brasil é desigual e contraditória: avança incorporando terras, produzindo relações capitalistas, mas produz também, contraditoriamente, relações camponesas de produção (OLIVEIRA, 1990). Martins (1981) explica que a expansão do capitalismo no campo se dá pela sujeição da renda territorial ao capital, seja comprando terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês. O campesinato possui como principal instrumento para sua criação e recriação a *luta pela terra* (FERNANDES, 2008a). Ainda existe a *luta na terra*, que é a luta contra a subordinação ao capital, pela construção de autonomia e fortalecimento dos territórios camponeses. Essa pesquisa-ação se realiza atuando junto a um campesinato que, recriado através da *luta pela terra*, organizou uma Rede Camponesa de Agroecologia como uma estratégia de *luta na terra* que impulsiona a resistência e enfrentamento à subordinação do capital. Essa rede foi organizada por meio de intercâmbios de trocas de saberes, baseados nos princípios metodológicos “camponês a camponês”, que segundo Holt-Gimenez (2008), produz conhecimento por meio de intercâmbio de trocas de saberes que ressignificam as experiências camponesas, criam processos de irradiação da agroecologia, orientados pela horizontalidade e protagonismo camponês. A tese central desse trabalho é que as Redes Camponesas de Agroecologia são capazes de construir processos que contribuem com a autonomia camponesa ampliando o controle de seus territórios e, dessa forma, fortalecendo a *luta na terra*. Para isso, foram elucidadas as formas de subordinação do campesinato pelo capital, assim como as estratégias de construção da autonomia camponesa. Ainda, o resgate histórico da construção do movimento agroecológico no Brasil e a compreensão teórica da agroecologia constituíram-se o ponto de partida para compreender e identificar os processos de autonomia impulsionados pela Rede Camponesa de Agroecologia. Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar se a Rede Camponesa de Agroecologia contribuiu com a (re)territorialização, resistência, ampliação da autonomia e do controle dos territórios camponeses em Sergipe. Articula-se ainda os objetivos específicos: i) descrever o processo de construção da Rede Camponesa de Agroecologia por meio dos intercâmbios orientados pela metodologia “camponês a camponês”; ii) identificar e analisar os resultados/impactos da Rede Camponesa de Agroecologia na autonomia camponesa; iii) analisar o processo de fortalecimento e construção de territórios camponeses e da agroecologia a partir da experiência de organização em rede. Essa pesquisa-ação, ou pesquisa-militante, utilizou como metodologias a observação participante, os círculos de culturas e sistematização de experiências. Considero, por fim, que frente à expansão do capital no campo, o campesinato cria e recria estratégias para ampliar sua autonomia, entre elas a experiência de construção da Rede Camponesa de Agroecologia nos deixa o aprendizado do significado e centralidade da autonomia camponesa e suas dimensões. Aponta importantes caminhos para impulsioná-la, mostrando que por meio da agroecologia é possível ampliar a autonomia camponesa, transformando não apenas as relações de produção, mas alterando também as relações políticas, sociais e econômicas, fortalecendo o modo de vida e o território camponês.

Palavras-chave: Questão Agrária. Campesinato. Território. Autonomia Camponesa.

ABSTRACT

The agrarian issue in Brazil is unequal and contradictory. Accordingly, it advances by incorporating land, by generating capitalist relations, but also by producing - contradictorily - peasant production relations (OLIVEIRA, 1990). Martins (1981) explains that the expansion of capitalism in rural areas happens by the subjection of land income to capital, whether by the buying of land to sell or exploit, or by subordinating the peasant production. Peasants have in the *fight for land* the main tool for their creation and recreation (FERNANDES, 2008). There is also the *fight for land* that is the fight against subordination to capital, for the construction of their autonomy and the strengthening of peasant territory. The present research-action was conducted in acting with peasants which, recreated by the *fight for land*, assembled an Agroecology Peasant Network as a strategy for *fighting for land* that drives the resistance and the confrontation against subordination to capital. The network was organized by means of exchanges of knowledge, based on the “Peasant to Peasant” methodological principles, which, according to Holt-Gimenez (2008), produce knowledge by the exchange of knowledge that resignify the peasant lived experiences, create processes for the spreading of agroecology, guided by the horizontality and peasant protagonism. The central thesis of this work is that Agroecology Peasant Networks are capable of building up processes that contribute to peasants’ autonomy, expanding their control over their territories, thus strengthening the *fight for land*. I thus elucidate the ways capital subordinates the peasants, and the strategies for constructing peasant autonomy. Moreover, the retrieval of the history of the emergence of the agroecological movement in Brazil and a theoretical discussion of agroecology constituted the starting point from which to understand and identify the processes towards autonomy driven by the Agroecology Peasant Network. This research also has the goal of analyzing whether the Agroecology Peasant Network contributed to the (re)territorialization, resistance, and expansion of autonomy and control over peasant territories in Sergipe. Deriving from this general goal are the following specific aims: (i) to describe the construction process of the Agroecology Peasant Network by means of exchanges led by the Peasant to Peasant methodology; (ii) to identify and analyze the results/impacts of the Agroecology Peasant Network for peasant autonomy; (iii) to analyze the process of strengthening and construction of peasant territories and of agroecology from the viewpoint of a network organization. This research-action or militant research followed the methodologies of participant observation; culture circles; and systematization of experiences. Finally, I sustain that, given the expansion of capital in rural areas, the peasants create and recreates strategies to expand their autonomy; among them, the experience of the construction of the Agroecology Peasant Network leaves us with a lesson of the significance and centrality of peasant autonomy and its dimensions. It also points to important pathways to foster it, showing that, by means of agroecology, it is possible to expand peasant autonomy, transforming not only the relations of production, but also altering the economical, social, and political relations, strengthening the peasant way of life and their territory.

Keywords: Agrarian issue. Peasants. Peasantry. Territory. Peasant Autonomy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Principais características da pesquisa-ação	20
---	----

Quadro 2 - Princípios do círculo de cultura utilizados como instrumento de pesquisa	23
Mapa 1 - Espacialização de assentamentos rurais no Brasil entre 1979 a 2016	34
Gráfico 1 - Número de famílias em ocupações de terra no Brasil entre 1988 a 2016	42
Gráfico 2 - Número de assentamentos rurais criados no Brasil entre 1985 a 2016	43
Quadro 3 – Evolução do índice de Gini de 1950 a 2006 no Brasil	43
Quadro 4 – Etapas e ferramentas metodológicas utilizadas nos intercâmbios de troca de saberes	61
Figura 1 - Intercambistas no lote do Aguinaldo; ao fundo, mata ciliar do rio dos Macacos	66
Figura 2 - Casa de farinha da família do seu Quiquias e dona Euzinete, assentamento Rosa Luxemburgo	68
Figura 3 - Horta diversificada de dona Nete; ao fundo, o “muro verde”	71
Figura 4 - Roça do Futuro: Negão apresentando os princípios que utiliza na construção de seu sistema agrário	73
Figura 5 - Intercâmbio da I Jornada de Camponês A Camponês.	76
Figura 6 - Oficina de análise popular de solo e, ao fundo, oficina de cobertura do solo	78
Quadro 4 - Primeiro ciclo de intercâmbios do grupo Estância/Santa Luzia Do Itanhy pertencente à Rede Camponesa de Agroecologia	79
Figura 7 - Seu Pedro na roça de mandioca	81
Figura 8 - Oficinas de Outubro: aprendendo a importância da cobertura do solo	82
Figura 9 - Organização da roda de avaliação do intercâmbio no lote do Seu Beto, na Colônia Sucupira, Arauá	84
Figura 10 - Plantio de laranja do lote de Zé Luzia	87
Figura 11 - Intercâmbio no sistema agrário de Zé Lambiqueiro, assentamento 27 De Abril, Município de Tomar Do Geru	90
Quadro 5 - Primeiro ciclo de intercâmbios do grupo Arauá/Tomar do Geru da Rede Camponesa de Agroecologia	91
Figura 12 - Marcos apresentando o plantio de mamão de seu sistema agrário	93
Figura 13 - Plantio consorciado conduzido por Fausto	94
Figura 14 – Estrutura da composteira e, ao fundo, o sistema agrário de Dona Carmosina	96
Figura 15 – Área irrigada de José Ailton no assentamento Sete Brejos, município de Indiaroba	97

Figura 16 - Horta das mulheres do Assentamento Campo Alegre, Município De Umbaúba	101
Quadro 6 - Primeiro ciclo de intercâmbios do grupo de Indiaroba da Rede Camponesa De Agroecologia	102
Figura 17 - Intercâmbio no lote de Seu Antônio Pedro, no P.A Padre Josimo, Itaporanga/SE ...	104
Figura 18 - Aparecida na área do plantio onde as macaxeiras estavam apodrecendo a raiz	105
Figura 19 - Seu Luiz mostrando como faz a cobertura do solo com a vegetação espontânea.....	106
Figura 20 - Dona Lúcia exibindo orgulhosa a produção de pimentão	109
Figura 21 - Quintal produtivo de Seu Cassiano e Gecira	111
Figura 22 - Sistema agrário conduzido por Seu Manoel	112
Figura 23 - Mutirão no intercâmbio: capina do quintal produtivo	113
Figura 24 - Preparo da calda bordalesa para controle de fungos na plantação de pinha	115
Quadro 7 - Primeiro ciclo de intercâmbios do grupo de Itaporanga da Rede Camponesa De Agroecologia	115
Figura 25 - Festival da Colheita e Troca de Sementes “Camponês A Camponês”	117
Figura 26 - Confraternização da Rede Camponesa de Agroecologia	118
Figura 27 - Intercâmbio interestadual no SAF de Henrique Souza	120
Mapa 2 - Grupos da Rede Camponesa De Agroecologia, 2014	122
Quadro 8 - Princípios da Rede Camponesa De Agroecologia	123
Diagrama 1 - Ciranda da Autonomia Camponesa	128
Quadro 9 - Aprendizados extraídos dos intercâmbios	149
Quadro 10 - Dispersão da diversidade a partir de intercâmbio na Paraíba	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição química média das fontes de adubo orgânico usado por Gecira e Cassiano	112
Tabela 2 - Comunidades e número de famílias que participaram dos intercâmbios, 2014	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

O QUE É O CAMPESINATO?.....	28
------------------------------------	-----------

1.1. A Questão Agrária	33
------------------------------	----

1.2 – Lutas camponesas: a centralidade da luta pela terra e a necessidade da luta na terra	41
--	----

1.2.1 – Movimento Agroecológico Brasileiro	49
--	----

CAPÍTULO 2

O FIO QUE PASSA PERPASSA, VAI CONSTRUINDO A REDE PASSO A PASSO	56
---	-----------

2.1 – Alinhavando conhecimentos: a dinâmica dos intercâmbios agroecológicos.....	60
--	----

2.2 – Aprendendo a tecer: a formação da rede por meio dos intercâmbios nos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy	67
---	----

2.3 – Exercitando o coser: a formação da rede por meio dos intercâmbios nos municípios de Arauá e Tomar do Geru	83
---	----

2.4 – Refazendo costuras: a formação da rede por meio dos intercâmbios no município de Indiaroba	95
--	----

2.5 – Conformando a trama: a Formação da rede por meio dos intercâmbios no município de Itaporanga	106
--	-----

2.6 – Novos pontos: outras atividades da Rede	119
---	-----

2.7 – Arrematando os nós: rede como forma de organização social	123
---	-----

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIAS DE AUTONOMIA CAMPONESA.....	128
--	------------

3.1 – Agroecologia na construção de processos da autonomia camponesa.....	1376
---	------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
---	------------

ANEXOS.....	174
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

A questão agrária é entendida como o conjunto de problemas inerentes ao avanço e ao desenvolvimento do capitalismo no campo. No Brasil, possui como elementos centrais: a alta concentração de terras; estrutura fundiária marcada pela presença de latifúndios e minifúndios; exclusão, expropriação e pauperização dos camponeses, além dos conflitos por terras e território e processos de resistências a esse avanço do capital por meio da luta *pela* terra e reforma agrária.

Outro processo integrante desta problemática refere-se à luta *na* terra, que envolve as dimensões produtivas, econômicas, educacionais etc. Luta *na* terra diz respeito às estratégias de resistência e alternativas criadas pelo campesinato para ampliar o controle de seus territórios, impedindo ou diminuindo os processos de subsunção ao capital e impulsionando processos de ampliação da autonomia camponesa.

Contraditoriamente, ao se desenvolver, o capital incorpora terras e gera relações capitalistas, mas também produz relações camponesas, caracterizando um processo de desenvolvimento desigual e contraditório (OLIVEIRA, 1990). A leitura espacial desta questão estrutural no capitalismo impulsiona o movimento de (des)(re) territorialização do capital e do campesinato. Qual seja, ao passo que o capital incorpora terras, se territorializa desterritorializando o campesinato por meio da expulsão e expropriação do camponês. Este, por sua vez, pode ser territorializado ou reterritorializado pelo capital, como, por exemplo, por meio do arrendamento de terras, no estabelecimento de relação de meeiro, entre outras formas. Também o campesinato se territorializa ou reterritorializa por meio da luta pela terra e pela reforma agrária e, quando o faz, desterritorializa o capital (FERNANDES, 2005).

Território aqui é entendido como uma produção social, são as relações sociais produzidas e apoiadas num dado espaço, é uma construção, um processo que se dá de forma permanente ao longo da história. É a apropriação do espaço por relações sociais que o produzem e o mantêm a partir de uma forma de poder (FERNANDES, 2005; HAESBAERT, 2004) que retratam intencionalidades antagônicas das classes. Os proprietários de terra têm como objetivo auferir a renda da terra e a acumulação capitalista, enquanto a classe camponesa tem como objetivo a renda camponesa, que é sua reprodução social diante dos parâmetros de satisfação de suas necessidades.

É possível ter o controle dos territórios, das relações produtivas, políticas, econômicas etc., sem ter a posse ou propriedade privada do espaço onde se constroem essas relações. Deste modo,

mesmo em terras camponesas, o capital pode se realizar, seja controlando a produção, o trabalho ou o resultado do trabalho de tipo camponês, seja controlando as relações de comercialização, crédito, da produção de conhecimento, ou qualquer outra dimensão da vida. Portanto, o capital também se expande por meio da subordinação do campesinato (MARTINS, 1981; BARTRA VERGÉS, 2011; OLIVEIRA, 2004).

Essa disputa e relações de poder no campo são materializadas no antagonismo entre o agronegócio e a agricultura camponesa. O agronegócio, termo utilizado para caracterizar a fase mais recente do desenvolvimento do capital no campo, tem como característica a integração do capital financeiro e agroindustrial com a grande propriedade fundiária modernizada tecnicamente (DELGADO, 2005).

Forja um processo de produção do espaço caracterizado pela intensa capilarização das relações capitalistas de produção. Ditado pelo mercado mundial, tem forte apelo ideológico no aumento da produtividade, sendo extremamente dependente da utilização de fertilizantes industriais, da motomecanização, do plantio em grandes escalas e em monoculturas, e faz uso indiscriminado de agrotóxicos¹. Este é parte de um pacote tecnológico que segue atualmente em um contexto de disputa com o modelo de vida e de produção do campesinato e de suas comunidades. Desmarais (2013), ao tratar sobre a mundialização do capital na agricultura, observa que o avanço deste processo de integração entre o capital financeiro e industrial à agricultura diminuiu a autonomia camponesa, quando parte do campesinato estabeleceu uma relação de dependência das empresas do agronegócio.

No Brasil, importante estratégia de realização da agricultura sob o modo capitalista de produção fundamentou-se na Revolução Verde, cuja forte disseminação foi devido ao apoio do Estado que, a partir de década de 60, teve como objetivo central atrelar o setor agrícola ao circuito industrial. Assim, priorizou as grandes propriedades de terra, favorecendo sua modernização e expansão com consequente expropriação da terra do trabalho familiar no campo. Isso produziu uma mobilidade do campo para a cidade, funcional ao processo de industrialização brasileira, pois formou um exército de reserva, ou seja, abundante mão de obra excedente que permitiu o avanço

¹ Cf.: BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**, São Paulo: FFLCH-USP, 2017, 296p.; RIGOTTO, Raquel Maria. **Pesticide used in Brazil and problems for public health**, Rio de Janeiro: Caderno de Saúde Pública vol. 30 n° 7, julho 2014. Acesso: <http://www.tramas.ufc.br> ; CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) et al. **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: Expressão Popular, 2015; GURGEL, Aline do Monte (Org.) et al. **Agrotóxicos e saúde**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018, 168p.

da indústria no período do “milagre econômico”². O Estado, com a finalidade de apoiar a Revolução Verde, alocou recursos públicos que subsidiaram o crédito, criou institutos de pesquisa e de assistência técnica e estruturou a circulação das mercadorias com a abertura de estradas, ferrovias e portos (GONÇALVES NETO, 1997).

Em Sergipe, o avanço do capital gerou mudanças significativas no campo. Segundo Conceição (2011), o agronegócio em Sergipe ocupou paulatinamente as áreas de cultivo alimentar realizado pela agricultura camponesa, subordinando e desterritorializando o campesinato, monopolizando a produção mediante a extração da renda da terra. Processos emblemáticos desse fenômeno são:

- a) As agroindústrias sucroenergéticas expandiram os monocultivos de cana-de-açúcar; além das terras que possuem, já ocupam pequenas e médias unidades familiares, arrendam terras, realizam a integração em assentamentos de reforma agrária, subordinando a produção camponesa ao complexo industrial de produção de açúcar, cachaça, energia e etanol (CONCEIÇÃO, 2011);
- b) As agroindústrias de cítricos, vinculadas ao mercado internacional da laranja, por meio do monopólio de mercado, mantêm os preços da laranja abaixo do custo de produção. Dessa forma, diante da produção camponesa, que concentrava a maior parte da produção de laranja no estado, o capital se apresenta como único comprador, tornando a venda cativa às indústrias beneficiadoras de cítricos, que extraem dos camponeses o lucro que tal produção deveria realizar (CONCEIÇÃO, 2011).
- c) A instalação de laticínios industriais nas últimas décadas tem paulatinamente subordinado – por meio do controle e monopólio do preços do leite e derivados – os camponeses produtores de leite (atividade majoritariamente camponesa) e, assim, desestruturado toda a organização produtiva e de beneficiamento que o campesinato havia organizado em torno da pecuária leiteira (fabriquetas familiares e cooperativas de beneficiamento e produção de derivados do leite);

² O milagre econômico foi o período durante o governo militar compreendido entre os anos de 1969 e 1973, que se caracterizou pelo elevado crescimento econômico afincado aos planos nacionais de desenvolvimento com apoio para a industrialização de substituição de importação, criação das indústrias de base (siderurgia, energia e petroquímica), além de programas nas áreas de transporte, energia e estratégias militares, e que ficou marcado pela realização de grandes projetos de infraestrutura com baixo grau de importância. O milagre econômico deixou como herança um crescimento exponencial da dívida externa brasileira, crescimento da desigualdade de renda e social.

- d) As transnacionais produtoras de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes industriais, agrotóxicos) impulsionam a expansão do milho transgênico³ em pequenas e médias propriedades, principalmente nos municípios da porção ocidental sergipana. A subordinação camponesa se realiza por meio do controle do capital de toda a cadeia produtiva desde a semente, introduzindo os organismos geneticamente modificados, o crescente uso de fertilizantes industriais e agrotóxicos, o beneficiamento, circulação e comercialização do milho (CUNHA, 2015). É importante ressaltar que a introdução das sementes transgênicas de milho tem um efeito devastador devido à contaminação genética das sementes crioulas^{4, 5}. Ou seja, ainda que o camponês não plante o milho transgênico e preserve sua semente crioula, esta autonomia é ameaçada pela expansão dos milhos transgênicos.

O capital, ao subsumir o campesinato à sua lógica de produção mediante a extração de renda da terra como fonte de rendimentos adicionais, modifica a paisagem, substitui cultivos alimentares por *commodities* agrícolas, diminui a capacidade da economia camponesa de se autorregular, corrói o modo de vida e de organização do campesinato.

Porém, o campesinato segue existindo e resistindo ao longo dos séculos e em diferentes formas de organização das sociedades nas quais estão inseridos. O não desaparecimento do campesinato se deve, em parte, à sua capacidade permanente de reprodução e à sua inerente busca e construção de autonomia. Autonomia camponesa diz respeito à própria condição de ser camponês, ou seja, à condição de viver e de se organizar de acordo com a lógica das sociedades e comunidades camponesas, de realizar o trabalho familiar, de manter as bases da economia

³ Cf: CUNHA, Jacksilene Santana. **O agronegócio do milho transgênico no oeste sergipano**. São Cristóvão: UFS, 2015. f.175.

⁴ A polinização do milho é cruzada. Simplificadamente, isso significa que, para produzir sementes, a polinização acontece entre duas plantas diferentes (a parte masculina da planta se desloca pelo vento até a parte feminina de outra planta). Portanto, o impacto da introdução do milho transgênico vai além dos campos onde são produzidos e do controle de sua cadeia produtiva. Acarreta também na perda e erosão genética das sementes crioulas, que, por meio da polinização cruzada, se contaminam com germoplasmas transgênicos.

⁵ Cf: PEREIRA, Viviane Campelo. Agrobiodiversidade Ameaçada: dos direitos dos agricultores e o risco da contaminação transgênica. In: SOGLIO, Fábio Dal e KUBO, Regina Rumi (orgs.). **Desenvolvimento, Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 206.

NORDARI, Rubens Onofre e GUERRA, Miguel Pedro. Plantas Transgênicas e seus produtos: impactos, riscos e segurança alimentar (biossegurança de plantas transgênicas). Campinas: **Revista de Nutrição**. 16 (1): 105 -115, jan./mar. 2003.

camponesa, de ter acesso aos bens naturais necessários à produção de alimentos, de realizar agricultura de forma diversificada e adequada culturalmente em coprodução com a natureza.

Existe, então, a luta na terra. Uma das formas de realizá-la é a busca pela construção da autonomia, que visa garantir e ampliar o controle dos territórios camponeses por meio de processos de organização política e produtiva, de resistência para garantir a realização do trabalho familiar e criando alternativas econômicas, produtivas, sociais, de conhecimento, tecnológicas e políticas que impeçam os processos de subordinação ao capital.

Nesse contexto - de contraponto, de luta e busca de alternativas ao desenvolvimento do capital no campo e à subordinação camponesa -, destaca-se a agroecologia, que surgiu das denúncias das consequências da Revolução Verde, como o aumento da concentração fundiária, empobrecimento dos camponeses, degradação ambiental, os riscos à saúde dos consumidores e produtores, e que propunha a agricultura alternativa como contraproposta à matriz produtiva propagandeada pela Revolução Verde.

A base histórica da agroecologia no Brasil é a agricultura alternativa (anos 70), que, ao incorporar-se à dimensão prática as dimensões de movimento político e de ciência, resulta no atual conceito de agroecologia, que é entendido de forma indissociável como movimento, prática e ciência. A agroecologia lança as bases para o manejo ecológico dos sistemas agrários envolvendo os aspectos produtivos, tecnológicos, os processos biológicos, socioeconômicos, culturais e políticos da produção, circulação e distribuição dos alimentos, desde a escala local à escala global. Portanto, compreendo a agroecologia como elemento estratégico na construção/ampliação da autonomia camponesa.

Esta tese de doutorado se situa na disputa entre o agronegócio e agricultura camponesa, no movimento de (des)(re) territorialização do campesinato e os processos de subordinação ao capital. Analisa as respostas do campesinato ao desenvolvimento do capital no campo, suas estratégias de resistência, permanência, construção e ampliação da autonomia, compreendendo a agroecologia como um recente elemento da questão agrária que fortalece a luta na terra.

A pesquisa foi realizada junto à Rede Camponesa de Agroecologia, da qual fiz parte. A Rede consistiu em uma organização de camponeses, pesquisadores e extensionistas que se conformou nos municípios situados na porção sul do estado de Sergipe, com o objetivo de irradiar a agroecologia e construir o conhecimento agroecológico por meio de intercâmbios de troca de conhecimentos. Nasceu inspirada nos movimentos e nas redes de agroecologia existentes no Brasil

e na metodologia *Campesino a Campesino*, que teve origem na Nicarágua, irradiou para Guatemala, México e Cuba, se espacializou por toda América Latina, em especial devido ao grande êxito em Cuba, aliado ao fomento e divulgação realizados pela Via Campesina, entidade de articulação mundial dos movimentos sociais camponeses (HOLT-GIMENEZ, 2008).

A tese da pesquisa é que as Redes Camponesas de Agroecologia são capazes de construir processos que contribuem com a autonomia camponesa, ampliando o controle de seus territórios, e, dessa forma, fortalecendo a luta na terra. Articula-se a esta tese o objetivo geral da pesquisa de analisar se a Rede Camponesa de Agroecologia contribuiu com a (re)territorialização, resistência, ampliação da autonomia e do controle dos territórios camponeses em Sergipe.

A pesquisa teve por objetivos específicos: i) construir e descrever o processo de constituição da Rede Camponesa de Agroecologia por meio dos intercâmbios orientados pela metodologia “Camponês a Camponês”; ii) identificar e analisar os resultados/impactos da Rede Camponesa de Agroecologia na ampliação da autonomia camponesa; iii) analisar o processo de fortalecimento e construção de territórios camponeses e da agroecologia a partir da experiência de organização em rede.

Ademais, este trabalho de pesquisa inclui não somente a participação ativa da pesquisadora frente ao processo analisado e construído, mas também da pesquisadora enquanto agente que se compromete e atua na realidade, sonhando com o impulsionamento de processos de sua superação. O início dessa trajetória foi ainda nos tempos da graduação em Engenharia Florestal, no ano de 2002, junto ao movimento estudantil, a alguns professores e aos grupos de agricultura alternativa da Universidade Federal de Viçosa.

O primeiro contato com camponeses foi em um assentamento de reforma agrária como bolsista de um projeto de extensão da UFV que, aliado à militância no movimento estudantil, me aproximou dos movimentos sociais (MAB e MST). Durante a execução do projeto, pude compartilhar a realidade vivida, as dificuldades e conhecer a luta diária daquelas famílias. Nessa busca, iniciei o diálogo com a Geografia, bebi nessa fonte para construir a monografia de conclusão do curso, que já trazia o tema da questão agrária como central para o entendimento das disputas que acontecem no campo, na produção do conhecimento e que influencia diversos setores da sociedade.

No ano de 2007, recém-concluída a graduação, fui trabalhar e fixar residência em Sergipe, onde pude mergulhar no cotidiano de famílias que lutavam para conquistar suas terras e também

daquelas que já haviam conquistado, buscando, de forma criativa, soluções para os problemas e dificuldades encontradas no dia a dia do fazer agricultura camponesa. A experiência com a extensão rural me possibilitou conhecer os sistemas agrários e a lógica camponesa que os orientam.

Aprofundar na compreensão dessa realidade e atuar junto a ela, fortalecendo os processos em curso e impulsionando novas construções motivou o ingresso no mestrado em 2010 no Núcleo Pós-Graduação em Agroecossistemas - NEREM, na Universidade Federal de Sergipe. Essa pesquisa acadêmica analisou as experiências camponesas que desenvolviam sistemas agroflorestais complexos, uma prática alicerçada nos princípios da agroecologia, que introduz o elemento arbóreo aos sistemas agrícolas, trazendo diversidade alimentar, energética, capaz de gerar renda e contribuir com a autonomia das famílias camponesas.

A principal pergunta que motivava a investigação do mestrado era: “se existem várias experiências camponesas com os sistemas agroflorestais e, se elas são exitosas, qual a dificuldade de essas experiências se espalharem, motivarem outros camponeses e assim serem irradiadas?” Acreditava que a resposta a essa pergunta levaria ao caminho necessário para estimular e impulsionar a diversificação dos sistemas agrários camponeses.

Foi no II Seminário Estadual de Agroecologia de Sergipe, no final do ano de 2011, que essa pergunta começou a se desvelar. A metodologia do seminário foi organizada de modo que os camponeses apresentavam suas experiências. Na mesa estavam os debatedores: professora Irene Cardoso, da Universidade Federal de Viçosa, e o professor Santiago Sarandón, da Universidade de La Plata/Argentina, que, de forma muito simples e natural, buscavam as relações entre as experiências, faziam acontecer o diálogo entre elas, apontando os aprendizados, as possíveis trocas e as superações necessárias. Naquele momento, foi possível entender que as experiências camponesas precisavam dialogar, as trocas precisavam ser estimuladas e muitas das soluções que eu buscava provavelmente já haviam sido solucionadas pelos próprios camponeses.

No balanço final desse encontro, os participantes foram provocados a organizar a rede de agroecologia para construir e fortalecer o conhecimento agroecológico por meio de intercâmbios. Poucos dias depois, organizamos um coletivo composto por extensionistas e militantes, aprofundamos os estudos e ampliamos a pergunta inicial para: “se existem várias exitosas experiências agroecológicas camponesas, qual a dificuldade de essas experiências se espalharem, motivarem outros camponeses e assim serem irradiadas?”

Nesse momento, tivemos o primeiro contato com a metodologia Camponês a Camponês, consagrada por movimentos agroecológicos em vários locais do mundo, principalmente na América Latina. Então, construímos uma proposta de atuação: o projeto “Construção do Conhecimento Agroecológico em Territórios de Identidade Rural por meio de Intercâmbios em Rede Social - CCAT”, que foi aprovado por um edital interno do macroprograma 6⁶ da Embrapa.

Em julho de 2012, aconteceu o primeiro intercâmbio orientado pela metodologia Camponês a Camponês, inspirado na experiência dos grupos de agroecologia da Zona da Mata mineira. As redes camponesas de agroecologia, as trocas e construção de conhecimento orientaram toda a atuação de um coletivo que se engajou com muito afinco para construí-las. As redes foram crescendo em ritmo acelerado, trazendo respostas à pergunta inicial, mas levantando diversas outras. Uma dessas perguntas buscava o entendimento dos processos de construção de autonomia camponesa a partir de redes de agroecologia, o que levou, então, à necessidade de estudar, refletir, formular e fazer novas proposições.

Foi então que decidi ingressar no doutorado buscando produzir conhecimento que possa ajudar com a construção da agroecologia enquanto ciência, prática e movimento, fomentando discussões, apontando estratégias de organização e, principalmente, elucidando a autonomia como elemento fundante da agroecologia e do campesinato.

Intitulada “*Nós aqui somos um barco de aprender com o outro: redes de agroecologia na construção da autonomia camponesa*”, esta pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Apoio a Pesquisa (CAPES), por meio de bolsa de estudo de doutorado. Ela se desenvolveu no âmbito do projeto financiado pela Embrapa, que teve a parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Sergipe (INCRA/SR23), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade Federal de Sergipe (LABERUR), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/SE) e a empresa de extensão rural Centro de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro (CFAC).

Portanto, é parte de uma pesquisa mais ampla que resultou, para além da constituição da própria rede, em diversos trabalhos científicos⁷, como dissertações de mestrado, trabalho de

⁶ Programa de financiamento e apoio à projetos da Agricultura Familiar da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Agropecuária.

⁷ Cf: FONTES, Marília Andrade; RABANAL, Jorge Enrique Montalván; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. “**A roça do futuro**”: a construção da metodologia camponês a camponês no sul de Sergipe. Revista Geonordeste. Ano XXIV, n.1, p. 102-127, 2013;

conclusão de curso, artigos científicos, além de comunicado técnico e relatórios de pesquisa publicados pela Embrapa Tabuleiros Costeiros.

O exposto permite entender que essa pesquisa é, desde a prática militante, fruto da atuação como extensionista rural, educadora popular e a reflexão como pesquisadora e estudante de doutorado. Esses elementos são centrais para a compreensão dos marcos teóricos do que alguns autores consideram como pesquisa-ação, o que Guzmán (2002) defendeu como pesquisa agroecológica dialética e o que, de acordo com Giarraca (2006), pode ser entendido como pesquisa militante. Nos parágrafos seguintes, apresento essas conceituações e os instrumentos/ferramentas metodológicas que utilizei para a realização dessa pesquisa.

A agroecologia como ramo da ciência reúne diversos campos e distintas formas de conhecimento para o estudo do manejo dos sistemas de produção camponês: processos biológicos, ecológicos, tecnológicos, até os processos culturais, sociais, políticos e econômicos, desde o acesso à terra e bens naturais, produção, beneficiamento e circulação dos bens produzidos, da escala local à global. Estuda ainda a organização e consolidação desse movimento político agroecológico que unifica a luta de diversos movimentos do campo. A pesquisa agroecológica une o conhecimento técnico-científico ao conhecimento tácito de povos e comunidades camponesas (em toda sua diversidade) por meio do resgate, sistematização e revalorização do conhecimento local, com o objetivo de construir em diálogo o conhecimento agroecológico que orienta e anima os processos de transformações econômicas, sociais e políticas.

SIQUEIRA, Pedro Zucon Ramos de. **A roça do futuro: agroecologia e campesinato em assentamentos de reforma agrária no território sul de Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2016;

RABANAL, Jorge Enrique Montálvan. **Campesinato, território e assentamentos de reforma agrária: tecendo redes de conhecimento agroecológico**. São Cristóvão: UFS, 2015;

FONTES, M.A; RABANAL, J.E; RAMOS FILHO, E.R. O percurso da política pública de ATER e a experiência que vem desde baixo: rede de camponeses agroecológicos em Sergipe. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; SANTOS, Ana Rocha dos; SANTOS, Laiany Rose Souza (Org.) **Agrocombustíveis, trabalho e resistências territoriais**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 283p;

SANTOS, Nair Regina Brandão. **Os impactos socioterritoriais do assentamento Roseli Nunes – Estância, Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2016;

LEITE, Reuel Machado. **A agroecologia necessita de licutixo: contribuições do método Camponês a Camponês e a produção agroecológica integrada e sustentável à resistência camponesa em assentamento de reforma agrária, Estância – SE**. São Cristóvão: UFS, 2016;

PÁDUA, Luiz Guilherme Prenazzi de. **Autonomia camponesa gestada a partir da agroecologia: estudo de caso de uma família camponesa do assentamento Paulo Freire II, Estância/Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2018;

SIQUEIRA, Edmar Ramos de; et al. **Promotores agroecológicos da região sul de Sergipe**. Revista Cadernos de Agroecologia, 2019.

SIQUEIRA, Edmar Ramos de, et al. **Construção de conhecimento agroecológico em território de identidade rural**. Comunicado técnico, Aracaju: EMBRAPA.

FERREIRA, Karoline Coelho. **Plantar, colher e comer com amor: Estratégias de produção e consumo de alimentos da rede agroecológica Camponês a Camponês em Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2017.

Guzmán (2002) propõe uma caracterização das perspectivas da pesquisa em agroecologia de acordo com a práxis do pesquisador: distributivo, estrutural e dialético. Segundo esse autor, a perspectiva distributiva é aquela que se situa principalmente no aspecto produtivo, conhecendo a realidade, estudando e aprofundando nas técnicas e manejo de produção de base ecológica. A perspectiva estrutural refere-se ao estudo da agroecologia como estratégia ao desenvolvimento rural por meio de metodologias participativas, que analisam a percepção dos sujeitos sobre a realidade vivida, as relações e os mecanismos que a explicam. E, por fim, a perspectiva dialética, que não trata apenas de conhecer e explicar a realidade estudada, mas trata de se relacionar e tornar-se parte para incidir e intervir de forma crítica na sua transformação.

O modo como Guzmán (2002) apresenta a pesquisa agroecológica remete às dimensões ecológica-produtiva, cultural/socioeconômica e sociopolítica. Contudo, a proposta não fragmenta a pesquisa em agroecologia; ao contrário, essas dimensões interagem, se influenciam, acumulam e podem contribuir para uma pesquisa-ação mais profunda. A agroecologia enquanto ramo científico busca a superação do paradigma que influenciou a ciência, que, dita neutra, separa e afasta o pesquisador da realidade pesquisada e ainda busca subverter a lógica de poder entre pesquisador e objeto de estudo, em que o pesquisador é o sujeito detentor do conhecimento. A mudança/ruptura do paradigma da ciência exige uma práxis do pesquisador, uma unidade entre prática e teoria em seu entendimento enquanto categoria histórica e social capaz de transformar o meio e se autotransformar.

Práxis é [...] a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática. (KONDER, 1992, p. 115)

É justamente na incorporação da práxis ao método de pesquisa em processos de investigação da própria prática que surge a pesquisa-ação. A partir da década de 70, esse método passa a ser utilizado como instrumento de ação política desde a prática científica e em trabalhos com agricultura. A pesquisa-ação é um instrumento de ação científica de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa (BRANDÃO; BORGES, 2007). Tripp (2005) defende a ideia de que o genérico da pesquisa-ação é que ela permite agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Desta forma, é um tipo de investigação

ação que segue um ciclo, no qual se aprimora a prática por meio da investigação e melhora-se a investigação por meio da prática. Dessa forma, permite aprofundar o conhecimento e o nível de discernimento de pesquisadores e sujeitos envolvidos (THIOLLENT, 2008).

Assim, segundo Tripp (2005, p. 5): “A pesquisa-ação [...] se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, ela se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática.”

Quadro 1 - Principais características da pesquisa-ação

PESQUISA-AÇÃO	
01	A pesquisa ação é contínua.
02	Pesquisa-ação é participativa.
03	Possui natureza interativa entre investigação e ação.
04	A ação parte de uma problematização crítica da realidade.
05	Pesquisa ação não é uma pesquisa da ação, ou um estudo de caso. Pesquisa ação tampouco é uma pesquisa a ser seguida por uma ação. Pesquisa ação é pesquisa-como-ação (TRIPP, 2005).

FONTE: Adaptado de Tripp (2005)

Existem diferentes níveis de participação e de modalidades da pesquisa-ação. Tripp (2005) as classifica como: i) pesquisa-ação técnica; ii) pesquisa-ação prática; iii) pesquisa-ação política, que por sua vez pode ser: socialmente crítica ou emancipatória. A pesquisa-ação técnica é limitada à implantação de uma técnica ou prática que visa melhorar a ação desenvolvida. A modalidade de pesquisa-ação prática tem como diferencial que o pesquisador projeta o resultado pretendido e, a partir desse objetivo, define como se dará o processo para atingi-lo. E, por fim, a pesquisa-ação política, que busca atuar de forma a modificar os paradigmas vigentes, é socialmente crítica quando pretende modificar além da prática costumeira, transformando o local onde se atua, e diz-se emancipatória quando se tem como meta modificar o *status quo* do grupo social como um todo (TRIPP, 2005).

Buscando ainda elucidar a pesquisa realizada, apresento a pesquisa militante, que, segundo Giarracca (2006), é a investigação realizada pelos próprios sujeitos do processo, *ou intelectuais nativos*, como denominado pela autora. Essa modalidade é fruto de um processo que iniciou em vários países da América Latina a partir de 1994, quando inicia uma nova etapa de

resistência e luta contra às políticas neoliberais. Nesse contexto surgem também relações de inserção desde a participação e compromisso dos intelectuais nos movimentos sociais (GIARRACCA, 2006).

Aliado ao contexto político, social e econômico dos países da América Latina como Equador, Brasil, México e Argentina, Giarracca (2006) acredita que o surgimento da pesquisa militante foi possível também porque houve uma flexibilização, uma crise paradigmática da ciência que abriu espaço para diferentes abordagens e metodologias. A autora defende que a pesquisa ou investigação científica deve ter elementos como ativismo político, práticas artísticas e intervenções.

Portanto, identifico que a pesquisa aqui apresentada possui elementos da pesquisa-ação emancipatória, uma vez que, ao se realizar, impulsiona processos de autonomia camponesa, visando impedir processos de subordinação ao capital. Relaciona-se ainda com a pesquisa agroecológica dialética, pois não somente buscou conhecer e explicar a realidade dos camponeses que formaram a Rede Camponesa de Agroecologia, como também me tornei parte dela e incidi nessa realidade buscando sua transformação. Por fim, de igual forma, também a considero uma pesquisa militante, pois foi produzida por uma pesquisadora que estudou processos nos quais ela mesma fez parte.

Os estudos e leituras de revisão bibliográfica acompanharam todas as etapas da pesquisa na metodologia escolhida, na formulação teórica, nas análises e interpretação dos resultados obtidos em campo e ainda contribuíram e apoiaram a prática. Durante todo o período de mergulho na teoria segui participando, organizando e contribuindo com os intercâmbios da Rede Camponesa de Agroecologia e com outras atividades realizadas, como oficinas, formação dos promotores, caravanas agroecológicas, reuniões de coordenação e planejamento. Assim, fui realizando a pesquisa de campo.

O processo de coleta de informações, entendidos aqui como processos de produção de conhecimento, que se deu no bojo da construção permanente do conhecimento agroecológico estabelecido na Rede, se fez insumo para a elaboração científica dessa tese, mas, ao mesmo tempo, foi processo e dinâmica constitutiva da própria Rede e, portanto, realizado coletivamente.

Assim, se esta pesquisa é uma pesquisa-ação-militante, vale frisar que essa ação militante foi sempre coletiva e é dessa coletividade que nasce esta pesquisa. Na verdade, não só a ação foi coletiva, mas, em certa medida, a *pesquisa* também o foi: foram usadas diferentes ferramentas metodológicas da pesquisa qualitativa para apreender as múltiplas dimensões dos processos sociais

e as interações entre vários ramos da ciência. Uma metodologia muito utilizada na Rede foi a sistematização participativa da experiência.

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências vividas que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo. (HOLLIDAY, 2006 p. 24)

A sistematização de experiência foi utilizada pela Rede como instrumento de reflexão, de interpretação dos processos em curso no sentido de extrair aprendizados, impulsionar novos processos e ações que visavam o fortalecimento da própria rede, mas também, na medida em que eu estava inserida no processo, foi fonte de informação para a elaboração da tese.

Para sistematizar e descrever o processo de construção da Rede Camponesa de Agroecologia por meio dos intercâmbios orientados pela metodologia Camponês a Camponês, reuni as sistematizações realizadas pelo coletivo da Rede, os materiais produzidos por seus pesquisadores e extensionistas: os estudos, pesquisas e artigos que tiveram como objeto de estudo a Rede Camponesa de Agroecologia (*cf.* n. 6, acima), além dos relatos de intercâmbios, relato de oficinas, de encontros de avaliação/planejamento e os boletins de experiências camponesas, que serão elucidados adiante.

Como integrante da Rede Camponesa de Agroecologia, a vivência e acompanhamento dos processos em curso foi parte importante das informações contidas na tese. Assim, a observação participante também foi utilizada como ferramenta de pesquisa para descrever e sistematizar o processo de construção da Rede, mas também para refletir sobre os processos de subordinação e processos de construção da autonomia camponesa impulsionada pela agroecologia.

A observação participante prevê a inserção do pesquisador nos grupos sociais estudados, e a partir da relação estabelecida e da interação por longos períodos, o pesquisador percebe os significados e os comportamentos que são descritos da forma como ocorrem, na perspectiva de compreender a situação estudada (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002).

No desenrolar do percurso da Rede, os círculos de cultura foram utilizados como ferramenta metodológica para impulsionar o processo em curso e como dispositivo dessa pesquisa. Foram usados em diversos momentos: na construção coletiva de conceitos fundantes, como agroecologia e autonomia camponesa; como instrumentos de formação e construção de conhecimento; como forma de apreender e avaliar resultados e como instrumento de planejamento coletivo das ações.

Os círculos de cultura tiveram evidência a partir da década de 60, quando passaram a ser muito utilizados por Paulo Freire e movimentos de cultura popular (BIAZOTI *et al.*, 2017). O uso dos círculos de cultura prevê conhecer a realidade, os sujeitos envolvidos, as dinâmicas sociais e, a partir da relação que se estabelece, formular perguntas que orientam o diálogo no círculo de cultura e que aprofundam os processos de conhecimento. O conhecimento resultante desse processo é capaz de dimensionar ações que impulsionam novos processos.

Como instrumento de pesquisa, os círculos de cultura são capazes de produzir o conhecimento a partir do diálogo mediado pelo pesquisador (ZANELLI, 2015).

Quadro 2 - Princípios do círculo de cultura utilizados como instrumento de pesquisa

CÍRCULOS DE CULTURA	
1	Cada pessoa possui um saber, que precisa ser compartilhado e valorizado.
2	Os círculos de cultura devem provocar e estimular a participação de todos.
3	Permitir que o conhecimento sobre o tema gerador seja compartilhado.
4	Sair da superficialidade dos fatos e compreender as contradições, extrair aprendizados, compreender o processo, as relações existentes, os nexos.
5	Qualquer ação de superação ou transformação da realidade deve partir do entendimento, do conhecimento e do sentimento existente naquela determinada comunidade
6	O aprendizado é resultado de diálogos, intercedido pelas experiências, vivências, realidades e culturas diferentes, mas nunca desiguais.

FONTE: BIAZOTI *et al.* (2017); ZANELLI (2015) *apud* ROMÃO *et al.* (2006).
ORGANIZAÇÃO: a autora (2018).

Apresentadas as metodologias desta pesquisa, passo à apresentação do documento de tese que, além dessa introdução, possui três capítulos e uma seção de considerações finais. O primeiro recebeu o título *O que é o campesinato?* e faz uma discussão teórica sobre o campesinato apoiada na diversidade, mas também em suas características genéricas.

Além disso, o capítulo aborda a questão agrária como elemento estrutural para compreender o campo e como esse movimento se realiza a partir do espaço, na formação e destruição de territórios e as relações que o produzem, elucidando o processo de subordinação dos camponeses ao capital, mas também os processos de luta pela terra e luta na terra realizado pelos camponeses.

Por fim, apresento a compreensão da agroecologia, traçando um histórico da construção do movimento agroecológico brasileiro para delimitar o entendimento da agroecologia enquanto uma estratégia de luta contra o capital e, assim, apreender como a agroecologia foi capaz de construir autonomia por meio da Rede Camponesa de Agroecologia.

No segundo capítulo, intitulado *O fio que passa perpassa, vai construindo a rede passo a passo*, descrevo o processo de formação da Rede Camponesa de Agroecologia por meio da agroecologia em intercâmbios orientados pela metodologia Camponês a Camponês. Discorro sobre a constituição de um grupo de camponeses, que se espacializa em diversas comunidades da porção sul de Sergipe, a organização em forma de rede e, por fim, a territorialização da agroecologia e do campesinato.

No terceiro capítulo, que tem como título *Estratégias de construção da autonomia camponesa*, faço uma discussão sobre autonomia camponesa e suas dimensões, seu caráter processual, histórico, dialético e relativo.

Na seção de considerações finais recapitulo os principais pontos das seções anteriores, explicitando o diálogo e a relação entre suas partes. Encerro na expectativa que essa pesquisa-ação ou pesquisa militante possa contribuir com a agroecologia na construção da autonomia camponesa, recuperando e apontando caminhos, elucidando estratégias camponesas, ecoando a voz da Rede Camponesa de Agroecologia.

CAPÍTULO 1

O QUE É O CAMPESINATO?

Este capítulo aborda as principais características do campesinato e suas relações na sociedade na qual está inserido. Trata ainda dos processos de subordinação ao capital, os problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo, a (des)(re) territorialização do campesinato e do capital e, por fim, a luta por reforma agrária e acesso à terra, condição que possibilita sua reprodução social.

Campesinato é um conceito central para a tese defendida. Apenas a partir do estudo das condições de reprodução social desse sujeito histórico e político - que assume diversas especificidades de local para local - e ainda de uma sociedade para outra num dado período histórico, será possível compreender suas dinâmicas, estratégias de recriação e territorialização, bem como sua subordinação no capitalismo e também de construção de autonomias a partir da luta na terra.

Opto por adotar autores cuja leitura teórica não tratam os camponeses como resíduos das formações sociais anteriores, mas que compreendem o mundo no qual os camponeses são possíveis e que oferecem importantes soluções aos atuais problemas sociais, ambientais, políticos, culturais e alimentares, de modo que “o campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla” (SHANIN, 2005 p. 18).

Início, então, pela necessária abordagem da diversidade que apreende o conceito campesinato. O campesinato é diverso no espaço e no tempo, ou seja, o campesinato de um lugar é distinto do campesinato de outro lugar, assim como o campesinato do passado é diferente do campesinato do presente e, certamente, distinto do que será o campesinato do futuro (BARTRA VERGÉS, 2010). Em uma mesma época, país ou região coexistem as mais variadas formas de ser camponês, com diversidade nas atividades produtivas, de cultura e de inserção na sociedade maior (BARTRA VERGÉS, 2010). Nessa diversidade reside sua força, sua capacidade de resistir, de se perpetuar, adaptando-se a distintas formas e estruturas sociais e aos mais diversos ambiente; assim, desde as primeiras formas de organização da sociedade, o campesinato se faz presente (BARTRA VERGÉS, 2010).

A partir desse entendimento de Bartra Vergés (2010), identifico no Brasil uma diversidade camponesa que assume diferentes identidades políticas e territoriais, como por exemplo

Quilombolas, Pescadores Artesanais, Marisqueiras, Quebradeiras de Coco, Catadoras de Mangaba, Indígenas, Pequenos Agricultores, Assentados da Reforma Agrária, entre outros. Ainda que algumas dessas autodenominações não se afirmem como camponês, compreendo que buscar a unidade enquanto *camponês* não significa desconsiderar a existência de especificidades e etnicidades profundas; ao contrário: pretende contribuir para o entendimento do campesinato enquanto ser social.

Diante da existência de distintas formas sociais, ou de conformações societárias camponesas e de sua variação no tempo e no espaço, fica a necessidade de abordar o entendimento, no qual se apoia essa tese, de *sociedade camponesa*.

Em termos sociais, o camponês não é uma pessoa, nem uma família, é uma coletividade, com frequência um agrupamento com interesses comuns, e quando está em luta – uma classe. Um conglomerado social cuja base está a economia familiar multiativa, mas que também fazem parte aqueles que não possuem funções diretamente agrícolas, mas que participam da forma de vida comunitária e compartilham o destino dos agricultores. (BARTRA VERGÉS, 2010, p. 8, tradução nossa)

Bartra Vergés (2010) não entende o campesinato como uma sociedade à parte, mas sim como um conglomerado social ou “*sociedade em miniatura*” que também possui divisão de trabalho. Portanto, faz parte dela não somente quem cultiva a terra, mas também as distintas formas de trabalho e ofício que se organizam nas sociedades camponesas - cabelereiro, professor, curandeiro, parteira, comerciante, administradores das cooperativas e associações, etc. Assim, quando estão organizados em agrupamentos, sejam sociais, políticos, econômicos, tornam-se parte da classe camponesa os quadros ou profissionais que animam esses processos.

O modo de vida e de organização social camponesa só se realiza e se estabelece a partir de sua base material ou acesso à terra, na relação com o território e com a natureza que se dinamiza a cultura os processos de produção, econômico, sociais e de sua potencial conformação de classe (BARTRA VERGÉS, 2010).

Se as delimitações apresentadas dificultam a realização de uma das tarefas na qual me propus neste capítulo- qual seja, abordar as principais características do campesinato - por ampliarem demasiadamente o conceito, elas contribuem na medida que extraímos delas a compreensão que o campesinato atravessa a história. Nesse processo, vão se adaptando aos diferentes contextos, conformando distintas formas sociais e de acesso à terra em cada tempo histórico, mas mantém como essência o trabalho familiar e a relação com a terra.

Esse campesinato possui multiatividades com rendas a partir de outras atividades que não apenas a comercialização dos alimentos produzidos. Essa característica é peculiar do campesinato desde as sociedades anteriores, quando o camponês realizava todas as atividades necessárias para a vida, como a produção de instrumentos e ferramentas para a produção agrícola, confecção de roupas e calçados a partir de matéria prima animal (couro e lã) ou vegetal (linho e algodão), construía sua habitação e as demais estruturas necessárias a partir da matéria prima encontrada na natureza e local que estavam inseridos.

A essa característica, que atualmente tem sido lida por muitos autores como pluriatividade, é atribuída a falência do sistema camponês e a incapacidade de sobrevivência a partir da produção agrícola e pecuária. Entretanto, entendo que as diversas atividades realizadas pelo camponês são peculiares ao seu modo de vida, produção e organização social; portanto, é parte da estratégia de reprodução camponesa, não só na manutenção da unidade camponesa em si, mas também de reprodução dessa condição societal, ou desse conglomerado societal camponês, que têm uma dinâmica específica de divisão do trabalho.

Outra característica fundante do campesinato é realização do trabalho familiar. No século XX, Chayanov (1974) caracterizou a unidade de produção camponesa como um sistema econômico não capitalista que tem como objetivo o equilíbrio entre a satisfação familiar e a fadiga do trabalho. Portanto, as tomadas de decisões que a família camponesa realiza, dentro de sua unidade de produção, como o que produzir, como produzir, quanto produzir, comprar ou não novas porções de terra etc., procura manter o equilíbrio entre a satisfação da família e a penosidade do trabalho.

O campesinato possui na forma de organização da sua economia e produção o trabalho familiar não assalariado, portanto não capitalista. Identificar essa característica significa admitir que ainda que em uma sociedade capitalista, existe outra forma de organização econômica que não a capitalista. Apesar desta possuir indiscutível domínio e predominância na sociedade atual, não podemos ignorar que uma grande parcela da produção agrícola mundial provém de uma base de organização econômica não capitalista, ou seja, a economia camponesa.

Com base nesse princípio de como organiza o trabalho (familiar), o campesinato é a contraposição ao capitalismo, pelas relações não capitalistas que realiza. Esse campesinato, ao mesmo tempo que se insere de forma subordinada na sociedade capitalista, representa uma negação/resistência ao sistema (que tende a homogeneizar as relações sociais e produtivas) possuindo, assim, um potencial de ação/transformação.

Para Shanin (1979), o campesinato é uma entidade social que tem caráter de classe por possuir interesses econômicos conflitantes aos de outra classe e grupos. Além disso, expressa um grau de organização e consciência capaz de realizar ações políticas unificadas seja em escala local, regional, nacional até global. Shanin (1979) define ainda que o campesinato pode ser não só uma classe social, mas também um “*mundo diferente*”, uma “*sociedade em si mesma*” com elevado grau de autonomia, ou de autossuficiência, nas palavras usadas pelo autor.

Shanin (1979) ainda considera os camponeses como de baixa classicidade, pois são formas sociais não dominantes, ou seja, que não compõem as estruturas sociais de poder, de tomada de decisão. A sujeição política do camponês relaciona-se com a sujeição em relação ao mercado do trabalho, ao mercado financeiro, mercado de troca de produtos e, ainda, à condição de subordinação ao acesso a terras e bens naturais, tratadas adiante (SHANIN, 1979). Porém, o campesinato enquanto processo pode fazer-se classe. Assim, Shanin (1979) afirma que o campesinato, em momentos históricos específicos, fez-se classe mesmo dentro de uma sociedade capitalista.

Os movimentos sociais e outras organizações camponesas são fundamentais para a formação e reconhecimento do próprio campesinato enquanto classe. São nessas organizações que os indivíduos se reconhecem enquanto “nós”: ainda que a luta primeiro contenha um forte apelo individual de superação da miséria (acesso à terra, moradia, demarcação do território, etc), esses indivíduos se forjam na luta e podem nela elevar os níveis de “*consciência em si*” para “*consciência para si*” (IASI, 2009).

Nas últimas décadas, o campesinato demonstrou grande capacidade organizativa, de consciência e unidade nas ações políticas, globalizou a luta camponesa por meio da Via Campesina, denunciando as mazelas sociais e ambientais causadas pelo agronegócio, reivindicando a reforma agrária, a soberania alimentar e impulsionando novas estratégias de resistência e recriação camponesa, mesmo em sociedades que prevalecem as relações capitalistas de produção. Dessa forma, o campesinato, em um processo de convergência resultado de um momento histórico que possibilitou a unidade, se fez classe. Ainda que as ações e lutas políticas tenham seus momentos de levante e de descenso, já é inegável a capacidade de luta da classe camponesa.

Entretanto, quando discutimos a partir da realidade do Brasil, alguns autores consideram que ainda é necessário ao campesinato dar um salto qualitativo da luta social de resistência. Assim, é fundamental que o campesinato atue de diversas formas até atingir a condição de fazer-se classe

social por meio das lutas mais ofensivas contra o capital, criando a unidade política de classe capaz de construir a noção de autonomia, de controle dos processos de trabalho familiar, de outra matriz tecnológica de produção, e por meio da clareza de seu antagonico (o capitalismo representado pelo agronegócio, banco, etc.) (CARVALHO 2009; 2016).

Destaco ainda que uma importante característica do campesinato repousa em uma dinâmica peculiar, uma forma de trabalhar alicerçada ao conhecimento que sustenta em relação ao manejo dos recursos naturais do estabelecimento rural familiar enquanto unidade básica de produção, econômica e meio de vida social. Guzmán e Molina (2013) elucidam que o manejo do sistema agrário, a especificidade da relação com a terra e com a natureza começaram a aparecer mais fortemente como característica geral do campesinato, nas conceituações teóricas, a partir da década de 80. Essa evolução teórica da inserção da ecologia como dimensão para os estudos do campesinato surge de uma contribuição da matriz de pensamento da América Latina. A incorporação da dimensão ecológica ao conceito de campesinato permitiu chegar a uma conceituação agroecológica que identifica como comum ao campesinato no decorrer da história um modo de fazer agricultura alicerçado no conhecimento que possui sobre a natureza, sobre manejo dos sistemas agrários e a manutenção dos bens naturais.

Ploeg (2014) sintetiza diversos atributos da peculiaridade do fazer agricultura do campesinato. Segundo ele, a agricultura camponesa é realizada tendo como base a natureza viva, numa relação de coprodução entre o ser-humano e a natureza. Além disso, a agricultura camponesa busca autonomia, ou seja, busca melhorias qualitativas no sentido de diminuir a dependência externa para a produção. A busca por autonomia, por sua vez, se dá por meio da construção, do uso e do desenvolvimento contínuo dos bens da natureza. Assim, a agricultura camponesa é orientada pela busca e subsequente criação de valor agregado por meio de um lento e persistente aprimoramento da base de recurso ou e/ou melhoria da eficiência técnica.

Shanin (2008) defende que a relação com a terra e a produção de itens que suprem a necessidade básica de consumo da família camponesa imprimem a estes sujeitos uma certa independência e estabilidade relativa. A existência de uma prática de produção camponesa determinada pela relação com a natureza, pela força de trabalho familiar, pelas necessidades da família e, ainda, pelas relações sociais e padrões culturais da sociedade em que o campesinato está inserido imprimem a esses sujeitos sociais a possibilidade de uma autonomia (relativa) à sociedade na qual estão inseridos.

Em síntese, os atributos do conceito de camponês apresentados foram: economia não capitalista baseada no trabalho familiar; formam uma classe social e se fazem classe nos processos de luta; possuem uma autonomia relativa em relação à sociedade na qual estão inseridos; e, por fim, existe no campesinato um modo peculiar de realizar sua produção e manejo dos sistemas agrários, orientados pelo conhecimento local numa relação de coprodução com a natureza. Tais atributos apresentam as ideias centrais para o entendimento e conceituação desse ser social; porém, reforço que a diversidade, etnicidades e especificidades do campesinato são tão centrais para seu entendimento quando suas características gerais, e é na união dessa diversidade que reside sua força.

Conhecer o campesinato é central para entendermos como ele se insere na sociedade, quais as relações que ele constrói, como é subordinado pelo capital e como constrói processos de autonomia. Esses tópicos serão abordados nas seções e capítulos seguintes com o intuito de elucidar a agroecologia como processo de fortalecimento da autonomia camponesa.

1.1. A Questão Agrária

Minha opção de leitura da realidade agrária, influenciada pela experiência junto às organizações sociais do campesinato, está apoiada na vertente campesinista do Paradigma da Questão Agrária. Busco nessa seção a unidade do texto no apontamento de uma contradição inerente ao desenvolvimento do capital no campo, apoiado pelo Estado. Assim, apresento o processo de subordinação do campesinato, seus mecanismos de resistência e recriação, e finalmente apresento a categoria geográfica território. Construo esse trajeto teórico a partir da compreensão de que o desenrolar da questão agrária brasileira é associado ao desenvolvimento do capitalismo e à correlação de forças entre o capital e o campesinato, gerando um movimento contraditório e combinado (OLIVEIRA, 1990, 2004).

O capital avança produzindo relações capitalistas de produção, mas produz também, contraditoriamente, as relações camponesas, ou seja, ao passo que se dá o desenvolvimento do capitalismo, este produz o desenvolvimento das relações capitalistas de produção como o trabalho assalariado no campo, os boias-frias, a expropriação, expulsão e desterritorialização do campesinato, mas também produz as relações não capitalistas de produção, como a parceria e as relações camponesas de trabalho familiar (OLIVEIRA, 1990).

Por meio do mecanismo do processo de expansão do capital no campo, o capital realiza a sujeição da renda da terra, que é a condição para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Na subordinação da produção do campesinato, a propriedade e posse da terra continuam em mãos camponesas, o trabalho mantém-se de base familiar, porém o capital cria as condições para extrair o excedente econômico (MARTINS, 1981).

Ao invés de eliminar o campesinato, o capital o integra ao seu processo de reprodução como fontes de rendimentos suplementares (CAMPOS, 2006) por meio da subordinação que, segundo Bartra Vergés (2011), se dá por meio da venda da força de trabalho do camponês. Este, por sua vez, quando o faz, é por não poder empregar essa força de trabalho com os próprios meios de produção, seja pelo fato destes serem insuficientes, ou porque o produto resultante de seu próprio trabalho rende menos do que a venda de sua força de trabalho com o emprego do mesmo esforço físico.

No entanto, ao vender sua força de trabalho o camponês vende apenas uma parcela de sua capacidade total de trabalho, geralmente denominado diária. A subordinação é explicada justamente nessa especificidade, ou seja, ao vender a reserva de sua força de trabalho o camponês é capaz de fazê-lo por valores que são insustentáveis em um setor proletário, pois possui a capacidade de produzir com seus próprios meios de produção o necessário para sua reprodução, o que é impossível ao proletário (BARTRA VÉRGES, 2011). Assim, o capital evita o custo da formação de uma força de trabalho ao mesmo tempo em que supre suas necessidades irregulares por mão de obra (nos diversos setores como o agronegócio, construção civil e até a indústria). Ainda, a subordinação da produção do tipo camponês acontece quando estabelece relação com a circulação capitalista, ou seja, quando necessita acessar o mercado para vender seus produtos e quando acessa o mercado financeiro (BARTRA VERGÉS, 2011; OLIVEIRA, 2004).

Os bens produzidos pelos camponeses são diferentes daqueles produzidos pelo capital: o primeiro possui valor de uso - que diz respeito à qualidade que o bem possui para satisfazer a necessidades - e valor de troca - que concerne à quantidade de trabalho necessário à produção. Já a mercadoria produzida pelo capital é composta por valor de uso, valor de troca e mais-valia, ou trabalho excedente (BARTRA VERGÉS, 2011).

A especificidade de cada mercadoria reflete distintos processos e lógicas produtivas, porém, o mercado de circulação capitalista é regido pelos preços de produção, e não pelos valores. Esse preço de produção é calculado pela soma dos preços dos meios de produção consumidos, do

preço da força de trabalho empregada e do lucro médio do capital, e tem como objetivo fim a extração máxima da mais valia (BARTRA VERGES, 2011). Ao colocar seu excedente de produção no mercado, o produto camponês se reduz à condição de mercadoria, ou seja, torna-se produto do sistema capitalista, portanto, marcada pelo preço de produção (BARTRA VERGÉS, 2011).

Ao acessar o mercado capitalista, ocorre uma transferência do produto do trabalho camponês para o capital por meio de um sistemático intercâmbio desigual. Isso ocorre devido à venda da produção camponesa inferior ao valor de produção - frequentemente a regulação do mercado tende a fixar o preço das mercadorias camponesas em torno do preço de custo ou abaixo deste, ou seja, a preços baixos controlados pelo mercado capitalista - e, ainda, o camponês, ao comprar as mercadorias necessárias ao seus meios de produção (máquinas, equipamentos, sementes, fertilizantes etc.), frequentemente pagam valores acima dos preços de produção (BARTRA VERGÉS, 2011; OLIVEIRA, 2004).

Isso só é possível devido às características da unidade econômica de produção camponesa, que, como já apresentadas na seção anterior, se fundamenta na mediação da satisfação das necessidades e força de trabalho disponível, sendo então capaz de suportar os constantes intercâmbios desiguais no mercado capitalista, desde que tenha sua necessidade básica garantida - a subsistência física da família camponesa (BARTRA VERGÉS, 2011).

A unidade camponesa possui a [...] capacidade de subsistir em condições insuportáveis para qualquer empresa capitalista [...] Essa constância, que protela a quebra até o ponto em que toda a reprodução se torna impossível, é a origem de uma distorção na fixação dos preços de mercado e a causa opoente que beneficia uma transferência de valor. (BARTRA VERGES, 2011. p.29)

Isso significa que o capital se apropria do lucro que a produção camponesa deveria realizar sem exercer controle sobre a produção.

Outra forma identificada por Bartra Verges (2011) de subordinação do camponês ao capital se no acesso ao mercado financeiro. O campesinato quando recorre ao crédito está sujeito às taxas de juros típicas do funcionamento desse sistema. Na sociedade capitalista, os juros não são apenas dinheiro, mas sobretudo capital que tem como objetivo aumentar a quantidade de dinheiro. Ao entrar nessa lógica, o camponês acessa o crédito, paga juros referente ao capital, mas o utiliza como simples meio para o trabalho e consumo (BARTRA VERGÉS, 2011). Configura-se como um mecanismo de exploração, pois os juros serão pagos por meio do produto gerado pelo próprio

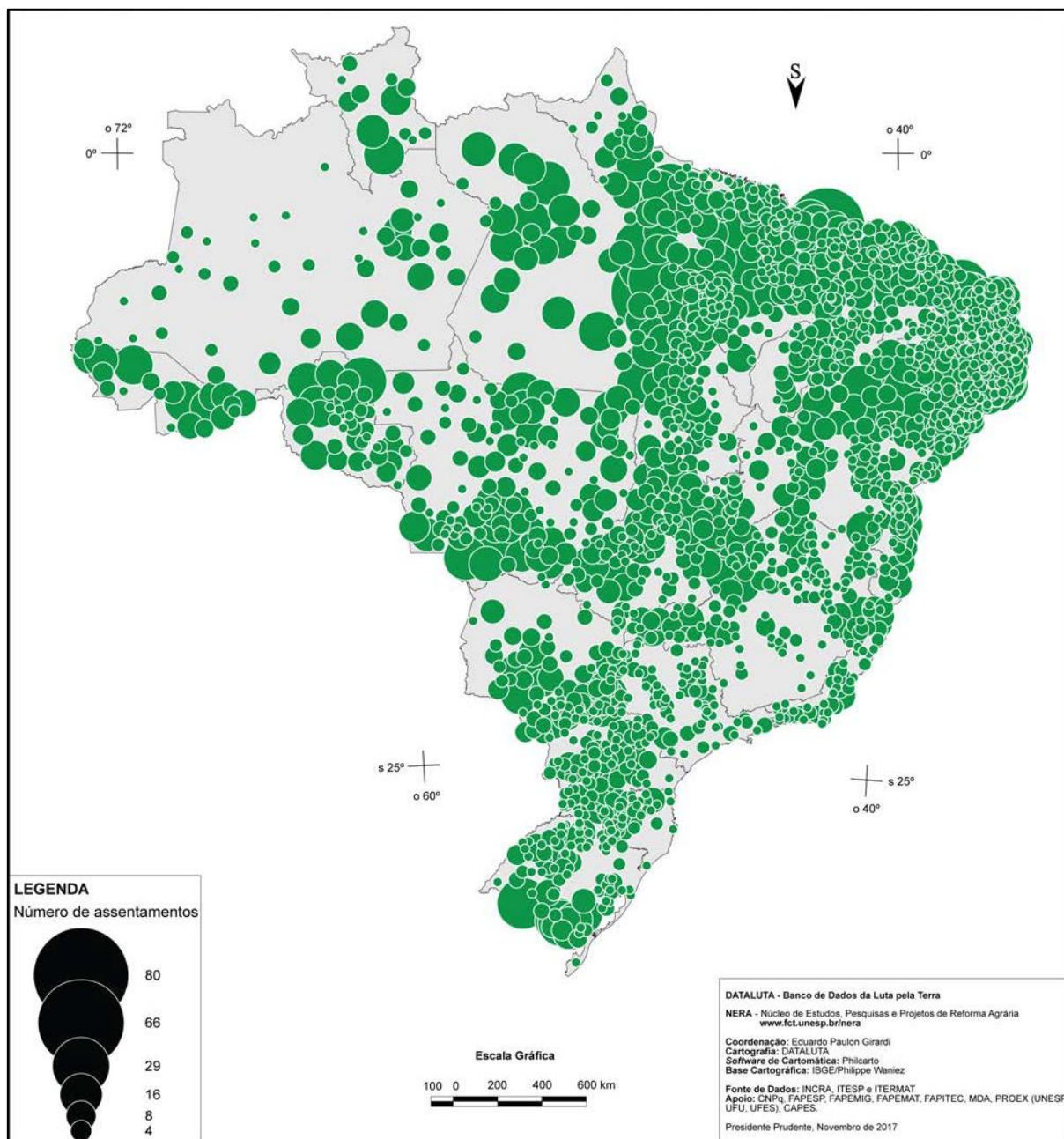
trabalho camponês, diferente das empresas capitalistas, que compartilham com o capital para o pagamento dos juros parte da mais-valia extraída. (BARTRA VÉRGES, 2011).

Diversos são os tentáculos que o capitalismo possui para subordinar o campesinato, como a dependência do “pacote tecnológico” ou matriz produtiva controlada pela agricultura capitalista. Na tentativa de acessar a atual matriz produtiva pelo fetiche da alta produtividade, da diminuição do trabalho e dos fartos lucros, o camponês compra insumos e implementos controlados pelas transnacionais, como fertilizantes, agrotóxicos, sementes e maquinários pesados. Dessa forma, além da relação de dependência, acaba por transferir parte do produto de seu trabalho para o capital. Como exemplo, trago os sistemas de integração, processo no qual o camponês realiza um contrato produtivo com o agronegócio, que determina o que ele vai plantar, como vai produzir e a forma na qual quer o produto. Geralmente oferecem crédito, assessoria técnica e garantem a compra, e, conseqüentemente, por meio do monopólio do mercado, ditam o preço. Assim, o capital controla o trabalho camponês e sua terra, determinando o que será produzido, quando, a que preço e sem pagar nada por isso, adquirindo apenas a produção final, pois a terra continua sendo do camponês e sua mão de obra não é assalariada.

Agora, é preciso acrescentar outro elemento nessa análise: o campesinato. Não apenas o capital, apoiado pelo Estado, cria relações camponesas por meio de sua contradição intrínseca. Integrar-se ao capital, subordinar-se a ele ou ser eliminado não é a única perspectiva do campesinato, que historicamente cria alternativas para resistir, recriar-se e buscar sua autonomia. Portanto, o aumento do número de camponeses é também explicado pela ação dos próprios camponeses, sujeitos e protagonistas de sua história, por sua capacidade organizativa e pelo estabelecimento de estratégias camponesas de criação e recriação (OLIVEIRA, 2004).

O campesinato possui como principal instrumento para sua criação e recriação a luta pela terra, organizada por movimentos socioterritoriais - no Brasil, principalmente, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esta forma de recriação do campesinato foi evidente e massiva durante as décadas anteriores. Nesta última década, vivenciamos um decréscimo das ocupações de terras e criação de assentamentos de reforma agrária; por outro lado, a autodeterminação identitária e territorial tem reivindicado e conquistado territórios quilombolas, em que pese a magnitude ser ainda pequena no contexto nacional.

Mapa 1 - Espacialização de assentamentos rurais no Brasil entre 1979 a 2016



Fonte: DATALUTA (2016).

A conquista da terra materializa a possibilidade de construção do território camponês e é seu pilar central, pois permite a reprodução camponesa e representa a condição de construção de autonomia: a existência do campesinato, a materialização da produção camponesa não capitalista e sua reprodução social representam a negação das relações sociais de produção capitalista, ainda que inseridos em uma sociedade capitalista.

Além da luta *pela* terra para a criação de territórios camponeses, ainda existe a luta *na* terra pela autonomia e contra a subordinação ao agronegócio; esta constrói territórios camponeses na disputa com o capital que, para se expandir no campo, subordina a produção de tipo camponês. Por meio dessa subordinação, o capital - nas comunidades ou na terra conquistada – se estabelece, criando um território do agronegócio, ainda que o campesinato não esteja destituído dos meios de produção ou de suas terras (FERNANDES, 2008a; OLIVEIRA, 2004). Em outras palavras, ao passo que a terra se constitui como base material que permite a realização do campesinato, ela não a garante; portanto, se faz necessário uma luta constante, e é essa luta que entendo como luta *na* terra.

A luta pela autonomia camponesa advém: da capacidade de luta na terra contra a subordinação ao capital; na prática social de produção camponesa com o controle do produto do trabalho realizado pela família; na organização em movimentos sociais capaz de transformar a resistência camponesa em uma ação consciente de classe; e na articulação entre os movimentos populares. Destaco aqui minha compreensão de autonomia, entendendo-a primeiramente como uma processualidade que apresenta dimensões (produtivas, econômicas, etc.) e escalas. Essa processualidade diz respeito às lutas dos povos do campo contra a sujeição, subordinação ou integração ao capital, que se configuram como processos de luta e de enfrentamento ao capital, e consequentemente de construção de outras relações sociais, outros valores. Ademais, acredito que os processos de luta pela autonomia camponesa contribuem para a tomada de consciência, impactam nos territórios e são capazes de impulsionar transformações sociais ou, nas palavras de Oliveira (2004, p. 67), “[...] existe, então, a perspectiva e necessidade de luta não só pela terra, sobretudo a luta contra o capital”.

Apresentei, até este momento do texto, o movimento que impulsiona a questão agrária no Brasil a partir do desenvolvimento do capital no campo, que gera não apenas as relações capitalistas de produção como também as relações camponesas de produção, e, por isso, um desenvolvimento desigual e combinado.

Avançamos para compreender que a aparente contradição do desenvolvimento capitalista é um movimento intrínseco à sua expansão, pois essa é sua condição. Para se desenvolver, o capital se expande no campo pela aquisição de novas terras e/ou subordinando a produção de tipo camponês. E, por fim, vimos que o campesinato não fica inerte a esse desenvolvimento do capital no campo: ele se faz sujeito ao resistir, ao se criar e recriar por meio da luta *pela* terra, ao realizar

a luta *na* terra, contra a subordinação do capital, e, em luta, se faz classe. Agora é importante considerar como esse movimento se dá no espaço que, ao ser apropriado, se transforma em território. Portanto, neste último trecho faço a análise da categoria território, buscando elucidar como o movimento de desenvolvimento do capital no campo reflete e é refletido nessa categoria de análise. Além disso, analiso como se constroem, destroem e reconstróem territórios diante da questão agrária apresentada.

Para iniciar essa análise, é preciso compreender o conceito de território. Parto do espaço social de Lefebvre (2006), que, usando a dialética como método, compreende que o espaço social não se reduz a objetos contidos num determinado recorte geográfico, nem à soma desses objetos. Lefebvre (2006, p. 111) esclarece que “o espaço social engloba as coisas produzidas, suas relações coexistentes e simultâneas”.

Santos (2006, p.66), em seu livro *A Natureza do Espaço*, define a centralidade para o conceito de espaço geográfico como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Já em Lefebvre, diferentemente da análise proposta por Milton Santos, o espaço não é compreendido como um lugar de objetos e relações sociais, mas é construído a partir das relações sociais de produção, ou seja, espaço é socialmente produzido. Mais do que uma consequência de ações, ele é produzido de forma intencional, “*operatório*” e “*instrumental*” a serviço e para o “*exercício da hegemonia*” (LEFEBVRE, 2006).

Do conceito de espaço é possível compreender o conceito de território. Para Raffestin (1993), é necessário compreender que o espaço é anterior ao território, ou seja, o território se forma a partir do espaço por meio de uma ação produzida e conduzida por um sujeito que realiza um programa em qualquer nível. Este, ao se apropriar (concreta ou abstratamente), se territorializa. O espaço é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si: “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço, que devido a todas as relações que envolve, se cria em um campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Novamente, o espaço é entendido aqui como algo dado, passivo, um substrato ou matéria para a construção do território.

Fernandes (2005), ao discutir os conceitos de espaço geográfico e território, diz que as relações sociais e suas intencionalidades criam diferentes leituras socioespaciais, que podem ou não serem dominantes. Dessa forma, se cria um espaço geográfico ou social específico: o território,

que é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder.

Haesbaert (2004) retoma o conceito de espaço social para caracterizar território e diz que a diferença do espaço social de Lefebvre para o conceito de território é o foco que se dá para compreender as relações de poder existentes no espaço social e que imprimem as dinâmicas territoriais.

Se o espaço social aparece de maneira difusa por toda a sociedade e pode, assim, ser trabalhado de forma genérica, o território e as dinâmicas de des-territorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m). (HAESBAERT, 2004, p. 22)

Com essa concepção de território, busco construir a análise das dinâmicas de (re)(des) territorialização na questão agrária brasileira a partir do desenvolvimento do capital no campo, da resistência e do protagonismo do campesinato organizado em seus movimentos sociais. Os territórios do capital - do agronegócio - e os territórios dos camponeses são produzidos de formas distintas, por meio de diferentes relações sociais de produção e estes também as produzem e as reproduzem em sua constante disputa, materializando projetos díspares de sociedade.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. (FERNANDES, 2009, p.4)

A expansão ou criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização, ao passo que o refluxo e a destruição são ações concretas de desterritorialização, e explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Esse movimento de construção, destruição e reconstrução de territórios é impulsionado pelo desenvolvimento do capital no campo. Portanto, como citado de Fernandes (2009, p.4), a consolidação de territórios capitalistas produz também territórios não capitalistas (desenvolvimento desigual e combinado) Estes últimos também são produzidos pelos próprios camponeses em sua condição de sujeito ao se criar, recriar e resistir por meio da luta do campesinato.

É importante frisar que o conceito de território apreende mais do que uma porção ou um recorte geográfico. Ora, se o território é determinado por relações sociais de poder que o compõem por meio dos sujeitos que o exercem e o controlam, pressupõe-se que em um mesmo território existam distintos territórios, determinados por grupos sociais que estabelecem e se relacionam de diferentes formas, lógicas e realidades, criando complexas teias de relações sociais, políticas, culturais e produtivas (FERNANDES, 2009).

Dessa forma, a espacialização da questão agrária e a dinâmica de territorialização desse movimento (que se dá a partir do desenvolvimento do capital no campo) se apresentam não apenas com a materialização ou expansão de terras controladas pelo agronegócio ou pelas terras de posse camponesa, mas também pelas formas de expansão do capital no campo ao subordinar o campesinato. Do mesmo modo, o campesinato se territorializa quando estabelece relações de poder e controle de seus territórios, impedindo processos de subordinação. Assim, cria-se, destrói-se e recria-se os territórios controlados pelo capital ou pelo campesinato a partir dos sujeitos que os transformam por meio das relações de poder, evidenciando a disputa que impulsiona o desenrolar da questão agrária e sua espacialização.

1.2 – Lutas camponesas: a centralidade da luta pela terra e a necessidade da luta na terra

Nesta seção trato das lutas camponesas, da luta *pela* terra e luta *na* terra, entendendo-as no contexto de organização e avanço do capital no campo, na escala Brasil e mundo. Essa passagem é importante para entendermos de onde vem e quem é o campesinato que formou a Rede Camponesa de Agroecologia. Estes, ao impulsionar a agroecologia por meio de intercâmbios orientados pela metodologia “camponês a camponês”, realizam a luta na terra e se inserem no Movimento Brasileiro de Agroecologia.

As lutas camponesas no Brasil da segunda metade do século XX aconteceram em um contexto de intensificação do desenvolvimento do capital no campo por meio da integração do capital financeiro agroindustrial com a grande propriedade fundiária modernizada tecnicamente. O Estado criou e propiciou esse desenvolvimento do capital, o que representou significativas mudanças econômicas (concentração de terra e renda), sociais (crescimento da urbanização desemprego ou subemprego, além da espoliação e expropriação camponesa) e mudança da matriz tecnológica de produção agrícola (revolução verde) (DELGADO, 1985). Nesse processo de

dinamização da economia capitalista, os camponeses foram resistência e impulsionaram importantes estratégias de luta.

Para evocar as lutas camponesas, mas me atentando inicialmente à luta pela terra realizada por movimentos socioterritoriais, é importante mencionar que esta não encerra nem inaugura as lutas camponesas. No transcurso da história do Brasil, o campesinato apresentou distintas formas de organização e protagonizou importantes lutas algumas das quais não foram apagadas da história, tais como: Confederação dos Tamoios⁸; Guerra dos Potiguara⁹; a resistência do Guaranis¹⁰; Guerra dos Palmares¹¹, Guerra de Canudos¹², Contestado¹³, Cangaço¹⁴, etc. servem de exemplo para entendermos que, assim como nos períodos atuais, os conflitos agrários sempre estiveram presentes, evidenciando antagonismos, conflitualidades, lutas e resistências no campo.

As lutas camponesas de resistência à expulsão de suas terras e ocupações de imóveis rurais nas primeiras décadas do século XX passaram a assumir dimensões nacionais como as Ligas Camponesas em 1945, impulsionada pelo Partido Comunista Brasileiro (fundado em 1922).

Assim como o Partido Comunista Brasileiro, que atuou como um mediador e até mesmo um organizador de lutas camponesas, posteriormente, a partir da década de 60, setores da Igreja

⁸ Confederação dos Tamoios, de 1554 e 1567, espacializados no litoral sudeste do país, foi uma luta indígena, majoritariamente Tupinambás, de resistência e por seus territórios, contra os colonizadores portugueses. (www.todamateria.com.br/confederacao-dos-tamoios/)

⁹ Na porção nordeste do Brasil, uma das ações de luta dos Indígenas por seus territórios ficou conhecida como Guerra dos Potiguares, período de 1586 e 1599. Mas os conflitos tiveram início desde a criação do regime de capitânias hereditárias, em 1535, quando os portugueses começaram a implementar uma política de ocupação de terra (<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/historia-1o-de-maio-o-brasil-das-revoltas-e-das-revolucoes>).

¹⁰ Resistência dos Guaranis, ou Guerra dos Guaranis foi localizada geograficamente na região do estuário do rio Prata, formado pelo rio Uruguay e Rio Paraná. Foi um período de guerra, que compreendeu os anos 1553 a 1556, contra a ocupação dos Portugueses e Espanhóis, após assinatura do tratado de Madrid. Nesse conflito, o líder indígena Sepé Tiaraju foi assassinado (<http://www.terrabrasileira.com.br/indigena/contatos/121resiste.html>)

¹¹ Guerra dos Palmares foi o nome dado ao secular conflito, 1602 a 1695, entre os escravos que fugidos dos engenhos e fazendas se organizavam em povoados escondidos nas montanhas de matas fechadas. Quilombo dos Palmares ocupou uma faixa de terra de cerca de 200 km, paralela ao litoral, de Pernambuco, até o Rio São Francisco em Alagoas. Diversas foram as investidas dos Holandeses e Portugueses para destruir Palmares (<http://www.ahimtb.org.br/secguerrapalm.htm>)

¹² Guerra de Canudos, ou Campanha de Canudos, 1896 a 1897, foi o confronto entre o Exército Brasileiro e os moradores do povoado Canudos, estado da Bahia. Canudos, batizado por Belo Monte e liderado por Antônio Conselheiro, tornou-se abrigo a milhares de camponeses expulsos de suas terras pelo latifúndio. (MACEDO, J.R e MAESTRI, M, **Belo Monte: uma história da guerra de Canudos**. Expressão Popular, 2004.)

¹³ A Guerra do Contestado foi um conflito armado que ocorreu na região Sul do Brasil, 1912 a 1916. O conflito envolveu cerca de 20 mil camponeses que enfrentaram forças militares dos poderes federal e estadual. (https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/guerra_contestado.htm)

¹⁴ O Cangaço manifestou-se no sertão nordestino está diretamente relacionado a disputa de terras, coronelismo e insatisfação com as mazelas e injustiças sociais. Os cangaceiros organizavam-se em bandos armados, que saqueavam as fazendas e povoados. Ocorreu entre o final do século XIX e os anos de 1930. O mais conhecido foi o bando de cangaceiros liderado por lampião.

Católica, como comunidades eclesiais de base e a CPT, também passaram a apoiar as lutas camponesas, não só materialmente, mas também fornecendo justificativas religiosas para as ações políticas (MEDEIROS, 2001; FERNANDES, MEDEIROS; PAULILO, 2009). Nesse contexto político e social se deu a organização do sindicalismo rural no Brasil com forte atuação da Igreja Católica que, mais tarde, também exerceu influência na conceituação do direito da propriedade fundiária, legitimando o princípio da função social (DELGADO, 2005).

A regulamentação do sindicalismo rural em 1962 pelo Estado brasileiro incentivou a criação de sindicatos, transformando muitas das entidades anteriormente organizadas em sindicatos. Alguns autores entendem, no entanto, que a estratégia de regulamentação dos sindicatos institucionalizava e subordinava ao governo as lutas camponesas, enfraquecendo-as. Uma diversidade de segmentos e organizações camponesas passaram então a se constituir como sindicatos que, no ano em 1963, se unificaram para a criação da CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. (MEDEIROS, 2001; FERNANDES, 1999).

O golpe militar de 64 acabou com a recente democracia brasileira e, assim, perseguiu, assassinou e exilou várias lideranças e aniquilou as Ligas Camponesas. Por meio da violência, implantou um modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista por meio de créditos subsidiados, incentivos e isenções fiscais, e seguiu expropriando os camponeses, concentrando terra e aumentando o abismo social por meio da intensificação da miséria no campo, que fez eclodir novas lutas camponesas, duramente reprimidas (MEDEIROS, 2001; FERNANDES, 1999)

Com o intuito de amenizar as revoltas e dissipar as organizações camponesas, foi criado o Estatuto da Terra que, em detrimento da reforma agrária, priorizava ações de colonização nas áreas com menor densidade demográfica - regiões Norte e Centro Oeste -, forçando a migração das áreas de maiores conflitos - Sul, Sudeste e Nordeste (FERNANDES, 1999).

Durante a década de 70, os governos militares seguiram intensificando seu modelo econômico, que visava promover o capitalismo no campo, acelerando a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura, subordinando os sistemas agrários à indústria produtora de insumos, equipamentos e maquinários agrícolas. Essa política ficou conhecida como *modernização conservadora*, expressão usada para caracterizar a mudança de base técnica de produção rural sem modificar as excludentes relações sociais de concentração de terra (DELGADO, 1985). Durante

esse período, foram expropriados e expulsos da terra mais de 30 milhões de pessoas (FERNANDES, 1999).

Também nesse período as lutas camponesas eclodiram em todos os estados da nação. Segundo Fernandes (1999), este foi o período de gestação do MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, hoje um dos maiores e dos mais importantes movimentos sociais existentes. Este movimento nasceu oficialmente em 1984 no município de Cascavel, Paraná, do legado das lutas camponesas que o antecederam. No ano de 1985, o MST realizou em seu primeiro congresso e, a partir dele, iniciou seu processo de espacialização pelo Brasil (FERNANDES, 1999).

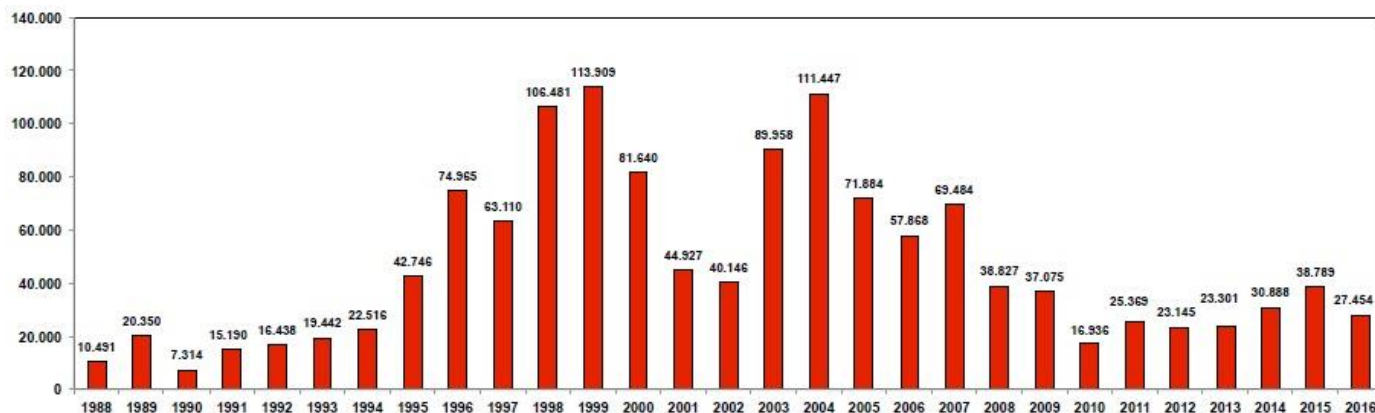
Durante as décadas de 80 e 90, o MST amplificou as vozes dos camponeses e conseguiu dar visibilidade para a luta da reforma agrária, produzindo fatos políticos como marchas, atos e ocupações de prédios públicos, as ocupações de terras para denunciar os latifúndios improdutivos, a concentração de terra e realizar a reforma agrária na “marra” (expressão usada pelo movimento para a reforma agrária realizada pelo estado após forte tensionamento dos conflitos por meio da ocupação de terras).

O MST tem como princípios centrais: a) a luta pela superação da sociedade capitalista e construção do socialismo; b) a luta pela reforma agrária; c) a luta por terra, entendendo que a luta pela reforma agrária é maior que a conquista da terra. Para isso, existe uma organização própria formada nacionalmente por dois dirigentes, um homem e uma mulher, de cada estado brasileiro onde se organiza o movimento. Nos estados, o grupo da direção é composto por dois dirigentes, também um homem e uma mulher, de cada microrregião ou brigada, que são aglomerados de assentamentos e acampamentos; cada estado, dependendo do número de famílias pertencentes à base, possui números diferentes de brigadas e, portanto, de dirigentes estaduais.

Além das direções estaduais, existe a coordenação de cada brigada, composta por dois representantes de cada assentamento, e acampamento. Ainda, o MST se organiza por setores: gênero, formação, frente de massa, educação, saúde, coletivo de juventude, coletivo de relações internacionais, produção, direitos humanos e cultura.

Quanto às ocupações de terra no Brasil, entre 1988 a 2016, mobilizaram-se 1.342.430 famílias camponesas (gráfico 1). Estes números têm decrescido desde 2008 e apresentou seus ápices nos anos de 1998-1999 e 2003-2004.

Gráfico 1 - Número de famílias em ocupações de terra no Brasil entre 1988 a 2016



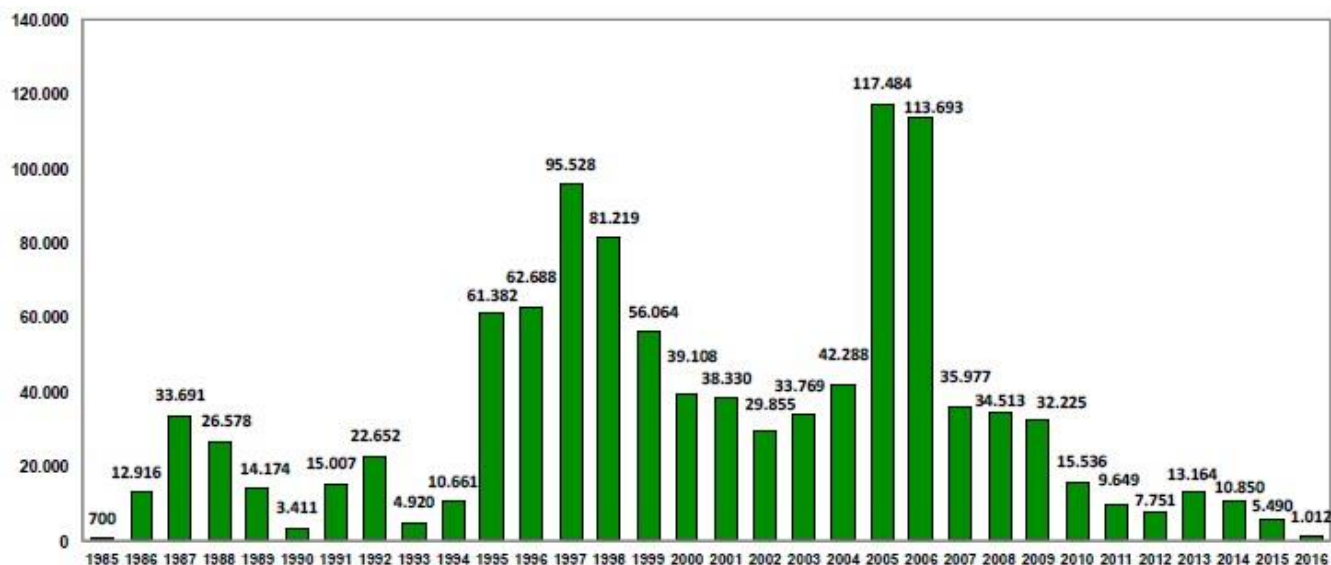
FONTE: DATALUTA (2016).

Os conflitos rurais e ocupações de terra iniciam no segundo mandato (1998 a 2001) do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) de modo massivo. A ofensiva veio em forma de perseguições e tentativas de criminalização: foram abertas duas CPIs da Terra, além de uma campanha difamatória através dos meios de comunicação colocando a sociedade contrária às ações dos movimentos sociais, principalmente o MST.

O decréscimo das ocupações de terra pode, em parte, ser explicado pela aprovação da medida provisória nº 2.027 de 1998. Essa foi um forte golpe nos movimentos sociais de luta pela terra, pois proíbe, por dois anos, o INCRA de realizar vistorias em terras ocupadas e, ainda, em caso de reincidência, o tempo da proibição é dobrado. Com essa medida, a ocupação com a entrada na terra alonga o tempo de espera e resistência nos barracos de lona. Porém, não entrar na propriedade rural, além de simbólico e de colocar em risco as famílias Sem Terra acampadas, espremidas nas beiras das estradas, representa uma enorme dificuldade na manutenção do acampamento, sem espaço e sem área para produzir, aumentando a vulnerabilidade das famílias e os custos de se manterem em luta.

As diversas ocupações de terra resultaram na criação de 9.444 áreas de assentamentos rurais, conforme mostram os dados do gráfico 2. Foram assentadas 1.127.078 famílias no período de 1985 a 2016. Porém, a questão agrária está longe de ser superada.

Gráfico 2 - Número de assentamentos rurais criados no Brasil entre 1985 a 2016.



FONTE: DATALUTA (2016)

A despeito de toda a luta e territorialização do campesinato ao longo do período analisado, a estrutura fundiária do Brasil permanece desigual, acentuando, nos últimos anos, ainda mais a concentração de terras, como mostra no quadro 3 o índice de Gini.

O índice de Gini é um indicador de distribuição, comumente utilizado para mensurar a distribuição/concentração de terras. Seus valores variam entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1, mais concentrada se encontram as terras. Os valores do quadro 3 foram construídos a partir das bases de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA, baseado nos imóveis rurais, e mostram o grau de concentração de terras no Brasil.

Quadro 3 – Evolução do índice de Gini de 1950 a 2006 no Brasil.

ANO	1998	2003	2010	2011	2012	2014
Índice de Gini	0,838	0,816	0,838	0,839	0,833	0,860

FONTE: DATALUTA (2016).

Portanto, se a luta por terra faz com que a reforma agrária avance (re)territorializando o campesinato em todo o Brasil e a estrutura fundiária se mostra ainda mais concentrada. Isso significa que o capitalismo avança no campo incorporando terra e ainda evidencia a incapacidade do Estado brasileiro de promover políticas públicas estruturais que alterem a raiz da desigualdade.

Delgado (2005) denominou esse fenômeno como “frouxidão fundiária” por parte do Estado, que não faz cumprir o determinado na Constituição Brasileira de 1988 relativo ao princípio da função social da terra. Isso mantém mais de 34% do território nacional (dados de 2003) de terras declaradamente improdutivas e terras devolutas (terras públicas, sem qualquer controle do estado), enquanto quno outro lado da balança, apenas 4,7% de áreas obtidas para fins de reforma agrária (DELGADO, 2005).

Somam-se a esses números 37% de áreas declaradas produtivas, mas que mantêm os índices que aferem a produtividade relativos a indicadores que têm como base a produtividade da década de 1970 e permanecem até os dias de hoje inalterados (DELGADO, 2005). Isso significa que o critério estabelecido para avaliar se uma terra é ou não produtiva é a produtividade que se realiza naquela determinada terra. Para isso, foram criados parâmetros que relacionam o ambiente onde a terra está localizada e a atividade agrícola ou pecuária realizada, estabelecendo assim a produtividade necessária de cada atividade em cada região. O problema é que, como esse índice foi calculado na década de 70 e não foram atualizados, e produtividade de uma área naquela década é significativamente mais baixa que a produtividade dessa mesma área em dias atuais, esses índices defasados. Assim, mesmo áreas que poderiam ser passíveis de reforma agrária, pois estariam abaixo da produtividade atual, são consideradas produtivas, pois o índice utilizado não é adequado para apreender a real situação.

Como vimos anteriormente, o capital assumiu novas formas constituindo o que hoje conhecemos como Agronegócio. Este fenômeno observado no Brasil é resultado de processo global que se acentua nas últimas décadas, formando o que Ploeg (2008) caracterizou como Impérios Alimentares. O capital age globalmente, formando e articulando grandes grupos transnacionais que controlam a cadeia produtiva agrícola, desde a produção de insumos (sementes, fertilizantes industriais) e maquinários até o controle das unidades beneficiadoras e da distribuição dos alimentos.

Essa organização global do capital ganhou impulso, segundo Desmarais (2013), logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), no primeiro momento com predominância dos bens manufaturados e industriais promovendo a ideologia de mercado para o desenvolvimento. Claramente o sentido desse desenvolvimento é de criar as condições e estruturas necessárias ao avanço do capital. Nesse período, o protecionismo do setor agrícola promovido pelos Estados-nação era fortemente

estimulado pelos organismos internacionais, e as políticas de desenvolvimento agrícola, como a revolução verde, foram planejadas inicialmente para fortalecer os setores agrícolas nacionais, aumentar a produção e garantir a autossuficiência nacional de alimentos (DESMARAIS, 2003).

No fim da década de 80, a Europa, Estados Unidos, Brasil, África do Sul, Austrália e outros países tornaram-se fortemente dependentes de exportação e, portanto, iniciam-se as pressões para liberação do comércio agrícola. Em 1992, estes países assinam o Tratado sobre Agricultura e em 1994, ao final da reunião do GATT em Marrakesh, assinam o acordo que estabelece a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em primeiro de janeiro de 1995, uma entidade supraestatal responsável por estabelecer acordos mundiais de comércio que abrangem a agricultura, serviços, propriedade intelectual e recursos genéticos (DESMARAIS, 2003). Com a criação da OMC, líderes mundiais iniciaram uma missão global de abertura de mercado: o neoliberalismo inaugura o Estado mínimo, o mercado passa a regular a economia, e a política se personifica. Assim, o neoliberalismo é cada vez mais visto como único provedor de desenvolvimento (DESMARAIS, 2003).

Frente à reestruturação econômica, à organização global do capital impondo suas regras aos Estados-nação, às superestruturas criadas para promover e disseminar o neoliberalismo e, principalmente, prevendo os impactos que esse ordenamento global do capital teria nas economias agrícolas e nas comunidades camponesas no mundo inteiro, os camponeses, a partir da formulação de políticas agrícolas internacionais, criaram em 1993 a Via Campesina.

A Via Campesina é uma organização mundial de camponeses que se constitui hoje na mais importante articulação internacional do campo. É fruto de um processo histórico de movimentos camponeses que já na década de 70 iniciaram diálogos, intercâmbios, organizações regionais com o compromisso de construir alternativas ao neoliberalismo. Assim, inspiraram e deram vida à Via Campesina, que reúne esforços e 164 organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e América, para fazer o enfrentamento a uma economia agrícola cada vez mais globalizada (DESMARAIS, 2013).

A Via Campesina tem como objetivo barrar o neoliberalismo. Assim foi possível, ao longo desses anos de existência, construir uma identidade comum de “povos da terra” e plataformas de lutas realizadas em escala local – global – local, ou seja, congregam diversas lutas realizadas pelo campesinato na escala local, mas que também orientam a atuação, lutas e campanhas abraçadas pelos movimentos sociais que a constroem.

Percebo na construção da Via Campesina que o campesinato dá um salto não apenas quantitativo ou organizativo, mas vai além da compreensão política da exploração social, das lutas de resistência e reivindicação e instala-se em um processo de consciência social de classe. Alcança, assim, uma instância mais ampla, de sentir-se explorado como parte de uma classe social, e que suas lutas sociais só poderão superar esse processo de exploração na luta mais ampla da classe social a que pertence (CARVALHO, 2009).

A organização mundial dos camponeses, além de impulsionar a luta global e inspirar as lutas locais, constrói uma plataforma política da agricultura camponesa, uma agricultura radicalmente diferente da matriz difundida pela revolução verde, baseada no conceito e projeto de soberania alimentar.

No Brasil, a construção de uma plataforma política de agricultura camponesa baseada na agroecologia é pauta dos diversos movimentos sociais do campo. Alguns desses movimentos possuem como principal bandeira a luta na terra, como o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, o Movimento Camponês Popular – MCP, o Movimento Trabalhadores do Campo – MTC, entre outros. Nesse cenário, o Movimento Agroecológico Brasileiro organiza os camponeses por meio da agroecologia como forma de luta na terra e construção da autonomia, além de profissionais, pesquisadores e estudantes. Na próxima seção, reconstruo a trajetória do Movimento Agroecológico Brasileiro, abordando seu histórico e organização.

1.2.1 – Movimento Agroecológico Brasileiro

O movimento agroecológico no Brasil surgiu como agricultura alternativa no final da década de 70 e, a partir das críticas ao modelo de modernização do campo, conhecido como revolução verde (LUZZI, 2007), que no Brasil se iniciou na década de 60. Trata-se, então, de um período de acelerado avanço do capital no campo, que imprimiu uma profunda mudança técnica das práticas agrícolas ao implantar os monocultivos, o uso de agrotóxicos, os fertilizantes industriais, os herbicidas, os maquinários pesados e a irrigação. Este modelo segue evoluindo na atualidade com a transgenia, a agricultura de precisão etc.

O movimento da agricultura alternativa era composto, em sua maioria, por agrônomos organizados pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB); grupos de estudantes das universidades organizados pela Federação de Estudantes de Agronomia

do Brasil (FEAB); agrônomos e outros extensionistas de organizações não governamentais recém-formados que prestavam assessoria a organizações de agricultores; e agricultores e suas organizações que, nas comunidades rurais, também iniciaram o movimento da agricultura alternativa com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base - CEBS¹⁵ (VILLAR *et al.*, 2013).

Durante a década de 80, foram criadas, em todo o Brasil, entidades de assessoria aos trabalhadores rurais com o objetivo de apoiar a construção de experiências em agricultura alternativa. Um importante marco foi o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE), que tinha como objetivo pesquisar e difundir junto à organização dos trabalhadores rurais o uso das tecnologias alternativas (VILLAR *et al.*, 2013).

Havia, no entanto, diferentes concepções sobre a agricultura alternativa. Essas divergências vieram à tona durante os encontros, fóruns e discussões do movimento da agricultura alternativa na década de 80. Luzzi (2007) e Villar *et al.* (2013) identificaram algumas diferenças conceituais, operacionais e metodológicas que permeavam esse período:

1) a concepção radical, que defendia a centralidade das ações na revolução socialista, com controle das forças produtivas e a coletivização dos meios de produção, e que somente dessa forma seria possível transformar a base tecnológica da agricultura;

2) a concepção político-ideológica, que defendiam os estudantes ligados à FEAB, os profissionais ligados à FAEAB, funcionários públicos, militantes sociais majoritariamente filiados ao Partido dos Trabalhadores. Faziam um debate crítico em relação à agricultura convencional e de defesa da agricultura alternativa. Os grupos que defendiam tal concepção influenciavam a formulação de políticas públicas;

3) a concepção técnica orgânica ou ecológica, formada por aqueles percursores da agricultura alternativa no país, em sua maioria profissionais de nível superior, formuladores de conhecimento teórico com atuação na formação de um nicho de mercado aos produtos produzidos sem veneno;

4) e, por fim, a concepção social, representada pelos envolvidos com a rede PTA-FASE, que buscavam parcerias com os movimentos sociais rurais na época, principalmente os sindicatos. Naquele momento, as práticas daqueles que defendiam essa concepção ainda possuíam um enfoque

¹⁵ As CEBS eram ligadas à Teologia da Libertação da Igreja Católica, que estimulava a organização comunitária nas sociedades rurais, promovendo discussões políticas e sociais, as transformações do campo, o regime militar, e ao mesmo tempo era um espaço de renovação da fé. Teve grande influência e abrangência política no meio rural.

metodológico difusionista, exemplificado na difusão do “pacotinho alternativo” CCCC (caldas, composto, cobertura morta e curva de nível), mas já tinham a preocupação em resgatar e valorizar o saber local (VILLAR *et al.*, 2013, p. 7).

As divergências de concepções, somadas à conjuntura nacional de avanço do neoliberalismo na década de 90, enfraqueceram o movimento da agricultura alternativa. Porém, no interior desse movimento foi gestado o movimento agroecológico. Essa transformação se inicia após a consolidação da Rede-PTA, que passou a ser formada por uma rede de organizações autônomas, assessoradas por membros que atuavam na coordenação do PTA-FASE, dando origem a ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. O termo Agroecologia foi inserido no cenário nacional após o início de uma relação da ASPTA com as experiências da América Latina (VILLAR *et al.*, 2013) e após a tradução, pela ASPTA, do livro “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”, organizado por Miguel Altieri.

Essa mudança não foi apenas terminológica. O conceito foi aprimorado, aperfeiçoou o princípio do diálogo e do protagonismo camponês, a valorização do saber local, das experiências e inovações que acontecem nas comunidades rurais. Ademais, deixa de ser algo externo às comunidades rurais e passa a ter suas bases nos processos, conhecimento e inovações encontrados, construídos, avaliados e ajustados a partir das dinâmicas e relações já existentes nas próprias comunidades (PETERSEN *et al.*, 2004). Desse modo, foi extremamente importante a incorporação da dimensão científica ao conceito, que é construída a partir do conhecimento tradicional, em especial a partir da interação dos cientistas de universidade estadunidenses com cientistas da América Central e México

Assim, na permanente interação com o campesinato, o conceito de agroecologia foi complexificado no decorrer do tempo e, atualmente, carrega em si dimensões de movimento social e político, prática e de ciência, conforme entendimento sistematizado no estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA.

[...] define-se a Agroecologia como ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões (ABA, 2015).

É uma prática da agricultura camponesa que se organiza e se consolida em movimento político capaz de unificar a luta de diversos movimentos do campo e, ainda, introduz a ciência outras formas de conhecimento, valorizando os saberes de povos historicamente subordinados

(WEZEL *et al.*, 2009; VILLAR *et al.*, 2013). Essas dimensões articulam um todo e não acontecem de forma isolada ou fragmentada: prática, ciência e movimento político se misturam, se complementam e se apoiam.

A organização do movimento de agroecologia ganhou novos contornos em 2002 no Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Um dos encaminhamentos do encontro foi a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Fundada no princípio da “unidade na diversidade”, a ANA tem por objetivo ser uma articulação que contribua com o fortalecimento das redes regionais e estaduais já existentes (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

A ANA se tornou uma grande rede de articulação do movimento agroecológico no Brasil. Diversas ONGs e movimentos sociais compõem a ANA, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a rede Articulação do Semi-Árido (ASA), o MST, MPA, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Coordenação de Articulação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), entre outros.

A dimensão científica se fortaleceu em 2004 no II Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), quando foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), uma instituição técnico-científica que visa incentivar e contribuir com a produção científica agroecológica no país (VILLAR *et al.*, 2013). No momento de criação da ABA, as instituições de pesquisa e ensino de nível superior no país já possuíam profissionais que trabalhavam com a agroecologia, mas era preciso unificar essas iniciativas para irradiá-las. Este passo organizativo foi importante, pois aumentou o número de profissionais ligados ao tema, inclusive devido à formação de novos profissionais nos cursos de nível técnico e superior que passaram a existir a partir do ano 2000. Os movimentos sociais do campo como MST, MPA, MAB, entre outros, passaram a incorporar a luta pela agroecologia no final da década de 90, influenciados pelas interações com Movimento Agroecológico Brasileiro.

A Via Campesina, por ser uma organização internacional que reúne diversos movimentos sociais do campo, foi, ao longo de sua criação, ajustando e promovendo entre os movimentos-membros o entendimento de alguns conceitos que unificavam a luta camponesa. Inicialmente, a Via Campesina trazia o conceito de “Agricultura Camponesa Sustentável”, que já trazia a ideia de práticas agroecológicas. Esse foi o início da construção do conceito de agroecologia, mas havia diferenças de perspectiva: a Coordenação Latino América de Organizações Camponesas (CLOC)

defendia que a Via Campesina deveria fazer uso do conceito agroecologia, mas os movimentos membros da Via Campesina na Europa se preocupavam que o termo agroecologia não trouxesse em si o sujeito camponês. Porém, a CLOC defendia que no uso do conceito Agroecologia na América Latina estava implícito que se tratava de uma Agroecologia Camponesa. Finalmente, em 2008, houve um processo de negociação, e a Via Campesina passou a adotar o conceito “Agricultura Camponesa Agroecológica” para que as preocupações dos europeus e latinos americanos fossem contempladas (informação verbal)¹⁶.

O conceito da agroecologia seguiu se complexificando na Via Campesina como uma influência de “mão dupla”: à medida que os movimentos sociais avançavam no entendimento da agroecologia, impulsionavam a Via Campesina; e, à medida que a Via Campesina avançava nesse entendimento, impulsionava os movimentos sociais membros (informação verbal). Uma importante construção que se deu a partir da organização da Via Campesina foi o conceito de soberania alimentar, que permitiu avançar na discussão e entendimento dos sistemas agroalimentares. São várias as ações da Via Campesina que fortalecem o movimento da agroecologia, como as escolas de agroecologia, que oferecem desde cursos formais (nível fundamental, técnico e superior) a cursos curtos de formação em agroecologia, além de ser pauta temática de encontros, seminários e mobilizações (VIA CAMPESINA, 2013).

Guzmán e Molina (2013) compreendem a agroecologia como a forma de trabalhar do campesinato, ou seja, a forma de realizar a agricultura camponesa. Assim, corroborando com o entendimento e a construção da agroecologia no Brasil e América Latina, é impossível pensar em Agroecologia sem a existência do sujeito camponês, pois agroecologia não diz respeito apenas ao manejo ecológico dos sistemas agrários, mas também às relações sociais, políticas, econômicas e culturais, desde a produção dos alimentos, à sua circulação e distribuição, ou seja, o sistema agroalimentar. O manejo agroecológico tem especificidades por ter técnicas alicerçadas no saber local, que compreende a totalidade do sistema agrário que se maneja, adaptadas às realidades específicas de cada lugar; diferente da matriz tecnológica difundida pelo agronegócio, que tende a homogeneizar os sistemas agrários, o conhecimento, as práticas agrícolas e tecnologias.

É central a compreensão da agroecologia como um todo: enquanto prática da agricultura camponesa, capaz de transformar a matriz produtiva e relações sociais na agricultura, e enquanto movimento político-filosófico capaz de realizar transformações e impulsionar processos que

¹⁶ Entrevista com Peter Rosset, fevereiro 2018.

contribuem com a autonomia camponesa, reduzindo sua subordinação. Se reduzirmos a compreensão da agroecologia a um conjunto de técnicas agrícolas de base ecológica, ou a uma área do conhecimento científico, estaremos fadados a ter esse conceito cooptado pelo capital e, assim como o termo agricultura orgânica tem se tornado para o agronegócio apenas a produção para um nicho de mercado, com substituição de insumos, para aferir lucros

Após ter sido apresentado o movimento agroecológico brasileiro, resta a tarefa de elucidar o entendimento deste como um movimento social. Gohn (2008; 2011) conceituou movimento social como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de organização e expressão das demandas da população. Os movimentos sociais, desde sua definição clássica às mais atuais, têm como principais características:

- Identidade;
- Possuem e identificam o opositor;
- Fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade;
- Contribuem para organizar e conscientizar a sociedade;
- Possuem demandas e as apresentam por meio de pressão e/ou mobilização;
- Têm certa continuidade/permanência;
- Não são movidos apenas pela necessidade (fome ou qualquer outra forma de pressão);
- Lutam contra a exclusão, por novas culturas e políticas de inclusão;
- Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural;
- Existem neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade foi ressignificada pela justiça social; a fraternidade se traduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia;
- Constroem modelo de inovações sociais. (GOHN, 2011, pp. 335-337)

O conceito e as características apresentadas permitem analisar o movimento agroecológico. Sua identidade é a luta camponesa pela agroecologia, tem como opositor o capital que avança no campo por meio do agronegócio, possui o modo de vida camponês como projeto de vida em sociedade. É um movimento de expressão nacional que organiza camponeses, outros movimentos sociais e entidades da sociedade civil, ou seja, a base do Movimento Agroecológico Brasileiro é diversa, composta por indivíduos (camponeses, pesquisadores, profissionais e estudantes) e por outras organizações. O movimento agroecológico funciona como o movimento dentro dos movimentos pelo fato de que seus membros, na maior parte das vezes, são base de outros movimentos camponeses, mas também funciona como ponto em comum, convergência de luta das diversas organizações, movimentos e entidades que o compõe.

O Movimento Brasileiro Agroecológico é um movimento social que se organiza em rede - redes regionais, estaduais e nacionais - possui instâncias próprias, fóruns de decisões, preza pela

autonomia de cada movimento ou grupo que o compõe e possui uma estrutura horizontal de tomada de decisões. São essas peculiaridades que fazem do Movimento Agroecológico Brasileiro um movimento inédito e inovador que constrói a agroecologia, luta pela autonomia do campesinato, pela constituição do sujeito camponês e sua autodeterminação, pela produção beneficiamento, circulação e comercialização de alimentos em oposição aos sistemas agroalimentares.

O Movimento Agroecológico Brasileiro realiza a luta na terra, mas que não ocorre apenas nela. Explicita e organiza a luta constante de famílias que buscam ampliar o controle de seus territórios realizando agricultura camponesa por meio do estabelecimento uma economia não capitalista baseada no trabalho familiar. A disputa de projeto de sociedade também se faz fora da terra, buscando incidir e demandar políticas públicas, fazendo a disputa pela ciência e construção do conhecimento agroecológico, se opondo à lógica de organização, desenvolvimento e avanço do agronegócio e constituição dos impérios agroalimentares. Assim, o Movimento Agroecológico Brasileiro, juntamente com metodologia *Campesino a Campesino*, divulgada e impulsionada pela Via Campesina, inspirou a organização da Rede Camponesa de Agroecologia na porção Sul de Sergipe. No próximo capítulo resgato o histórico, organização e as principais atividades desenvolvidas pela Rede.

CAPÍTULO 2

O FIO QUE PASSA PERPASSA, VAI CONSTRUINDO A REDE PASSO A PASSO

Este capítulo descreve a formação e consolidação da Rede Camponesa de Agroecologia e, para isso, reconstruo o seu caminho passo a passo até o momento no qual os membros da Rede compreenderam que tinham produzido um efeito organizativo, um grupo (até esse momento considerarei como a 1ª fase de intercâmbios). A dinâmica dos intercâmbios se deu a partir das unidades de produção camponesa que, na busca pela construção da agroecologia, escolheu como caminho a troca de saberes a partir da realização de intercâmbios. À medida que aconteceram os intercâmbios, quatro grupos se formaram, especializados em distintas comunidades de diferentes municípios da porção sul sergipana.

Em cada um dos quatro grupos da Rede Camponesa de Agroecologia, foi realizado um encontro avaliativo dos intercâmbios. Nesses encontros, o processo vivido até aquele momento foi restituído, e durante a restituição surgiu a compreensão de que uma rede havia sido consolidada. Os intercâmbios, as atividades a eles associadas e avaliações que estão aqui descritos e refletidos.

Optei por descrever as atividades da Rede Camponesa de Agroecologia com esse recorte organizativo, ou seja, até a consolidação de uma rede (forma organizativa), devido à impossibilidade de descrever um a um dos 83 intercâmbios realizados; mas, para não perder o todo, organizei no final desse capítulo uma tabela que sintetiza cada um deles.

Explicada a organização, outras questões precisam ser elucidadas. A primeira delas diz respeito à leitura espacial desse processo, em que me apoio em duas categorias geográficas: território, já abordada no capítulo anterior, e lugar. Território é central, pois compreendo que a agroecologia impulsionada por intercâmbios e organizado em rede produziram um território, o território camponês agroecológico (essa construção será elucidada ao final deste capítulo).

É importante compreender *lugar*, pois é nele que está a comunidade camponesa e a unidade camponesa de produção, é nele que se realiza a vida, a história particular. Lugar é produzido pela existência social dos seres humanos (CARLOS, 2007).

O lugar é o produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizatória produzindo a

identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida. No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. (CARLOS, 2007, p. 19)

É a partir da comunidade camponesa e da unidade de produção camponesa, ou seja, a partir do lugar que se articula a agroecologia, que se fizeram os intercâmbios, alicerce da organização em rede que foi construída.

Articula-se ao lugar a segunda questão que necessita ser elucidada. Os camponeses que formaram a Rede pertencem, em sua grande maioria, a um lugar construído a partir da luta pela terra, portanto, a uma identidade de camponesa de classe – a dos sem-terra. A existência do campesinato forjada na luta pela terra foi condição essencial para a criação de uma rede de agroecologia, pois a terra é a base material de realização da condição camponesa e de sua organização social. Ainda, as dinâmicas próprias, identitárias e constituintes desse campesinato que já fez a luta pela terra potencializam importantes processos de luta contra a subordinação ao capital.

A terceira questão refere-se ao que podemos considerar como período de gestação da Rede de Agroecologia Camponesa. Ou seja, é necessário compreender que existiam processos em curso, que a formação da rede não inaugurou a história desse campesinato. Portanto, além da existência do campesinato, materializada pela conquista da terra e dos processos advindos da conquista da terra, precisamos retomar a Rede Social de Aprendizado (RSA), formada no período de 2009 a 2011.

A RSA se formou no Colegiado Territorial Sul Sergipano¹⁷, fruto de um projeto apoiado e liderado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros, que teve como objetivo realizar um diagnóstico do território e discutir uma forma de produção de base ecológica que mais se adequasse à realidade da região. Esse projeto, intitulado “Articulação para a geração e transferência de tecnologia, produtos e serviços, de base ecológica, para o desenvolvimento endógeno do Território Rural Centro-Sul de Sergipe¹⁸”, realizou um diagnóstico em 17 comunidades, promoveu cursos e capacitações junto com a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), a Universidade

¹⁷ O Colegiado Territorial Sul Sergipano é uma instância organizativa local da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais do governo federal, que teve início no ano de 2003, que no ano de 2008 foi substituído pelo Programa Território da Cidadania. No capítulo 3 existe uma seção que aborda seu funcionamento, instâncias organizativas e sua finalidade.

¹⁸ Este projeto de pesquisa está sintetizado no livro: RAMOS, E.S. **O território rural centro-sul de Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010.

Federal de Sergipe (UFS), a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos (SEMARH) e consultoria em Sistemas Agroflorestais Sucessionais (SAF's), realizada pelo permacultor Henrique Souza.

A RSA se formou na última oficina realizada pelo projeto, que contava com a participação de representantes das 17 comunidades onde foram realizados os diagnósticos, além dos membros do colegiado territorial. Compuseram a RSA 16 camponeses, 5 extensionistas e 2 pesquisadores, que se propuseram a experimentar uma área de 200m² de SAF's. Quatro camponeses implantaram a área com os SAF's e a RSA promoveu intercâmbios entre eles para conhecer o trabalho realizado e entender as dificuldades envolvidas no processo, os aprendizados e coletivamente pensar a condução e manejo da área.

Devido a diversas dificuldades, principalmente a falta de recursos financeiros para apoiar as ações, não foi possível dar sequência as ações da RSA; porém, essa foi uma das sementes plantadas para construção do que hoje é denominada Rede Camponesa de Agroecologia, apelidada de “Camponês a Camponês” por utilizar esse método para o estabelecimento e consolidação das redes. É a apresentação da metodologia utilizada pela Rede Camponesa de Agroecologia nos intercâmbios que considero ser a quarta questão necessária para o entendimento do processo de constituição da Rede Camponesa de Agroecologia.

O método “*Campesino a Campesino*” tem suas origens nas comunidades Maya Kaqchikeles de Chimaltenango na Guatemala em 1972, onde um extensionista, que não falava a língua local, encontrou uma maneira de compartilhar com outros camponeses os resultados rápidos e satisfatórios das técnicas agrícolas que ele experimentava e implantava junto com alguns camponeses (HOLT-GIMÉNEZ, 2008). Da forma como surgiu e desenvolveu, o método Camponês a Camponês se aproxima das ideias de Paulo Freire, que defende relações horizontais entre o educador que aprende e é assim educando, e o educando que ensina e é, portanto, também educador.

Esse método tem sido utilizado em vários países da América Latina, como Nicarágua, El Salvador, Guatemala, México e Cuba, com resultados importantes nos processos de transição agroecológica nestas sociedades. O princípio central do método é: o camponês que já tem alguma experiência com a agroecologia e desenvolve soluções transforma-se em um promotor das suas práticas a partir de intercâmbios, quando ele visita o lote de outros camponeses/as e/ou recebe visita destes, trocando saberes e construindo o conhecimento agroecológico.

La metodología más exitosa para promover y compartir la innovación campesina y el aprendizaje horizontal es la metodología *Campesino a Campesino* (CaC) [...] CaC es una

metodología de comunicación horizontal *Freiriana* (sensu Freire 1970) o, metodología de proceso social, que esta basada en campesinos/as promotores que han innovado soluciones para problemas que son comunes entre muchos agricultores, o han recuperado/redescubierto soluciones tradicionales o antiguas, y que usan las metodologías de la educación popular para compartir con sus pares, usando sus propias parcelas como salones de clase. (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2013, p.10)

O método Camponês a Camponês foi adaptado para a realidade do Sul de Sergipe, que incorporou os princípios da horizontalidade, do protagonismo camponês, e do aprendizado pelo exemplo: *“a palavra convence, mas o exemplo arrasta”*.

Outra experiência que inspirou a metodologia dos intercâmbios da Rede Camponesa de Agroecologia foi a construção da Rede de Agroecologia da Zona da Mata Mineira¹⁹, que há 10 anos realiza intercâmbios de troca de saberes entre camponeses na perspectiva de construção do conhecimento agroecológico. Com essa experiência, aprendemos etapas essenciais dos intercâmbios, tais como: a roda de apresentação, a caminhada guiada pela unidade de produção camponesa, a mesa de partilha e o processo de avaliação ao final dos intercâmbios (cada uma dessas etapas constitutivas dos intercâmbios serão explicados na seção seguinte).

Por fim, a quinta e última questão que trago é relativa ao apoio financeiro que permitiu a realização das atividades que deram origem a Rede Camponesa de Agroecologia. Um deles, já mencionado na introdução da tese, foi o projeto “Construção do Conhecimento Agroecológico em Territórios de Identidade Rural por meio de Intercâmbios em Rede Social - CCAT”, que foi aprovado por um edital interno do macroprograma 6 da Embrapa em 2012. Esse projeto de pesquisa deu início às atividades da rede, ajustou a metodologia dos intercâmbios, identificou e sistematizou experiências agroecológicas camponesas e promoveu intercâmbios entre elas. Articulado a este projeto, outro importante apoio que fortaleceu e dinamizou o processo em curso, já como fruto de uma ação política da própria Rede, foi a incorporação de metas e serviços relacionados a agroecologia na Assessoria Técnica Ambiental e Social em Áreas de Reforma Agrária – ATES. Assim, foram assegurados recursos necessários para o desenvolvimento das atividades de intercâmbio, deslocamento dos camponeses, oficinas técnicas, intercâmbios interestaduais, capacitações e formações em agroecologia (essa ação será aprofundada no capítulo três).

É importante para a compreensão dos processos que serão relatados na próxima seção que a equipe de extensionistas e pesquisadores do CCAT reuniam-se semanalmente para discutir os

¹⁹ Cf: ZANELLI, Fabrício Vassalli. **Educação do campo e territorialização de saberes:** contribuições dos intercâmbios agroecológicos. Viçosa: UFV, 2015. p.146

intercâmbios, avaliar os processos em curso e definir estratégias de atuação. Portanto, nesse momento inicial, a 1ª fase dos intercâmbios, essa equipe teve um papel de mediação, de animação do grupo que se constituía. Adianto que quando o agrupamento de camponeses foi formado, se estabeleceu uma coordenação composta por camponeses e, então, estes passaram a assumir juntos com os pesquisadores e extensionistas as funções de planejamento e animação do processo.

A seguir, apresento um panorama geral dos intercâmbios, sua metodologia e a concertação de dinâmicas e atividades que compuseram essa ferramenta que impulsionou o conhecimento agroecológico de forma criativa, horizontal e festiva.

2.1 – Alinhavando conhecimentos: a dinâmica dos intercâmbios agroecológicos

Os intercâmbios agroecológicos de troca de saberes camponeses foram cruciais para a dinâmica de espacialização e constituição da Rede. Eles criaram os fluxos entre os lugares, entre as unidades camponesas de produção e comunidades camponesas, que configurou a organização em rede.

Nestes intercâmbios, um grupo de camponeses se desloca até a unidade de produção familiar de um outro camponês, onde se realizavam as seguintes atividades: roda de apresentação com dinâmicas e músicas; história de vida da família camponesa que recebia as visitas; caminhada guiada pela área produtiva; mesa da partilha; roda de avaliação.

Essa metodologia de fazer os intercâmbios carrega uma intencionalidade que, no momento inicial, ou roda de apresentação, tem como objetivo criar um ambiente descontraído e horizontal para que todos se sintam à vontade para se expressar. Assim, a apresentação, as brincadeiras, dinâmicas e música remetem à cultura camponesa: o saber e a prática social são resgatados; as músicas se referem ao dia a dia, ao trabalho com a roça, lavar as roupas no rio, os sambas de coco, fazer uma farinhada, a luta pela terra, entre outras.

O resgate da história de vida das famílias permite ao grupo se enxergar no outro, percebendo seu processo de exploração de forma muito evidente nos relatos da vida anterior à luta pela terra, como na história de Seu Quiquias: “fui muito judiado, trabalhava para grandes fazendeiros, na diária, desmatando pra plantar milho, feijão e fava para os ricos, e hoje em dia planto no que é meu” (informação verbal)²⁰. Observa-se também no relato feito por Negão: “trabalhava de diária nas grandes propriedades citrícolas, mas as condições eram ruim (*sic*)...de

²⁰ Trecho da história de vida de Seu Quiquias, relatado durante o intercâmbio. Estância, 2012.

vida e de trabalho... Foi quando percebi que apenas com terra poderia tirar o sustento da família” (informação verbal)²¹. Essa exploração também é percebida na fala de Téo: “comecei na cata da laranja com sete anos...precisava ajudar minha mãe” (informação verbal)²². Por fim, apresento o trecho da história de Silvanira:

Trabalhava de doméstica, mas não dava pra tirar o sustento, sozinha e com quatro filhos... Enfrentei a lona pra conquistar a terra, só via essa solução. Foi (sic) muitos conflitos, muita violência, uns seis despejos com bomba de gás, spray de pimenta, os barracos de lona eram constantemente derrubados e queimados, mais resistimos com 70 famílias (informação verbal)²³.

Esses trechos das histórias de vida dos camponeses permitem ao grupo reafirmar a necessidade da luta pela terra e da luta pela permanência nela, ou luta na terra. Além disso, propicia a formação ou elevação da consciência de classe que, como explica Iasi (2009), se dá no grupo, no reconhecer no outro sua própria condição.

A visita ao lote guiada pela família camponesa tem como objetivo trocar experiências e práticas agrícolas, produzir conhecimento e ressignificar o conhecimento dos camponeses, que foram tratados durante décadas pela extensão rural convencional como meros coadjuvantes, onde os extensionistas são os sujeitos e os camponeses são passivos (ROSSET, 2013). Quando o camponês apresenta seu sistema agrário, visitando os locais que julga de maior importância, explicando sua forma de manejá-los, mostrando suas inovações, suas experimentações e o conhecimento que aplica ali na sua unidade de produção, estabelece um processo de protagonismo que recoloca o camponês como sujeito de sua prática e ressignifica sua experiência agrícola, como evidenciado na fala de Dona Nete (2012): “eu era chamada de louca pelos vizinhos... aos poucos eles entenderam. Agora eu sei que isso é agroecologia” (informação verbal)²⁴

O relato de Dona Nete, camponesa do Assentamento Vitória da União, do município de Santa Luzia do Itanhhy, ilustra como o intercâmbio ressignifica as práticas do camponês ao permitir o seu protagonismo. Dona Nete, ao receber o intercâmbio em sua unidade de produção, percebeu

²¹ Trecho da história de vida de Negão, relatada durante o intercâmbio realizado em sua unidade de produção. Estância, 2012.

²² Trecho da história de vida de Téo, relatada durante o intercâmbio realizado em sua unidade de produção. Estância, 2012.

²³ Trecho da história de vida de Silvanira, relatada durante o intercâmbio realizado em sua unidade de produção. Estância, 2012.

²⁴ Fala de Dona Nete durante o intercâmbio realizado em sua unidade de produção. Santa Luzia do Itanhhy (2012)

na relação com o grupo a importância de sua prática e de seu conhecimento, e sua experiência foi ressignificada. Muitas vezes esse saber é desconsiderado dentro da própria comunidade, que já reproduz o discurso do agronegócio de que o saber do camponês é ruim, atrasado ou pouco produtivo.

O agronegócio se apresenta como alternativa para obter um campo mais produtivo que gera mais riqueza por meio de uma matriz tecnológica e técnicas produtivas cientificamente comprovadas como mais eficiente, difundindo a ideia que o saber científico é melhor ou mais importante que o saber camponês. Essa disputa ideológica entre o agronegócio como alternativa para um campo moderno e o campesinato é feita ao diminuir, desqualificar e desconstruir e até mesmo se apropriar de um saber popular, que é passado como ofício de geração em geração e é testado diariamente e transformado ao longo dos milhares de anos por aqueles que o produzem.

Fazer ciência na perspectiva agroecológica prevê valorizar e reconhecer os saberes camponeses e produzir conhecimento engajado com a realidade por meio do diálogo. Assim, durante os intercâmbios, os extensionistas e pesquisadores se encarregavam, quando necessário, de aprofundar o entendimento sobre os processos conforme tento exemplificar a seguir em algumas situações:

Situação 1 – O camponês constata que o solo melhora ao ser coberto com biomassa (restos e podas de outras plantas). A partir desta constatação, o saber acadêmico pode contribuir para processos que ocorrem com a prática, mas que talvez sejam desconhecidos pelos camponeses: a cobertura de solo mantém a umidade, favorece a vida do solo – microorganismos que degradam a biomassa e geram nutrientes para as plantas, além de melhorar a estrutura física do solo aumentando os poros que arejam a terra e permitem a infiltração da água;

Situação 2 – O feijão de porco, feijão guandu ou mucuna, adubam o solo. Explica-se de forma descontraída: quem se lembra da história de João e o pé de feijão? Aquela que a criança troca uma vaca por três sementes de “feijão mágico”? Essas plantas são iguais àquele feijão mágico. São as leguminosas que possuem nódulos na raiz. Quem já viu a raiz dessas plantas? Tem ou não tem uns carocinhos? Esses carocinhos são os nódulos onde vivem bactérias. Essas plantas são “mágicas” porque se associam às bactérias. Nessa associação todo mundo ganha. Ganha a bactéria, pois fica protegida no nódulo e recebe carbono da planta; ganha a planta, pois a bactéria fixa nitrogênio. Lembra do adubo químico, que comumente falamos 10:10:10? Ou 10:20:10? Esses números são as proporções dos nutrientes NPK – nitrogênio, fósforo e potássio. O nitrogênio é um

nutriente essencial para o crescimento e desenvolvimento das plantas. Sabem onde existe muito nitrogênio? No ar. Então, essa é a mágica: a planta ganha porque essas bactérias conseguem retirar o nitrogênio do ar que está presente nos poros do solo e o deixa na forma que a planta consegue absorver. Quer dizer, ganha a bactéria, ganha a planta e ganham as plantas que estão ao redor, pois estas bactérias fixam muito nitrogênio para a planta que a abrigou nos nódulos, e para as vizinhas também. Ainda ganham as famílias camponesas que cultivam e fazem uso dessas plantas.

Situação 3 - O húmus de minhoca é muito forte e faz bem para as plantas. Explica-se o processo: o que é o húmus? É o cocô/fezes da minhoca, ou seja, a minhoca se alimenta da matéria orgânica e quando essa passa no trato digestivo da minhoca fica cheia de microrganismos (bactérias, fungos) que ajudam a aumentar a vida no solo e disponibilizar nutrientes para as plantas.

Durante a caminhada guiada aconteciam as trocas de sementes, a doação de mudas e estacas. As trocas aconteciam de forma espontânea entre os camponeses; alguns levavam mudas e sementes para presentear a família que recebia o intercâmbio, e quase todos os participantes voltavam para suas casas levando consigo alguma espécie que não conhecia ou até mesmo aquelas as quais não mais possuíam as sementes.

Após a caminhada nas áreas de produção, acontecia a mesa da partilha, que era a hora de almoçar ou de lanchar. A mesa da partilha também tem uma intencionalidade, que vai além de saciar a fome: é um momento de celebração e, novamente, de mais aprendizados. A comida servida, em sua maioria, é produzida no local pela própria família camponesa ou seus vizinhos. Entre as cores, aromas e sabores, trocam-se saberes, seja na forma de preparo dos alimentos, no resgate de plantas comestíveis não convencionais ou até mesmo na troca de receitas.

A última atividade dos intercâmbios era uma rodada de avaliação do dia. Assim, formavam-se novamente a roda e cada um avaliava a experiência visitada por meio de perguntas geradoras: o que eu levo? O que eu tiro? O que eu coloco? A primeira pergunta tem a intenção de apreender o que cada um levou para si como aprendizado, a segunda busca detectar problemas/dificuldades da experiência visitada, e a terceira fomenta a sugestão de novas técnicas, novidades práticas que podem ser adotadas para melhorar a experiência. Ao final dessa conversa, o próximo intercâmbio era marcado, escolhendo entre o grupo a próxima família que receberia a visita.

Muitas vezes na rodada de avaliação usava-se a círculo de cultura como instrumento metodológico para a construção de conhecimento. Para isso, cada participante pegava um elemento

no decorrer do intercâmbio (pedra, folha, flor, solo, minhoca etc.) que simbolizasse aquele dia, os aprendizados, as lições, os desafios. Assim, na avaliação, um de cada vez apresentava o elemento que pegou deixando-o no centro da roda e explicava seu significado. A partir disso, iniciavam-se as conversas, as trocas de saberes, sugestões e avaliação do intercâmbio.

No final da rodada de avaliação era marcada a data e local do próximo intercâmbio. O critério utilizado para definir a família que receberia o intercâmbio seguinte era praticar agricultura com princípios que acumulariam na construção do conhecimento agroecológico, ou uma família que demonstrava interesse em iniciar a transição agroecológica.

Além das etapas descritas, ao longo do processo de realização dos intercâmbios foram incorporadas inovações como: confecção de boletim de sistematização de experiência, mutirões e oficinas. O formato de intercâmbio foi transformado sempre que o grupo percebeu a necessidade de inovar, de incorporar novos elementos, a cada reflexão coletiva avaliou-se o processo em curso, permitindo ajustes e mudanças.

Os boletins²⁵ surgiram da necessidade de sistematizar e registrar a experiência intercambiada. Inicialmente, eram produzidos após os intercâmbios. Após ajustes das dinâmicas do grupo, os boletins passaram a ser elaborados antes dos intercâmbios no que era chamado de visita prévia, assim eles eram distribuídos e lidos durante o intercâmbio.

As oficinas ou cursos começaram a fazer parte de alguns intercâmbios quando era detectado a necessidade de aportar algum conhecimento, demandado pelo coletivo. Assim, as oficinas podiam ser realizadas por extensionistas, pesquisadores ou por camponeses que dominavam o tema escolhido.

Os mutirões também foram incorporados aos intercâmbios como forma de materialização do conhecimento agroecológico coletivo na unidade de produção familiar; assim, não só práticas agrícolas foram implantadas, mas também o trabalho coletivo foi estimulado e resgatado.

O quadro abaixo organiza e sintetiza as ferramentas metodológicas utilizadas nos intercâmbios.

²⁵ Em anexo um modelo de boletim adotado pela Rede.

Quadro 4 – Etapas e ferramentas metodológicas utilizadas nos intercâmbios de troca de saberes

ETAPAS E FERRAMENTAS	OBJETIVO
Visita prévia ao intercâmbio (cartografia social, DRP, caminhada guiada)	Conhecer o sistema agrário da família que recepcionará o intercâmbio, coletar informações para elaboração do boletim
Dinâmicas de animação e apresentação	Integrar os presentes e celebrar o início dos intercâmbios
Relato da história de vida da família camponesa (rio do tempo)	Formação de um grupo a partir do reconhecimento no outro, estimular a percepção da necessidade da luta camponesa.
Entrega e leitura do boletim	Apresentar de forma sistematizada a experiência que será visitada na etapa seguinte; contribuir de forma subjetiva na resignificação e reconhecimento da experiência e do conhecimento camponês; fortalecer o protagonismo camponês.
Visita guiada ao sistema agrário camponês	Reconhecer o conhecimento camponês que orienta suas práticas e manejo agrícola; trocar saberes e experiências; fortalecer o protagonismo camponês.
Troca de sementes	Irradiar agrobiodiversidade, fortalecer as sementes crioulas.
Mesa de partilha	Celebrar o dia; apreciar e fortalecer as comidas produzidas por camponeses; troca de saberes
Mutirões	Estimular o trabalho coletivo; realizar coletivamente uma prática agroecológica.
Oficina	Apreender ou fixar uma prática agroecológica
Rodada de avaliação (Que bom? Que pena? Que tal? Ou Círculo de Cultura)	Estimular a participação de todos, promover mais um espaço de troca de saberes, tirar lições, levantar demandas de intercâmbio.
Escolha do próximo intercâmbio	Garantir a escolha de uma data factível aos presentes, escolher coletivamente a prática/o conhecimento camponês que será compartilhado.

FONTE: a autora.

Os intercâmbios de trocas de saberes, orientados pelos princípios do método Camponês a Camponês foram capazes de construir o protagonismo camponês. Estes ocupam lugar periférico na sociedade, de exclusão, apesar de abastecer o mundo com a produção de alimentos. Schneider, ao prefaciá-lo livro “Camponeses e a arte da agricultura”, de Jan Douwe van der Ploeg, apresenta dados obtidos pela FAO em 2014: dos 570 milhões de estabelecimentos agropecuários que existem no mundo, 500 milhões, ou seja 90% são dirigidos ou dependem da mão-de-obra de uma família. Destes 500 milhões de estabelecimentos, 475 milhões possuem menos que 2 hectares de terra e produzem em torno de 80% dos alimentos consumidos no mundo.

A manutenção desse cenário contraditório entre produtor de alimentos, bem primário e necessário para a manutenção da vida, e ser social marginalizado se estrutura no desenvolvimento do capital no campo, ou seja, é parte do conjunto de problemas inerentes a esse desenvolvimento.

E, como fruto histórico dessas relações sociais, muitas vezes é difícil para o próprio camponês enxergar sua grandeza e a importância do seu trabalho. A modernização da agricultura aguçou os processos históricos de desvalorização da agricultura camponesa como estratégia de dominação, fazendo-os dependentes de conhecimento, tecnologia como também de bens e insumos industriais (DESMARAIS, 2013).

Os camponeses que construíram a Rede Sergipana de Agroecologia passaram, majoritariamente, por ressocialização após a luta e conquista da terra; porém, durante essa luta, também passaram por um intenso processo de organização popular, de transformação em sujeitos sociais. Ainda assim, muitos desses camponeses sentiam-se meros coadjuvantes no processo de produção de conhecimento e não viam em seus vizinhos (ou outros camponeses) uma fonte de conhecimento. Um impacto de extrema importância da Rede Camponesa de Agroecologia foi ressignificar esse conhecimento que era tido como atrasado ou sem valor. O conhecimento camponês passou a ser o fluxo, elemento central da rede, em que tudo se deu e se organizou a partir do conhecimento desses homens e mulheres que vivem e praticam a agricultura camponesa.

A construção do protagonismo camponês se dava em todos os momentos. Muitas vezes podia ser percebido na leitura dos boletins. Inúmeras vezes as pessoas choravam e se emocionavam, como o relato de Dona Nide: “nunca imaginei que ia ter uma foto minha num jornalzinho desse ... [*choro*]... quero mostrar pra toda minha família” (informação verbal)²⁶. Essa emoção também esteve na fala de Silvanira: “eu tô (sic) chorando, mas é de felicidade... de ver minha história, ver minha vida, de pensar tudo que passei, e hoje tá aqui... um grupo que valoriza a gente” (informação verbal)²⁷.

Também durante a caminhada no lote, nos momentos de avaliação dos intercâmbios, quando outros camponeses diziam o que aprenderam e parabenizavam a experiência visitada, cada pedacinho do intercâmbio enchia a família anfitriã de orgulho de si própria, percebida na fala de Baiano (2013):

Tá vendo aí? Todo mundo achava que Baiano é doido. Eu saio pelas feiras, recolho as sementes das fruta e simeio (sic) tudo! De um tudo eu simeio (sic) aqui...

²⁶ Fala de Dona Nide, após receber o boletim que relatava sua experiência no intercâmbio que aconteceu em sua unidade produtiva. Assentamento Carlos Gato, Arauá, 2013.

²⁷ Fala de Silvanira, após leitura do boletim que sistematizou sua experiência. Assentamento 17 de Abril, Estância, 2012.

Quem dá valor? Dá nada!! Mas, agora eu gostei do que cê falou: Baiano anda com a horta e deixa um rastro de árvore. Ficou bunito isso aí²⁸. (informação verbal)²⁹

Os camponeses que participavam dos intercâmbios também ressignificavam suas experiências e se entendiam como protagonistas na produção de conhecimentos à medida que se reconhecia no grupo, que reconheciam suas práticas agrícolas nas práticas dos outros camponeses.

Acredito que mais que ressignificar a experiência prática agrícola dos camponeses e reconhecer seus saberes, a Rede Camponesa de Agroecologia ressignificou a vida, deu visibilidade e reascendeu a confiança neles próprios e no grupo, como exemplificado na fala de Téó, que nos ajuda a perceber a mudança de sentido em sua própria condição camponesa: “antes eu achava que dizer camponês tava (sic) xingando, era falando que somos pobres e sem futuro (risos). Hoje eu tenho orgulho de ser camponês” (informação verbal)³⁰

Nas próximas seções, apresento o percurso de intercâmbios em cada grupo da Rede Camponesa de Agroecologia.

2.2 – Aprendendo a tecer: a formação da rede por meio dos intercâmbios nos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhhy

O grupo de Estância e Santa Luzia do Itanhhy iniciou os processos de intercâmbio em julho de 2012 com a realização de um intercâmbio em duas unidades de produção familiar no mesmo dia. A primeira foi no assentamento de reforma agrária Paulo Freire II, município de Estância, na experiência conduzida por Ivanilson (Negão), Jacira e seus filhos Lídía, Hilgor e Rivelino; e o segundo, no assentamento vizinho Rosa Luxemburgo, na experiência conduzida por Téó, Eliana e seu filho Gabriel.

Essas unidades produtivas foram escolhidas pois alguns extensionistas que compunham o projeto CCAT da Embrapa eram militantes do MST e, portanto, já conheciam as práticas e os sistemas agrários dessas famílias. Além disso, o Negão foi um dos camponeses que integrou a RSA e havia instalado a área experimental de SAF's em seu lote.

²⁸Baiano que junto com sua esposa Cristineide cultivavam horta. Enquanto cuidavam da horta Baiano semeava diversas sementes na própria área da horta, e quando as árvores cresciam o suficiente impedindo o cultivo da horta, eles mudavam a horta de lugar, e reiniciava o trabalho de semear árvores e cuidar delas ao mesmo tempo que cuidava da horta. A medida que eles trocavam a horta de lugar, ficavam na área as árvores.

²⁹Fala de Baiano, durante o intercâmbio em sua unidade produtiva. Assentamento 17 de Abril, Estância, 2013.

³⁰Fala de Téó durante oficina de sistematização da construção da Rede Camponesa de Agroecologia. Estância, 2014.

Além das famílias que apresentaram suas experiências, participaram dessa atividade Gileno (dirigente nacional do MST/SE), sua esposa Nice e seus filhos Marta e Ildo Manoel, a equipe de pesquisadores e extensionistas, além de estudantes da UFS e os professores Irene Maria Cardoso (UFV) e Eraldo da Silva Ramos Filho (UFS).

Na unidade familiar de Negão e Jacira, conhecemos o que eles denominavam “Roça do Futuro”, que, segundo Negão, era uma roça plantada no presente, mas que sempre estaria produzindo devido à diversidade de espécies, desde as de ciclo curto até espécies perenes como frutíferas e árvores para a produção de madeira. Já na unidade familiar de Téo e Eliane, conhecemos a produção de hortaliças, de grande diversidade, além da produção de insumo por meio da vermicompostagem, a criação de galinhas em áreas rotativas (piquetes) com árvores e espécies herbáceas que serviam de alimento para as galinhas.

Foi neste primeiro intercâmbio que as dinâmicas e práticas dos intercâmbios foram aprendidas, ou seja, foi fazendo o primeiro intercâmbio que aprendemos a fazê-los. A professora Irene, como mediadora do intercâmbio, nos ensinou a intencionalidade de cada momento do intercâmbio e apresentou um conjunto de ferramentas metodológicas que utilizam nos intercâmbios da Rede de Agroecologia da Zona da Mata Mineira. Este momento foi essencial para a condução dos demais intercâmbios e, assim, iniciar a tessitura da Rede Camponesa de Agroecologia.

O segundo intercâmbio foi realizado no sistema agrário de Aguinaldo, no assentamento Paulo Freire II, município de Estância, por indicação da família de Negão. Aguinaldo mora com sua esposa, que trabalhava fora do assentamento (o casal não teve filhos).

Cinco famílias camponesas participaram desse intercâmbio, conheceram o plantio de laranja consorciado com maracujá, a horta com a barreira de vento composta por bananeiras. Além disso, participaram do planejamento e o início da implantação de um sistema de irrigação juntamente com 5 vizinhos, e fizeram o plantio de capim de corte para fazer a cobertura da horta.

Na figura abaixo, é possível visualizar que Aguinaldo preserva em seu lote a mata ciliar do Rio dos Macacos. Ele entende que essa mata preservada contribui para a manutenção da água do Rio. Ainda que fizesse parte do planejamento desse camponês o uso dessa água para irrigar a horta, a preservação dos bens naturais na lógica camponesa não se dá apenas pelo fato de seu uso ou da possibilidade de aferir lucro. Assim, foi possível perceber que compreendem a manutenção desse bem como forma de manutenção da vida.

Figura 1 - Intercambistas no lote do Aguinaldo; ao fundo, mata ciliar do rio dos Macacos



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2012).

Os camponeses nesse intercâmbio trocaram suas experiências sobre manejo do pomar de laranja e da horta. Além disso, debateram as dificuldades de iniciar a produção agrícola que cria a subordinação ao mercado de crédito, a baixa fertilidade das terras daquele assentamento e a falta de experiência com agroecologia. Na fala de Aguinaldo (2012) fica explícita uma forma de como a matriz tecnológica do agronegócio adentra nas unidades camponesas de produção pelo crédito bancário: “fui aprendendo a fazer agricultura a duras penas. No início, por conta dos contratos de empréstimo nos bancos, era obrigado a usar adubos químicos e agrotóxicos, até que um dia perdi todo um lote de capim por causa de um excesso de aplicação de ureia” (informação verbal)³¹.

Segundo o relato dos camponeses, as instituições financeiras só liberam o crédito após análise da viabilidade financeira do projeto apresentado, o que lhe dá a segurança da capacidade de pagamento do empréstimo. Porém, os próprios analistas de crédito do banco condicionam essa

³¹ Relato de Aguinaldo durante o intercâmbio em sua unidade de produção. Assentamento Paulo Freire II, Estância, 2012.

viabilidade econômica à matriz do agronegócio. É dessa forma que a monocultura, a dependência de insumos externos conduz à decadência a agricultura camponesa, que além de endividados pelo banco, não competem no mercado capitalista e ficam nas mãos do agronegócio ou de atravessadores para vender a preços irrisórios sua produção, que muitas vezes não paga nem o custo para se produzir.

Nesses dois primeiros intercâmbios, o número de famílias camponesas participantes ainda era pequeno; assim, a maior parte dos intercambistas eram os extensionistas e pesquisadores do projeto CCAT.

O terceiro intercâmbio aconteceu na unidade camponesa de Seu Quiquias e Dona Euzinete, que vivem no assentamento de reforma agrária Rosa Luxemburgo, município de Estância. Reuniram-se oito famílias camponesas, que conheceram uma unidade de produção de farinha onde Seu Quiquias e sua família beneficiam a macaxeira³² e a mandioca³³ para a fabricação de farinha, beiju, pé-de-moleque, tapioca, bolos, mingau, dentre outros produtos.

O uso da casa de farinha é aberto para todas as famílias do assentamento e comunidades vizinhas que tenham interesse, que pagam uma taxa pela utilização da casa, normalmente com uma parte da farinha produzida. Essa taxa é utilizada para manutenções e reparos necessários na unidade de processamento.

³² Macaxeira é o nome utilizado, em Sergipe, para a mandioca de mesa, ou seja, a mandioca que é consumida como raiz, porém essas variedades também podem ser transformadas em outros subprodutos.

³³ Mandioca refere-se as variedades utilizadas para fazer farinha de mandioca, tapioca e fécula.

Figura 2 - Casa de farinha da família do seu Quiquias e dona Euzinete. Assentamento Rosa Luxemburgo.



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2012).

Seu Quiquias e dona Euzinete criam vaca de leite que, além do leite, fornece o esterco que é utilizado para a produção de 2000Kg de vermicomposto. Possuem também 80 galinhas para produção de ovos no sistema de piquetes rotacionados, no entorno de uma área onde plantam a horta. Dessa forma, conseguem integrar a criação das vacas leiteiras utilizando o esterco para produzir insumos necessário para as hortaliças, e as verduras e vegetais produzidos na horta também são utilizadas como alimento das galinhas.

Possuem ainda uma área ao redor da casa com plantios de frutíferas como mangueira, jaqueira, cajueiro e bananeiras. No lote grande plantam macaxeira e mandioca e capim para as vacas. No entanto, Seu Quiquias contou que não usam o húmus produzido para adubar essas culturas pois precisaria de um volume muito grande e teria dificuldade para levar o húmus até essas áreas de produção (a área de produção de húmus é distante da área de produção da macaxeira e

mandioca); assim, utilizam de adubo químico industrial. Na rodada de avaliação ao final desse intercâmbio, surgiu como solução à adubação das macaxeiras e mandiocas a diversificação de culturas e uso de espécies que produzem grande quantidade de biomassa para a cobertura do solo. Essa seria uma estratégia de aumentar a fertilidade do solo e, assim, deixar de usar os adubos químicos industriais.

Outra reflexão importante foi acerca da necessidade de incorporar à rede outras etnicidades camponesas (quilombola, catadoras de mangaba, pescadores, pequenos agricultores, etc) ou comunidades tradicionais com intuito de diversificar a base camponesa da rede e, assim, qualificar a troca de conhecimento, pois o campesinato da reforma agrária é um sujeito social que está lutando pela ressocialização no meio rural. No processo de exclusão da terra, os camponeses perderam por um determinado período o vínculo com a terra, com a agricultura, com a vida em comunidade e, na maioria das vezes, se encontravam em situação de extrema exploração e miséria.

Dessa forma, a conquista da terra é um processo de ressocialização, de reconstrução da vida, de reaprender a fazer agricultura, a viver em comunidade, reconstruindo a identidade camponesa; assim, o contato com diferentes formas e identidades camponesas pode contribuir neste processo. As outras etnicidades camponesas que, por mais empobrecidas e excluídas socialmente que possam se apresentar, restaram-lhes o vínculo com a terra, a realização da agricultura ainda que apenas de autoconsumo, o conhecimento tácito do lugar onde realiza sua existência, o saber passado pela oralidade e na realização de um ofício. Portanto, compreendo que a reflexão acerca da incorporação de diferentes identidades camponesas aos intercâmbios estava associada a uma necessidade de conhecer e vivenciar diferentes realidades, compreender sistemas agrários orientados por conhecimentos que se dão pela vivência indissociável ao lugar onde é produzido.

A tentativa de incorporar outras identidades camponesas aos intercâmbios foi feita por meio dos fóruns do Colegiado Territorial Sul Sergipano, onde em cada reunião mensal era feita uma apresentação das atividades que estavam sendo realizadas pela rede e o convite aos representantes das comunidades que estavam presentes.

Dessa forma, conseguimos realizar alguns intercâmbios em comunidades com histórias e particularidades diferentes dos assentamentos criados a partir da luta pela terra e organizados pelo MST. Porém, estes não se tornaram assíduos, as participações eram eventuais e esporádicas. A falta de assiduidade pode ser explicada pelo fato de já existir nos assentamentos de reforma agrária uma relação anterior com os extensionistas e pesquisadores da Rede, mas também um fator

importante é a organização política e social, que já faz ou fez parte em algum momento da história das famílias que lutaram pela conquista da terra.

Conseguimos uma aproximação importante com a comunidade Priapu, no município de Santa Luzia do Itanhy. Ainda que essa seja também uma área de reforma agrária, que inicialmente foi organizada pelo MST, atualmente é uma comunidade organizada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), e esse movimento impulsiona na comunidade distintas formas organizativas e formas de luta das que existem nos assentamentos organizados pelo MST. O Priapu, ou assentamento Vitória da União, foi uma das primeiras desapropriações realizadas nessa porção sul do estado de Sergipe.

Lá foi realizado o quarto intercâmbio em dois locais: a unidade camponesa de Dona Nete e uma área coletiva conduzida por Solange e Anália. Participaram desse intercâmbio sete famílias camponesas. Lá conhecemos uma belíssima experiência de unidade camponesa coordenada por Dona Nete, além de um quintal com horta, criação de galinhas, plantação de laranja, criação de porco e vacas de leite. Tudo integrado: “*um cria o outro*”, segundo a camponesa. Dona Nete tem cerca de 60 galinhas (refere-se a elas chamando-as de “meninas”) e coordena tudo com muito conhecimento e cuidado. Começa pela escolha do galo; os reprodutores são aqueles maiores, mais fortes e coloridos, que são trocados a cada dois anos para evitar o cruzamento com suas crias, garantindo uma melhor genética de seu rebanho. Depois que ovos são chocados, os pintinhos são separados por 30 dias, quando atingem a idade e tamanho certo para se juntarem ao restante da criação. As galinhas ficam soltas em uma parte do quintal para pastarem e ainda se alimentam de milho, restos da horta e tem um complemento de ração.

A horta de Dona Nete tem muita variedade: tomate, quiabo, coentro, alface, rúcula, plantas medicinais, batata-doce, pimentão, pepino, milho, feijão-de-corda, banana e mamão, e ainda tem o que ela chama de “*muro verde*”, um quebra vento feito de feijão de corda da variedade Costela de Vaca (19 grãos por vagem). Dona Nete é a guardiã dessa semente.

Figura 3 - Horta diversificada de dona Nete; ao fundo, o “muro verde”



FONTE: Arquivo do projeto CCAT

As hortaliças produzidas e os ovos são comercializados na feira do município uma vez por semana, mas ela também os leva em outros dias para cidade. Seus produtos já são conhecidos, os “*clientes são fiéis*”.

A outra unidade produtiva visitada é dirigida por duas mulheres, Anália e Solange, que cultivam hortaliças em cerca de 1,5 tarefas ou 4.600m². A área possui declividade acentuada, o que dificulta o trabalho, além de tornar o solo mais susceptível à erosão. A solução encontrada por Anália e Solange foi realizar o terraceamento ou curva de nível,. Essa foi uma etapa muito trabalhosa, mas as duas conseguiram e cultivam nos terraços diversos tipos de hortaliças, como pepino, abobrinha, tomate, quiabo, coentro, alface, salsinha, cebolinha, rúcula, pimentão, além de banana e mamão. As duas comercializam a produção por meio dos programas institucionais Programa Aquisição de Alimentos PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

A partir destes intercâmbios e com a participação, ainda que eventual, de Madalena, liderança de movimento feminista MMTR, a Rede Camponesa de Agroecologia começou a perceber que era necessário articular ações que destacassem o trabalho da mulher, muitas vezes invisibilizado. O primeiro impacto foi na metodologia dos intercâmbios, que buscou formas de garantir a fala e espaço das mulheres, estimulando uma maior participação no relato da história de vida da família e dos processos produtivos nos quais está inserida na unidade camponesa. A mesa da partilha incorporou um momento para que a mulher da família que recebe a visita pudesse contar a origem dos alimentos e a forma de seu preparo.

Além desse olhar para a metodologia do intercâmbio, com o desenrolar das atividades e a consolidação da rede de agroecologia, foi possível desenvolver atividades como pautas específicas e com o protagonismo das mulheres, que será relatado adiante.

O quinto intercâmbio, já com cerca de vinte famílias camponesas, voltou a unidade camponesa do Negão e Jacira, por se tratar de uma importante experiência que havia sido visitada por apenas duas famílias durante o primeiro intercâmbio da rede. Negão preparou, com muito zelo, uma aula sobre suas experiências, o cuidado com o solo, a diversidade de espécies e apresentou sua Roça do Futuro.

Figura 4 - Roça do Futuro: Negão apresentando os princípios que utiliza na construção de seu sistema agrário.



FONTE: Arquivo do projeto CCAT

A Roça do Futuro é uma construção prática-teórica, ou seja, uma práxis transformadora que encanta a todos que a conhecem. Instalada em solos classificados como Argissolo Amarelo, que possui baixa fertilidade natural, Negão, Jacira e sua família conseguiram erguer uma roça verde, frondosa, diversificada e produtiva, alicerçada no conhecimento camponês, na experimentação, na observação da natureza e no estudo. Não só no estudo da natureza, mas também na educação formal. Negão e Jacira haviam parado de estudar quando completaram, respectivamente, a 4ª e 5ª série do ensino fundamental, e relataram que para entender melhor a roça, para entender a agroecologia voltaram a frequentar a escola na modalidade EJA – Ensino de Jovens e Adultos.

Além disso, seus filhos participam, ajudam no plantio, nos cuidados e ainda estudam a Roça do Futuro. Segundo Negão, ele notou que os filhos estavam perdendo o interesse pela roça;

então, pensando e conversando com Jacira sobre o que poderia ser feito tiveram uma grande ideia: compraram uma câmera fotográfica digital. Essa inovação empolgou os pequenos, que passaram a ir para a roça com a câmera e, assim, fotografavam tudo que acham bonito ou que lhes despertassem interesse e curiosidade. Ao final do dia de trabalho, a família se reúne e transfere as imagens fotografadas para a televisão e, assim, passam horas discutindo sobre a roça, aprendendo juntos e garantindo a continuidade do conhecimento e do gosto pela roça.

Ao final deste intercâmbio, uma importante reflexão para o processo de organização da rede foi a necessidade de um intervalo maior entre os intercâmbios: em três meses de atividades já haviam sido realizados 5 intercâmbios em 7 unidades produtivas. Os intercâmbios seguintes passaram a ser realizados com intervalo de um mês, o que possibilitou a participação mais efetiva das famílias.

Desse intercâmbio em diante, já foi possível perceber a formação de um grupo, indicando que a criação de um fluxo entre as unidades camponesas. Apesar da entrada e saída das pessoas do intercâmbio, foi possível identificar um núcleo, um grupo que esteve presente em todas os intercâmbios e atividades, o que foi essencial para que o conhecimento pudesse ser aprofundado e construído ao longo do tempo.

Os intercâmbios que seguiram aconteceram, na sequência, na unidade de produção de Raimundo, assentamento Bispo Dom Helder; novamente, na casa do Téo, Eliane e Gabriel, no assentamento Rosa Luxemburgo; e no sistema agrário conduzido por Silvanira, no assentamento 17 de Abril.

No intercâmbio na unidade de produção do Raimundo estiveram 12 famílias camponesas. Raimundo é camponês e professor, formou-se em Ciências Agrárias pelo Programa Nacional de Educação em áreas de Reforma Agrária (PRONERA) e, mesmo quando dando aula, encontra tempo para dedicar a roça. Raimundo mora sozinho e diz que os vizinhos ajudam bastante nos cuidados com a roça, principalmente quando precisava se ausentar para participar do estudo do curso na metodologia de pedagogia da alternância³⁴.

Raimundo contou que estava iniciando a transição agroecológica e que ainda dependia do uso de adubo químico em sua roça e horta. Ao redor de sua casa possui muitas árvores frutíferas

³⁴ Pedagogia da alternância é a metodologia dos cursos do PRONERA, utilizada para contextualizar a educação formal à realidade camponesa. Assim as turmas têm o tempo aula, onde estudam os conteúdos do curso, e o tempo comunidade, para desenvolverem as atividades produtivas necessárias ao sustento e ainda realizam atividades vinculadas ao curso junto à comunidade.

como coqueiro, abacateiro, mangueira, cajueiro, bananeira, jaqueira e mamoeiro. Criava cerca de 40 galinhas, 20 patos e 7 perus soltos em piquetes. Planejava a construção de um carneiro hidráulico para irrigar a horta.

O intercâmbio na unidade produtiva de Téo, Eliane e Gabriel fez parte de uma atividade denominada I Jornada de Camponês a Camponês, que aconteceu nos dias 11 e 12 de outubro de 2012, e teve como objetivo fazer a discussão agroecologia sair do campo e das rodas entre camponeses e atingir também outras parcelas da sociedade. No primeiro dia, o cubano Fernando Funes, agrônomo, professor da Universidade de Matanzas e camponês, deu uma palestra que trouxe o exemplo da experiência de seu país na construção da agroecologia por meio da metodologia Camponês a Camponês. Em Cuba, o Camponês a Camponês envolveu 110 mil famílias na produção agroecológica de alimentos em 10 anos. Também nesse momento houve o lançamento do livro: “Revolução Agroecológica: o movimento camponês a camponês da ANAP em Cuba”, que foi apresentado pelo Eraldo da Silva Ramos Filho e Edmar Ramos de Siqueira.

No segundo dia da I Jornada de Camponês a Camponês realizou-se o intercâmbio no lote da família de Téo, no qual participaram Fernando Funes, camponeses, extensionistas e pesquisadores da rede Camponesa de Agroecologia, a direção estadual de Sergipe do MPA e estudantes da UFS.

O intercâmbio iniciou com a história de vida do Téo e de Eliane e a história de conquista do assentamento Rosa Luxemburgo. Na caminhada guiada, Téo conduziu o grupo para conhecer sua horta, com grande diversidade de hortaliças rotacionada em piquetes, com a criação de galinhas para o autoconsumo e um minhocário para a produção de insumos que fertiliza as hortas. Além disso, conta com um sistema agroflorestal, que consiste em aliar plantios anuais e plantios perenes em um consórcio complexo, que ocupa dos diversos estratos desde o mais baixo, com plantas herbáceas até os mais altos com as árvores.

Figura 5 - Intercâmbio da I Jornada de Camponês A Camponês.



FONTE: Arquivo do projeto CCAT

Durante o intercâmbio houve trocas de experiências e conhecimentos e, principalmente, o diálogo em relação as experiências cubanas. Funes fez considerações importantes sobre o sistema agrário do Téó, que, de uma forma geral, ajudam a consolidar experiências agroecológicas, apontando para os passos iniciais que uma unidade de produção camponesa deve perseguir: autonomia alimentar, autonomia de insumos, autonomia energética e autonomia tecnológica.

A rodada de avaliação da I Jornada de “Camponês a Camponês” encerrou o intercâmbio. Foram elencados aspectos da experiência visitada tendo como central a questão da autonomia do sistema agrário camponês, já pontuado por Funes durante a visita guiada. Avaliou-se, então, que era importante para a Rede Camponesa da Agroecologia aprofundar e orientar as ações primeiramente para fortalecer a autonomia alimentar e autonomia de insumos. Outros aspectos abordados durante o evento também foram avaliados, como a eficiência das redes camponesas para irradiação e fortalecimento da agroecologia, avaliou-se a metodologia Camponês a Camponês e os intercâmbios como ambientes fecundos para o aprendizado e o fortalecimento do campesinato.

O oitavo intercâmbio aconteceu no Assentamento 17 de abril, no lote de Silvanira. Naquele final do ano de 2012, o grupo que se formava a partir dos intercâmbios apresentava demandas por cursos, oficinas que ensinassem novidades agroecológicas aos camponeses que frequentavam os intercâmbios, ou seja, novas práticas agrícolas agroecológicas que pudessem ser incorporadas aos sistemas agrários locais. Assim, foram concebidas as Oficinas de Outubro, que tiveram como facilitadores a professora Irene Cardoso (UFV) e Henrique Souza, consultor e permacultor.

As Oficinas de Outubro aconteceram em três grupos da rede: uma no assentamento Carlos Gato, do grupo que abrange os municípios de Arauá e Umbaúba; outro no Assentamento Joelia Lima, que abrange as comunidades e assentamentos do município de Indiaroba – descritas adiante; e a oficina que aconteceu no assentamento 17 de abril no lote de Silvanira, no grupo composto por comunidade e assentamentos do município de Estância e Santa Luzia do Itanhhy. As práticas apresentadas pelo Henrique e a Irene foram: o uso das árvores para diversificação, enriquecimento e cobertura do solo; método popular de análise do solo; e o preparo de Microrganismos Eficientes (ME), que são capturados em área de floresta para revitalização dos solos.

Henrique reforçou a importância da cobertura do solo para melhorar a fertilidade, protegê-lo do sol, reter a umidade, melhorar as condições de vida dos microrganismos do solo e, conseqüentemente, melhorar a produção. Demonstrou na prática o uso das podas de árvores para obter a biomassa necessária para a cobertura do solo. E, para resolver o problema da falta de biomassa, apresentou uma forma de plantar sementes de árvores junto com a lavoura anual para, posteriormente, usá-las na produção de biomassa. As práticas ensinadas por Henrique se fundamentam nos princípios dos Sistemas Agroflorestais Sucessionais (SAFs). Apesar de alguns camponeses terem instalado SAFs em seus lotes, ainda existiam muitas dúvidas sobre o manejo dessas áreas, as podas necessárias para a cobertura do solo e produção do sistema.

Irene apresentou aos camponeses, extensionistas e pesquisadores um método popular para realizar análise do solo e, assim, tirar a dependência de realizar análise em laboratório. Este método contribui para avançar na autonomia, pois permite não apenas analisar o solo, mas também entender o que pode ser feito para melhorá-lo. O método consiste em 10 indicadores que precisam ser observados, a cada um desses indicadores é atribuída uma nota 0, 5 ou 10. Ao final, em uma folha com desenho de gráfico radar são plotados os pontos referentes aos indicadores e se constrói um gráfico da unidade de produção camponesa. A família pode, assim, entender o que falta para o solo

melhorar observando o que teve pontuação 0 e 5, e incorporar novas técnicas a fim de obter pontuação 10. Além disso, possibilita também monitorar ao longo do tempo as mudanças ocorridas a partir da adoção das técnicas de manejo e conservação dos solos.

Figura 6 - Oficina de análise popular de solo e, ao fundo, oficina de cobertura do solo



FONTE: Arquivo do projeto CCAT

Outra prática apresentada pela prof. Irene foi a captura dos microrganismos das florestas, conhecido como Microrganismos Eficientes (EM). Estes são usados para aumentar a vida no solo. Em um solo com mais vida, os nutrientes são mais disponibilizados e as plantas são mais resistentes ao ataque de pragas e doenças. O produto pode também ser utilizado diretamente nas plantas e tem se mostrado eficiente no controle de organismos indesejados.

Essa prática consiste em capturar das áreas de matas e florestas esses organismos por meio de uma isca feita com arroz cozido que, após ficar cerca de 10 dias na mata coberta pela serrapilheira, o arroz estará completamente povoado por fungos, bactérias (microrganismos) responsáveis pela vida do solo e ciclagem de nutrientes. Após a captura desses microrganismos,

eles são colocados em uma solução aquosa com uma fonte energética (açúcar mascavo, melado de cana etc.) e mantido em ambiente anaeróbico até que a produção de gases cesse. A partir daí, a solução pode ser aplicada nas lavouras e até para os animais.

As práticas ensinadas foram recebidas com entusiasmo, e contribuíram para a construção do conhecimento agroecológico e da autonomia camponesa. Além das oficinas, neste intercâmbio realizado no lote de Silvanira, conhecemos sua família, sua história de vida e seu sistema agrário. Ela mora com dois de seus filhos (já adultos) e com seu neto. Silvanira cria galinhas e havia acabado de ser contemplada com um Kit para implantar o sistema PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, que consiste em 10 galinhas, cercas e telhas para fazer um galinheiro no centro de uma horta circular, além do motor para a irrigação dessa horta.

Silvanira estava enfrentando muitas dificuldades com a implantação dos canteiros da horta e com o plantio de hortaliças, mas no grupo haviam dois camponeses muito experientes com hortas e ensinaram a Silvanira a melhor forma de fazer um canteiro, a forma de adubá-los, o espaçamento do plantio das mudas, o manejo, os cuidados e as plantas utilizadas para prevenir ataques de pragas e doenças (como o cravo de defunto, o gergelim e o próprio coentro).

Este intercâmbio no lote de Silvanira, dia 24 de outubro de 2012, encerrou o primeiro ciclo (Quadro 4) de intercâmbios do grupo dos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhhy.

Quadro 4 - Primeiro ciclo de intercâmbios do grupo Estância/Santa Luzia Do Itanhhy pertencente à Rede Camponesa de Agroecologia

Unidade Camponesa	Principais aprendizados	Dificuldades	Data
Negão, Jacira, Wilgor, Lidia e Rivelino	Manejo do solo, espécies perenes consorciadas com espécies de ciclo curto ou anuais, diversidade de espécies.	Manejo das espécies anuais, biomassa para a cobertura do solo, canais de comercialização	01/06/2012 e 15/08/2012
Téo, Eliane e Gabriel	Minhocultura, horta e galinhas em piquetes rotacionados.	Produção suficiente de adubo, escalonamento da produção da horta, cobertura do solo	01/06/2012 e 13/10/2012
Aguinaldo	Consórcio de laranja e maracujá, horta e galinha em piquetes rotacionados e quebra vento de bananeiras.	Endividamento pelo crédito bancário, cobertura do solo.	21/06/2012
Sr. Quiquias e dona Euzinete	Unidade de beneficiamento da macaxeira – Casa de farinha	Diversificação de cultura e substituição de adubação para o plantio de macaxeira, cobertura do solo.	11/07/2012
Dona Nete	Guardiã de sementes, manejo na criação de galinhas, autonomia na produção de insumos para a horta	Cobertura do solo, diversificação do plantio de laranja.	03/08/2012

	(fezes das galinhas e das vacas de leite)		
Anália e Solange	Protagonismo e auto-organização feminina, trabalho coletivo. Curva de nível e diversidade	Cobertura do solo, manejo das plantas espontâneas e produção do próprio adubo.	03/08/2012
Raimundo	A conquista da educação formal. Carneiro hidráulico	Cobertura do solo, produção dos próprios insumos, substituição da adubação industrializada.	05/09/2012
Silvanira	A história de vida e a organização política para ter acesso à terra.	Dificuldade com a produção agrícola e de hortaliças no lote do quintal.	24/10/2012

FONTE: a autora (2017).

2.3 – Exercitando o coser: a formação da rede por meio dos intercâmbios nos municípios de Arauá e Tomar do Geru

Este agrupamento da Rede Camponesa de Agroecologia iniciou sua organização no assentamento Carlos Gato, município de Arauá em 18 setembro de 2012, com o primeiro intercâmbio no lote do Seu Pedro, seguindo a metodologia já usada no grupo de Estância/Santa Luzia. Participaram desse primeiro intercâmbio 12 famílias camponesas, todos do assentamento Carlos Gato.

Seu Pedro é um camponês que criou 8 filhos com seu trabalho na roça. Ele planta inhame, macaxeira, mandioca para fazer farinha, milho, feijão, possui uma pequena horta e cria algumas vacas de leite para o consumo da própria família. Segundo ele, o manejo com a roça requer o conhecimento de como fazer seu próprio adubo e ensina que sempre deixa a área em descanso após a colheita e usa vegetação herbácea espontânea que cresce nessa área para fazer a cobertura do solo e assim virar adubo da plantação futura.

No assentamento Carlos Gato, seu Pedro é o único camponês que usa o “mato” como adubo e diz que aprendeu que “mato” é adubo com seu pai. Nesse intercâmbio pôde ensinar para muita gente essa técnica.

Figura 7 - Seu Pedro na roça de mandioca



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2012)

A atividade seguinte, no mês de outubro de 2012, foi o evento denominado Oficinas de Outubro, no lote de Seu Leléu no assentamento Carlos Gato. As oficinas ministradas pela professora Irene e o Henrique ensinaram as práticas de uso das árvores para diversificação, enriquecimento e cobertura do solo; método popular de análise do solo; e o preparo de Microrganismos Eficientes (ME), já detalhadas no intercâmbio de Silvanira do grupo de Estância/Santa Luzia do Itanhy da Rede Camponesa de Agroecologia, na seção anterior.

Figura 8 - Oficinas de Outubro: aprendendo a importância da cobertura do solo



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2012)

Os próximos três intercâmbios desse grupo também aconteceram no Assentamento Carlos Gato, sendo no lote de Curtinho, ainda no ano de 2012, e nos lotes de Dona Neide, Dona Joyse e Seu Givaldo, no início de 2013. Estes dois últimos são vizinhos e foram visitados em um só intercâmbio. As unidades de produção camponesas visitadas remeteram a uma realidade muito próxima, ou seja, os sistemas agrários eram compostos por plantios de macaxeira para consumo e venda e mandioca para a produção de farinha. As práticas se repetiam, sem muita inovação agroecológica camponesa. Um dos motivos dessa situação é que este assentamento recebeu a imissão de posse no ano de 2012. A incerteza da conquista da terra e da demarcação final dos lotes muitas vezes impede as famílias de investir mais trabalho em culturas perenes, sendo as áreas praticamente todas ocupadas por macaxeira e mandioca e outras culturas de ciclo curto no período das chuvas.

Tinha-se ali um desafio pela frente: os intercâmbios poderiam orientar a implantação dos lotes, e por isso, a coordenação da rede optou por sair do assentamento à procura de novas práticas agrícolas mais complexas que pudessem inspirar e contribuir com o planejamento de implantação dos lotes.

Assim, o sexto e o sétimo intercâmbio foram realizados na Colônia Sucupira, em Arauá, uma comunidade agrícola circunvizinha ao Assentamento Carlos Gato com cerca de 40 anos e 230 famílias. Essa colônia foi criada por mediação da Igreja Católica, a partir da iniciativa de um padre que conseguiu reunir famílias camponesas que não tinham terra, ou tinham insuficiente para o auto sustento. Essas famílias, por meio de um financiamento junto ao banco, compraram suas terras e constituíram a Colônia Sucupira. Essas famílias, na década de 60, conseguiram seu pedaço de terra para trabalhar, mas junto com ela uma volumosa dívida.

O primeiro intercâmbio na colônia Sucupira aconteceu no lote de Seu Beto, em abril de 2013. Teve a participação de 6 famílias do local e de representantes das 23 famílias do Assentamento Carlos Gato.

O sistema agrário do Seu Beto é extremamente diversificado: horta, plantios de laranja, capim de corte, feijão guandu e palma para o preparo da ração do gado, criação de galinha, de ovelhas, macaxeira, mandioca, inhame, batata-doce, bananais, coqueiral, acerola e mamão, além de outras frutíferas para o autoconsumo. Além disso, ele explicou a forma como faz o adubo que usa na roça, mostrando uma compostagem feita com esterco dos animais, urina de vaca e todo tipo de vegetação. Ensinou o manejo para preparar a compostagem e os cuidados necessários com a manutenção da umidade e controle da temperatura para haver a decomposição.

Figura 9 - Organização da roda de avaliação do intercâmbio no lote do Seu Beto, na Colônia Sucupira, Arauá



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2013)

Os assentados que conheceram o sistema agrário que Seu Beto constrói juntamente com a sua esposa nesses últimos 40 anos ficaram admirados. Levantaram importantes pontos na avaliação, como a diversidade do lote e a relação complementar que uma atividade possui com a outra, gerando autonomia. Por exemplo: o esterco dos animais serve de adubo para as demais plantações, enquanto os restos de hortaliças e frutas ajudam a completar a alimentação animal.

Ainda foi muito debatida a questão dos agrotóxicos, que Seu Beto usou durante muito tempo na plantação de laranja e, segundo ele, “*percebeu sua terra enfraquecendo*”. Assim, mudou o rumo das práticas agrícolas e sustenta, na seca, diversas plantações vigorosas e frondosas.

Conhecer a experiência de Seu Beto foi extremamente importante, pois nos intercâmbios anteriores realizados no Assentamento Carlos Gato quase todos os camponeses diziam que era essencial irrigar para produzir. Seu Beto possui uma pequena irrigação para a horta, mas todo o restante do lote parece nem sentir que estávamos em plena seca, pois naquele ano a chuva não veio

em março, como comumente acontece. Os camponeses participantes do intercâmbio exclamaram diversas vezes: “*a seca nem passou por aqui!!*”.

Seu Beto explica com sua voz baixa e um largo sorriso de satisfação ao compartilhar seus conhecimentos: “Isso é por causa do adubo preto (composto orgânico) feito com as folhas secas das plantas, estrumo e urina de vaca. E é a urina que fortifica [...]. Quanto mais composto, matéria orgânica na terra, menos ela sofre com a seca” (informação verbal)³⁵.

Outro aspecto que chamou atenção dos assentados do Assentamento Carlos Gato foi que seu Beto relatou que ele construiu tudo aquilo sem acessar o mercado de crédito para financiar sua produção, já que estava pagando a dívida da compra da terra. Disse que primeiro fez o curral com as madeiras e estacas do local e foi devagar, com o dinheiro que vendia a produção, construindo as infraestruturas que necessitava. Observando essa questão Curtinho avalia: “É de tirar o chapéu, fazer tudo isso... e sem crédito! O pior, tendo que tirar parte da produção pra pagar a dívida da terra no banco” (informação verbal)³⁶.

Conhecer um sistema agrário que é manejado há 40 anos foi importante, pois possibilitou visualizar o que pode ser construído e, assim, contribuir para o planejamento e implantação dos lotes do assentamento Carlos Gato. Além disso, aprendizados importantes como integração das atividades agrícolas e agropecuárias, produção do próprio insumo, cobertura do solo, diversidade de culturas, não acesso ao mercado de crédito para financiar as atividades produtivas, corroboram com a conhecimento agroecológico capaz de impulsionar processos de autonomia. Ao final, todos quiseram que o próximo intercâmbio voltasse a acontecer na Colônia Sucupira.

Foi assim que o sétimo intercâmbio do Grupo de Arauá/Tomar do Geru voltou à Colônia Sucupira, no lote de Manoel Nicácio. Neste intercâmbio participaram as 23 famílias do Carlos Gato, Seu Beto e quatro camponeses do grupo de jovens da Colônia Sucupira. Este camponês mostrou um sistema agrário diversificado com laranja, abacaxi, macaxeira, maracujá, feijão, coqueiro e acerola. Seu lote possui áreas de reserva florestal e mata de preservação permanente na margem do Rio Ariquitiba, que delimita seu lote no limite sul.

Manuel Nicácio fez questão de enfatizar os prejuízos causados pelo uso do herbicida. Segundo ele, citando seu próprio exemplo, ao longo dos anos nas áreas em que fizeram o uso de herbicida, é possível verificar que as plantações ficam mais susceptíveis ao ataque de lagartas,. Há

³⁵ Explicação de Seu Beto durante o intercâmbio em sua unidade de produção. Colônia Sucupira, Arauá, 2013.

³⁶ Avaliação de Curtinho durante do intercâmbio na unidade produtiva de Seu Beto. Colônia Sucupira, Arauá, 2013.

cinco anos não usa nenhum tipo de agrotóxico, pois os anos anteriores o ensinaram que estes produtos provocam intensos desequilíbrios no ambiente que acarretam maior aparecimento de pragas.

Citou várias formas naturais de controlar as pragas e doenças, como: o plantio do coentro nas bordas das hortas que, com o passar do vento pela planta, libera o aroma que repele insetos; o uso do nim, que é feito um macerado das folhas e pulverizado nas plantações para repelir insetos e; a manipueira, resíduo produzido na transformação da mandioca em farinha, que é aplicado de forma diluída em qualquer cultivo, e controla pragas e inúmeras doenças. Manuel Nicácio também chamou atenção para a forma de controle do caramujo africano: é feito por meio de armadilhas, onde se enterra vasilhames de boca larga e coloca dentro um pouco de cerveja para atrair a praga. Os caramujos devem ser recolhidos e queimados para evitar proliferação.

O caramujo africano é uma praga relativamente nova no Brasil, que chegou por meio do cultivo de *escargot*, molusco apreciado na culinária. Esses dois distintos moluscos são semelhantes na aparência e, por não possuir inimigos naturais no Brasil, espalhou rapidamente e provocou grandes danos. Arauá e Boquim foram os municípios mais atingidos na porção sul de Sergipe.

Os intercâmbios seguintes aconteceram no assentamento 27 de Abril, localizado no município de Tomar do Geru, que passou a integrar esse grupo da Rede de Agroecologia Camponês a Camponês sediando os três intercâmbios seguintes nos lotes de Zé Luzia, Dona Marilene e Zé Lambiqueiro.

No assentamento 27 de Abril, as famílias possuem como principal atividade agrícola a produção de laranja direcionada à agroindústria de suco; assim, planta-se na maior parte das vezes a variedade conhecida como laranja pera. Dessa forma, a monocultura citrícola ocupa a maior parte da paisagem do assentamento. Os problemas decorrentes dessa prática, como diminuição da fertilidade natural dos solos, uso intensivo de agrotóxicos e subordinação camponesa por meio do controle da produção pelo mercado, já fazem parte do dia a dia das famílias do P.A. 27 de Abril e apareceram com grande destaque nos três intercâmbios que marcaram o fim do primeiro ciclo de intercâmbios desse grupo.

No intercâmbio que visitamos a unidade de produção de Zé Luzia e sua esposa Rosa participaram 20 famílias do Assentamento Carlos Gato, 3 camponeses da Colônia Sucupira e 3 camponeses do Assentamento 27 de Abril.

Na experiência visitada, além da produção da laranja pera, há também produção de mandioca e macaxeira. Em uma outra área, onde fica a moradia da família, conhecida como quintal produtivo ou lote pequeno, Rosa e Zé Luzia plantam “*de tudo um pouco*”: laranja serra d’água, laranja bahia e laranja lima, bananeira, mamão, acerola, manga, jabuticaba, jenipapo, limão, tangerina, graviola, jaca, pitanga, feijão, abóbora, milho, cana, abacaxi, inhame, batata doce e quiabo. Além disso, o casal cria seis cabeças de gado.

Segundo Zé Luzia, o maior problema era que a produção da laranja estava diminuindo. A área de produção de laranja foi implantada com recursos provenientes do crédito agrícola, como se pode ver na imagem abaixo.

Figura 10 - Plantio de laranja do lote de Zé Luzia



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2013).

Discutimos o manejo do lote produtivo e constatamos que o uso de herbicidas, conhecidos como “*mata-mato*”, é frequente em quase todos os lotes. Segundo os assentados do P.A. 27 de

Abril presentes no intercâmbio, o uso é devido aos baixos preços da safra de laranja, controladas pelos grandes latifundiários e donos dos complexos industriais de beneficiamento da fruta, vinculados ao mercado internacional. Os baixos preços impõem aos camponeses a lógica de baratear todo o processo produtivo, pois muitas vezes o preço da venda da laranja não cobre os gastos com sua produção e, assim, encontram no uso do herbicida a saída considerada por eles mais fácil e mais barata.

A partir dessa constatação, iniciou-se uma discussão sobre o tema. Os camponeses da Colônia Sucupira e o do P.A Carlos Gato argumentaram que, ainda que momentaneamente o herbicida possa parecer uma saída mais barata e fácil, em pouco tempo já é possível perceber os prejuízos advindos de seu uso. Contaram suas próprias histórias, alguns tinham a experiência de uso prolongado desse agrotóxico e relataram os danos causados a saúde deles e da família, como também o empobrecimento do solo, pela morte dos microrganismos presentes neste e, consequente, aparecimento de pragas e doenças devido a deficiência nutricional das plantas.

Dessa discussão sugeriram alternativas ao uso do herbicida, como a aquisição conjunta de equipamentos e máquinas para roçar entre as linhas da laranja como roçadeiras costais e tratores de pequeno porte, como tobata ou tratorito. Surgiu ainda a sugestão de diversificar o laranjal com plantas de ciclo curto nas entre linhas e outras perenes mais altas com espaçamentos maiores, além de manter o solo coberto para evitar o crescimento de plantas espontâneas.

Os camponeses do assentamento P.A 27 de Abril foram irredutíveis, alegando que as soluções apontadas pelos outros camponeses eram inviáveis por falta de recurso, falta de apoio e incentivo do Estado.

Para marcar o próximo intercâmbio procuramos famílias camponesas que tivessem um sistema diversificado com plantio de laranjas, e a primeira experiência que surgiu como sugestão foi de retornar no Seu Beto com os camponeses do P.A 27 de Abril. Porém, ainda era necessário consolidar o grupo naquele assentamento, que havia se juntado recentemente à rede. Assim, continuamos os intercâmbios no assentamento.

Os dois intercâmbios seguintes aconteceram na unidade de produção dos camponeses Dona Marilene e seu marido Zé Guia, o segundo na unidade camponesa de Zé Lambiqueiro.

Nesses dois intercâmbios estavam presentes os camponeses do assentamento Carlos Gato, que sempre participavam com um número grande de famílias, mas os camponeses da Colônia Sucupira não participaram. O processo de mobilização da Colônia era feito por meio de um grupo

de jovens que coordena a COOPERJOS, uma cooperativa que beneficia de macaxeira e mel. Além destes, comercializava diversos outros produtos camponeses por meio dos mercados institucionais. Essas jovens lideranças assumiam muitas funções e não conseguiam estar presentes em todos os intercâmbios.

O mesmo aconteceu com os camponeses do assentamento 27 de Abril: as poucas famílias que participaram dos primeiros intercâmbios não voltaram para os demais e, no intercâmbio de Dona Marilene e Zé Guia, apenas eles estavam presentes do assentamento. Provavelmente a baixa participação das famílias do 27 de Abril foi causada pelas discussões polêmicas em torno do uso do herbicida.

Nesse intercâmbio, o que mais chamou atenção foi a história de vida e de luta desse casal, que nos contou o processo de exploração que viviam nas fazendas da região, com jornada de trabalho de 14 horas diárias. Foi a conquista da terra que possibilitou se livrarem dessa condição. Dona Marilene é professora na escola da comunidade e conta que, ao chegarem no acampamento, ela organizou a primeira sala de aula debaixo de um cajueiro; e foi ali que ela alfabetizou cerca de 80 crianças.

O segundo intercâmbio foi na unidade camponesa de Zé Lambiqueiro, que vive com sua filha, genro e dois netos. Foi o trabalho nos alambiques de produção de cachaça que lhe rendeu o apelido que carrega antes mesmo de conquistar sua terra no P.A 27 de Abril.

Os sistemas agrários de Dona Marilene, Zé Guia e de Zé Lambiqueiro possuem muitas semelhanças. Existe um padrão (devido ao crédito bancário) no assentamento, já elucidado anteriormente, das áreas de produção da laranja. Ambos os sistemas visitados fazem uso de adubação industrial, de herbicida e a laranja é produzida em monocultura. Abaixo uma imagem da área de Zé Lambiqueiro que retrata a paisagem dominante do lugar.

Figura 11 - Intercâmbio no sistema agrário de Zé Lambiqueiro, assentamento 27 De Abril, Município de Tomar Do Geru



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2013).

O monocultivo da laranja, que contrasta com a diversidade de produção encontrada nos quintais produtivos, evidencia a materialização da subordinação camponesa ao mercado de crédito, à matriz produtiva do agronegócio e, ainda, ao mercado de troca de produtos, vinculado ao mercado internacional da laranja.

Os intercâmbios deste grupo foram capazes de consolidar um agrupamento de camponeses que teve como núcleo central o assentamento Carlos Gato, município de Arauá. A não permanência dos camponeses da Colônia Sucupira e do P.A 27 de Abril pode ser entendida como um refluxo desse agrupamento, uma tentativa de espacialização que não se concretizou. Entretanto, também houve expansão, pois a continuidade dos intercâmbios incorporou a este grupo os camponeses do assentamento Campo Alegre, município de Umbaúba.

Quadro 5 - Primeiro ciclo de intercâmbios do grupo Arauá/Tomar do Geru da Rede Camponesa de Agroecologia

Unidade Camponesa	Principais aprendizados	Problemas/Dificuldades	Data
Seu Pedro	Utilização da vegetação espontânea como adubação. Plantio variado para autoconsumo. Guardião de sementes crioulas de milho, feijão e maniva de macaxeira e mandioca.	Falta diversificação de espécies no roçado, plantio e uso de espécies perenes, produção de biomassa para cobertura do solo	18/09/2012
Lelé	Boa roça de mandioca para produção de farinha.	Falta diversificação de espécies, produção do próprio adubo, dependência de sementes e cobertura do solo.	25/10/2012
Curtinho	Boa roça de mandioca para produção de farinha. Produção de quiabo, abacaxi, maracujá, milho e feijão pro autoconsumo.	Falta diversificação de espécies, produção do próprio adubo, dependência de sementes e cobertura do solo.	05/12/2012
Nide	Boa roça de mandioca. Culinária com uso de alimentos produzidos no local. Dona Nide faz parte do grupo de mulheres que se organizam para construir um local para a produção artesanal de comidas.	Falta diversificação de espécies, produção do próprio adubo, dependência de sementes e cobertura do solo. Recurso para iniciar as obras da fabriqueta.	30/01/2013
Joyse	Horta de plantas medicinais e conhecimento de seus usos.	Necessita aprender e praticar o manejo para manter a umidade do solo (cobertura do solo), diversificação de espécies.	01/03/2013
José Givaldo	Plantio para o autoconsumo: amendoim, macaxeira, mamão, batata, milho, fava, inhame e banana. Boa roça de macaxeira.	Givaldo havia recém-chegado ao lote, a terra que ele havia plantado a roça, por sorteio, ficou com outra família. A maior dificuldade no momento era restabelecer sua produção.	01/03/2013
Beto	Plantio diversificado. Infraestrutura necessária para a produção, autonomia de insumos, maior parte dos plantios com cobertura do solo. Ensinou para o grupo os malefícios do uso de agrotóxicos	Não conseguimos identificar.	05/04/2013
Manoel Nicácio	Amor a natureza. Agricultor experimentador. Aprendizado a partir da observação do meio ambiente. Muito conhecimento sobre os combates alternativos de pragas e doenças. Diversificação do sistema agrário.	O desmatamento das matas ciliares e desaparecimento de nascentes nas proximidades impactam na propriedade de Manoel Nicássio.	10/05/2013
Zé Luzia e Rosa	O intercâmbio provocou intenso debate sobre alternativas ao uso do herbicida e formas de diversificação dos plantios de laranja.	Uso de herbicida. Falta diversificação do lote produtivo, cobertura do solo	11/06/2013
Dona Marilene e Zé da Guia	Dona Marilene mostrou seu exemplo de vida como educadora, montado a primeira escola da comunidade embaixo do cajueiro do fundo se sua casa. Diversidade de plantio para o autoconsumo.	Falta diversificação do plantio de laranja, cobertura do solo, substituição dos adubos industrializados e herbicidas.	16/07/2013

Zé Lambiqueiro	O intercâmbio no lote de Zé Lambiqueiro resgatou o debate sobre as alternativas ao uso de herbicida e a importância da preparação do próprio adubo, já que	Falta de diversidade no plantio de laranja, cobertura do solo, autonomia de insumos. Uso de herbicida. Zé Lambiqueiro possuía 10 cabeças de gado e não utilizava o esterco	17/09/2013
----------------	--	--	------------

FONTE: a autora (2017).

2.4 – Refazendo costuras: a formação da rede por meio dos intercâmbios no município de Indiaroba

No grupo da rede do município de Indiaroba, o primeiro intercâmbio iniciou em outubro de 2012 com cerca de 50 famílias do assentamento 05 de Janeiro, no lote de Marcos. Sua experiência era uma grande plantação de mamão (figura abaixo), que estava iniciando um processo de diversificação por meio do plantio de algumas mudas frutíferas (acerola, goiaba, banana), mas todas ainda em estágio inicial de desenvolvimento. A adubação da área era feita com adubação orgânica (esterco de galinha e gado).

Marcos mostrou bastante conhecimento na produção e seleção de mudas de mamão, mas estava com dificuldades de conduzir o manejo do plantio, que constantemente era atacado por pragas e doenças e, para controlá-las, fazia o uso de fungicidas.

Na avaliação do intercâmbio foi sugerido que diminuísse quantidade de água na irrigação da cultura e o uso da calda bordalesa (feita a base de Cal e Sulfato de cobre e apresenta muitos resultados importantes no controle de doenças causadas por fungos e bactérias). Foi sugerida também a diversificação do plantio, aumentando o número de árvores que já existem dentro da plantação e realizado a adubação verde, com o plantio de feijão de porco ou feijão guandu, que também deveriam ser usados para a cobertura do solo.

Figura 12 - Marcos apresentando o plantio de mamão de seu sistema agrário



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2012).

Ao final da avaliação, buscamos a indicação de outros camponeses que tivessem sistemas agrários diversificados e, com isso, ajudassem a trazer luz ao problema encontrado por Marcos para que sediasse o intercâmbio seguinte.

José Fausto e sua esposa Vera, do assentamento Joelia Lima, foram os anfitriões do segundo intercâmbio do grupo de Indiaroba. Esse intercâmbio fez parte das atividades promovidas pelo evento Oficinas de Outubro e contou com a participação da prof. Irene Cardoso (UFV) e Henrique Souza, que ministraram as oficinas já descritas. A experiência conduzida por Fausto tinha um plantio ainda novo de mamão consorciado com laranja, macaxeira, maracujá, melancia e bananas, sem nenhuma presença de doença (imagem abaixo). Segundo Fausto, não era necessário usar fungicida. Começava-se, então, a desvelar possíveis soluções para o problema com os fungos no mamoeiro da unidade de produção familiar do primeiro intercâmbio.

Figura 13 - Plantio consorciado conduzido por Fausto



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2012).

As cinco famílias do assentamento 05 de Janeiro que participaram do primeiro intercâmbio e estavam conhecendo a experiência de José Fausto perceberam a importância da diversificação no equilíbrio do sistema agrário, na sanidade e, conseqüentemente, na produtividade dos plantios.

Após o intercâmbio na roça de Fausto, o grupo que se formava teve dificuldades de organização e mobilização, e o intercâmbio seguinte demorou cinco meses para acontecer. Após esse intervalo, no dia primeiro de março de 2013 o grupo de Indiaroba se encontrou novamente. O anfitrião da vez foi o José Francisco e sua família, assentados no P.A Joelia Lima. Participaram do intercâmbio cerca de 10 famílias camponesas, sendo a maior parte do próprio assentamento Joelia Lima e 2 famílias do assentamento vizinho, o Sete Brejos.

O sistema agrário da família camponesa visitada é dividido em dois, como a maior parte dos assentamentos da região: no lote grande ou lote de produção produzem macaxeira e pastagem para o gado e as cabras; já no quintal produtivo, possuem um sistema diversificado com banana,

coqueiro, cajá, mamão, manga, laranja, limão, jaqueira, maracujá, capim de corte, 7 cabras e 5 vacas de leite, além das infraestruturas produtivas (aprisco e curral rústicos).

Devido ao longo tempo entre um intercâmbio e outro, a rodada de avaliação final nesse encontro teve como objetivo de discutir as dificuldades do grupo, o intervalo ideal entre os intercâmbios e a importância da assiduidade. Marcamos o próximo intercâmbio no sistema agrário conduzido por Dona Carmosina, no assentamento Sete Brejos, dia 1º de abril de 2013.

No dia marcado, reuniram-se cerca de 20 camponeses, porém, nenhum era dos assentamentos que receberam os intercâmbios anteriormente. Os presentes eram, em sua grande maioria, do próprio assentamento Sete Brejos, além de outros camponeses que eram técnicos da Cooperativa de Produção Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região – COOPERA-FIR, que tem atuação e sede nessa comunidade.

Dona Carmosina possui um sistema agrário de uma complexidade impressionante! São tantas árvores que, na maior parte do tempo, andamos embaixo de suas sombras. Há mangueiras, cajueiros, dendezeiros, cajazeiros, cajarana, acerola, uma área grande de diversos citros como laranja pera, laranja bahia, laranja lima, limão galego, limão cravo, limão haiti, e diversas tangerinas. Além de umbu, seriguela, amoreira, pitangueira, abacateiro, até baunilha encontramos plantada no sistema agrário de Dona Carmosina. Ainda possuía três tanques de criação de peixe, uma composteira feita de alvenaria onde produzia o adubo da horta, mas que já produziu uma quantidade muito maior de composto, segundo Dona Carmosina.

Figura 14 – Estrutura da composteira e, ao fundo, o sistema agrário de Dona Carmosina



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2013).

A menor produção de composto é justificada pela camponesa devido à falta de chuvas, que levou a diminuição da área da horta para também diminuir a necessidade de água para irrigação. Com isto, a necessidade de composto também diminuiu. Apesar de toda a diversidade e produtividade, Dona Carmosina se sentia cansada e entristecida pela falta de água daquele ano e do ano anterior, lamentava a perda da produção do milho, da macaxeira, da dificuldade de manter as poucas vacas de leite que possuía. A falta de chuvas acarretou a interrupção da venda dos produtos nos mercados institucionais.

O quinto intercâmbio foi na experiência de José Ailton e participaram 6 famílias camponesas, sendo uma do Joelina Lima, o Negão, do grupo de Estância/Santa Luzia do Itanhy, que foi convidado para contribuir no processo de construção do conhecimento agroecológico, e 4 famílias do Sete Brejos, entre elas Dona Carmosina (que nesse momento era o terceiro intercâmbio que participava).

A visita na unidade produtiva evidenciou que esse camponês buscava solução para o problema da falta de chuva, e investiu seu trabalho e recursos financeiros na implantação de um sistema de irrigação em uma área de 3 tarefas, onde plantou milho, quiabo e melancia. Além de ser um investimento alto, a forma como estava sendo conduzida a irrigação apresentava problemas que colocavam em risco a própria continuidade das atividades agrícolas na área devido ao excesso de água e encharcamento do terreno. Isso resulta, em médio e longo prazo, em um processo de salinização da terra, pois no solo e na água utilizada para irrigação estão presentes os sais. Ao molhar o solo, a água infiltra e dilui os sais presentes no solo. Quando tem água em excesso, a planta não consegue absorver toda a quantidade disponível e, assim, no processo de evaporação da água, os sais que agora estão diluídos nela se deslocam, junto com a água, das superfícies mais profundas e vão se acumulando na primeira camada do solo, causando uma elevada concentração de sais nessa superfície, inviabilizando a prática agrícola naquele local.

Figura 15 – Área irrigada de José Ailton no assentamento Sete Brejos, município de Indiaroba



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2013).

O intercâmbio conseguiu problematizar a prática ao alertar que era preciso dimensionar a quantidade de água necessária para as culturas implantadas para evitar o excesso de água e o processo de salinização. Mas, contraditoriamente, devido à falta de chuva que acontecia na região, a experiência foi vista com entusiasmo por alguns dos camponeses que participaram do intercâmbio.

Como a situação dos intercâmbios de Indiaroba se mantinha – apenas Dona Carmosina tinha presença frequente, ou seja, a cada novo intercâmbio, um novo coletivo de camponeses se formava e não dava continuidade no sentido de formação de um agrupamento – adotou-se como estratégia ampliar a participação para comunidades de outros municípios; assim, o assentamento Campo Alegre, no município de Umbaúba, foi convidado a participar dos intercâmbios.

O intercâmbio seguinte, na unidade camponesa de Edvaldo, estiveram presentes 7 famílias camponesas, sendo seis do assentamento Campo Alegre e um do Sete Brejos. O objetivo do intercâmbio era conhecer um experimento instalado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros de compostagem laminar em uma área de produção de laranja.

A compostagem laminar é uma prática de adubação realizada por meio da decomposição dos resíduos orgânicos na própria superfície do solo, no caso, entre as linhas do plantio de laranja. A compostagem é realizada depositando sobre o solo uma camada de palhada de 15cm, coberta por uma camada de esterco de 5 cm e novamente coberta por outra camada de palhada de 15 cm. As vantagens da compostagem laminar são: economia de mão de obra; aproveitamento do chorume da compostagem; controle das plantas indesejadas e cobertura do solo (SCHWENGBER, *et al*, 2007).

Edvaldo explicou que passa a palha (coco – milho) na forrageira e cobre o pé da planta. Já foram feitas três colheitas. Eles estão testando com algumas linhas do plantio com compostagem laminar e outras com adubo químico. “Os pés com composto estão produzindo mais e melhor, e sofrem menos com os efeitos do verão” (informação verbal)³⁷, observou Edvaldo.

Na rodada final de avaliação do intercâmbio, os camponeses participantes avaliaram que a prática agrícola aprendida no intercâmbio pode ser uma alternativa para adubação em áreas

³⁷ Avaliação feita por Nivaldo, sobre os resultados do compostagem laminar, durante o intercâmbio em sua unidade de produção. Cristinápolis, 2013.

extensas, pois, como observado por Marlene (2013), “facilita o trabalho fazer o composto direto na roça” (informação verbal)³⁸.

O sétimo intercâmbio aconteceu no assentamento Campo Alegre, município de Umbaúba, no dia 19 de julho de 2013, e participaram 8 famílias do P.A Campo Alegre e 12 famílias do P.A Carlos Gato; os camponeses de Indiaroba não compareceram ao intercâmbio

Após a rodada de apresentações e das dinâmicas de abertura, fizemos uma retrospectiva dos intercâmbios realizados pelo grupo de Arauá e pelo grupo de Indiaroba e aproveitamos o momento para discutir a necessidade de reorganização desses grupos. A reflexão realizada mudou a organização espacial dos grupos: os camponeses de Umbaúba se somaram ao grupo de Arauá pela proximidade geográfica e pela dificuldade de mobilização em Indiaroba e Tomar do Geru.

A visita na unidade camponesa de Seu Atelvino foi repleta de aprendizados. O cartão de visita no lote de Seu Atelvino é um plantio de sabiá, com idade de mais ou menos cinco anos, no ponto para comercializar como estaca. Segundo o camponês, o sabiá é “*uma forma de poupança*”. Além da venda para estacas, quando realiza a poda de condução do sabiá, ou seja, quando retira os galhos e brotamentos laterais para a formação retilínea do fuste da árvore, ele utiliza essas “varetas” como cerca de seu quintal.

Conhecemos o tanque de piscicultura, todo arborizado ao redor com frutíferas, tais como jenipapo, goiaba, graviola, laranja, acerola, tangerina, coqueiro. A iniciativa das fruteiras foi para garantir o sombreamento do tanque, além de alimentação para os peixes com as frutas que caem.

Em outra área de seu lote, ele implantou um sistema agroflorestal. O caminho é todo percorrido pela sombra e, com uma grossa camada de cobertura do solo, existem muitas árvores: mangueira, cajueiro, jaqueira, banana, coqueiro, mamão, café, urucum e nove variedades de citros: lima, lima da pérsia, moscota, tangerina pocã, laranja de umbigo ou bahia, baianinha, sangue, limão cravo e limão rugoso. Um dos destaques são os jenipapeiros, que ele faz enxertia para antecipar a produção dos frutos, que tem comercialização destinada a um proprietário de alambique que produz licor.

Esse intercâmbio era o segundo que tinha a participação dos camponeses do P.A Campo Alegre, mas na sequência dele aconteceram algumas atividades de âmbito estadual (que envolviam todos os camponeses da Rede). A primeira foi o Festival da Colheita e Troca de Sementes e, em

³⁸ Avaliação feita por Marlene sobre o uso da compostagem laminar durante o intercâmbio na unidade produtiva de Edvaldo. Cristinópolis, 2013.

seguida, foi realizado um novo intercâmbio no Campo Alegre, na horta coletiva conduzida por mulheres. Posteriormente, o grupo participou do Intercâmbio de Confraternização de Fim de Ano e, no início do ano de 2014, participaram do Intercâmbio Interestadual, que aconteceu na Bahia (essas atividades com participação estadual serão explicadas adiante).

O que quero chamar atenção ao explicar esse trajeto é que, embora o próximo intercâmbio encerre o que consideramos como 1ª fase, o grupo participou de outras três atividades da Rede nesse período. Essas atividades contribuíram para a formação e consolidação de um agrupamento composto pelos camponeses do P.A Carlos Gato, em Arauá e do P.A Campo Alegre, em Umbaúba.

O oitavo intercâmbio foi realizado no coletivo de mulheres que conduzem uma horta agroecológica. Participaram desse intercâmbio 22 famílias camponesas do P. A Campo Alegre e P.A Carlos Gato, além da Maria Urbana, pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros com experiência em horticultura orgânica.

A horta e sua estrutura inicial (bomba para irrigação, canos, caixa d'água, cerca para delimitar a área e sementes) vieram através da participação do assentamento no projeto Frutos da Floresta³⁹. No início, participaram de 17 famílias; hoje, o coletivo conta com três famílias, mas quem coordena os trabalhos são três mulheres: Dona Honorata, Cida e Marlene.

O plantio possui muita diversidade: coentro, cebolinha, jiló, rúcula, pepino, pimenta de cheiro e de carne, couve, quiabo, tomate cereja, abobrinha, cebolinha, alface, couve-flor, quiabo, hortelã, alho-poró e pimentão, mamão além de uma barreira de vento feita de bananeira (figura abaixo). A adubação é feita com torta de mamona, que é comprada fora do assentamento, e complementam a necessidade de adubo fazendo compostagem.

Após a visita na área de produção, a dinâmica proposta pelo grupo foi de levantamento das dificuldades e dúvidas em relação ao manejo para que Maria Urbana pudesse contribuir com sua experiência. As dificuldades e questionamentos trazidos foram sobre o coentro que estava queimando, mamão pintando, salsa pintando, dúvidas sobre a melhor fase da lua para plantio, presença de cascudinho e pulgão etc.

Maria Urbana falou de suas impressões e deu dicas importantes. A quadra da lua exerce com certeza uma grande influência no que plantamos, porém, como horta se planta toda semana, sempre teremos problemas causados pelo plantio feito em uma fase não apropriada da lua. Assim,

³⁹ O projeto Frutos da Floresta foi selecionado no edital do Programa Petrobras Ambiental para impulsionar práticas nas comunidades rurais na perspectiva de recuperação de áreas degradadas, agroecologia, manejo florestal.

o que se pode fazer é nos atentar para plantar na fase certa as culturas que já sabemos ser problemáticas, como são o pimentão e o tomate.

A pesquisadora explicou aos intercambistas que o solo vivo e fértil é o que faz a planta ser bem nutrida e saudável; assim, o uso do adubo orgânico, da torta de mamona e da compostagem podem não garantir a fertilidade daquele solo que está a horta. É necessário usar a adubação verde no manejo da horta, como por exemplo a crotalária, o feijão de porco e ainda pode-se usar o pó de rocha como fonte de nutrientes.

Figura 16 - Horta das mulheres do Assentamento Campo Alegre, Município De Umbaúba



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2013).

Sobre as manchinhas que encontradas em muitas culturas da horta visitada, ficou orientado reduzir a irrigação, fazer plantios em consórcio, rotacionar as culturas plantadas, deixar áreas em descanso e no momento do descanso da terra plantar espécies de adubação verde. Uma última observação também foi a de incrementar a horta com plantio de ervas medicinais, que podem

fazer um casamento perfeito com algumas culturas da horta, além de realizar plantio de flores que podem atrair as pragas que estão na horta.

Finalizado esse intercâmbio, o grupo de Arauá e Umbaúba já haviam consolidado um agrupamento. Com a nova organização espacial dos intercâmbios, o grupo de Indiaroba ficou adormecido por um longo tempo e não completou a 1ª fase. Apenas no final do ano de 2015 foi possível reiniciar as atividades em Indiaroba com a parceria do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo Sergipano (NEDET), por meio da assessoria de Mulheres e do grupo de trabalho da agroecologia.

Esse novo grupo que compôs a rede de Indiaroba no ano de 2015 foi identificado no âmbito do território Sul Sergipano e ressurgiu com o protagonismo das mulheres e pela necessidade de construir conhecimento agroecológico que oriente a prática do dia a dia. Foi formado, inicialmente, por mulheres do Assentamento 05 de Janeiro que criam galinhas caipiras e tinham como demanda específica a necessidade de conhecimento sobre tal prática.

Quadro 6 - Primeiro ciclo de intercâmbios do grupo de Indiaroba da Rede Camponesa De Agroecologia

Unidade Camponesa	Principais aprendizados	Problemas/Dificuldades	Data
Marcos	Produção de mudas de mamão, adubação com esterco animal	Sem diversidade no plantio de mamão e irrigação excessiva causando doenças por meio de fungos e bactérias nos mamoeiros	06/09/2012
Zé Fausto e Vera	Plantio, ainda jovem, de mamão bem diversificado. Oficina de cobertura do solo e de microrganismos eficientes	Cobertura do solo, uso de adubação industrializada no plantio de macaxeira	29/10/2012
Zé Francisco	Quintal produtivo diversificado	Pouca diversidade no lote de produção, cobertura do solo, autonomia na produção de insumos	01/03/2013
Carmosina	Alta diversidade de espécie, solo protegido pelas árvores e razoável cobertura promovida pela queda das folhas, fabricação do próprio adubo. Autonomia alimentar	A principal dificuldade relatada por Carmosina foi a falta de chuva no inverno do ano anterior, que comprometeu suas plantações anuais.	01/04/2013
Zé Ailton	Houve no intercâmbio uma conversa sobre a irrigação e manejo de solo.	Falta de controle e ajuste da irrigação, grande desperdício de água. Uso de adubação química. Falta de cobertura do solo	04/05/2013
Edvaldo	Compostagem laminar no plantio de laranja	Diversificação de cultura	21/06/2013

	Autonomia na produção de adubos		
Atelvino	Sistema agroflorestal, muita diversidade, cobertura do solo, autonomia alimentar	Relatou dificuldade de comercialização e que precisava conhecer sobre o beneficiamento do café.	19/07/2013
Horta das Mulheres – Campo Alegre	Diversificação de hortaliças, trabalho coletivo, protagonismo das mulheres camponesas	Produção do próprio adubo em quantidade suficiente para horta. Manejo e controle de pragas e doenças.	27/10/2013

FONTE: a autora (2017).

2.5 – Conformando a trama: a Formação da rede por meio dos intercâmbios no município de Itaporanga

O grupo formado pelos camponeses de Itaporanga iniciou sua organização apenas em agosto de 2013, depois que os demais grupos já haviam realizado diversos intercâmbios. Porém, cada intercâmbio realizado em Itaporanga enchia os olhos pela beleza e diversidade da agricultura camponesa nesse município.

A rede em Itaporanga cresceu e se consolidou rapidamente: cerca de 40 famílias participavam dos intercâmbios e foi um grupo que se formou com facilidade. Nesses intercâmbios, os camponeses participantes sempre retornavam e convidavam novas pessoas e as vivências eram sempre alegres, com muitos aprendizados e trocas de saberes.

O primeiro intercâmbio foi no assentamento Padre Josimo, no lote conduzido pelo Seu Antônio Pedro, com assentados do P.A Darcy Ribeiro, Dorcelina Folador e Dom Helder Câmara.

A diversidade de plantios no lote de Seu Antônio ganhou destaque nesse intercâmbio. Ao ser questionado como conduziu uma experiência com tantas espécies e grande harmonia, Seu Antônio garante: “Não sou técnico, mas sei o que dá!.... sempre tem um pé pra (sic) acompanhar o outro” (informação verbal)⁴⁰. O relato de Seu Antônio confirma, assim, o entendimento de que o conhecimento camponês sustenta o manejo de seu sistema agrário.

⁴⁰ Explicação de Seu Antônio sobre a diversidade de produção, durante o intercâmbio em sua unidade produtiva. Assentamento Padre Josimo, Itaporanga D’Ajuda, 2013.

Figura 17 - Intercâmbio no lote de Seu Antônio Pedro, no P.A Padre Josimo, Itaporanga/SE



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2013).

Os sistemas agrários em Itaporanga possuem uma grande vantagem: por ser uma área de transição entre restinga e mata atlântica, possui muitas mangabeiras nativas, árvore que produz um fruto muito apreciado e de boa comercialização. Dessa forma, os camponeses aprenderam a cultivar as árvores e desenvolvem sistemas de consórcios complexos. Apontam como principal problema baixa fertilidade do solo, mas, com sabedoria, constroem a solução por meio da diversificação.

O intercâmbio seguinte foi no lote de Aparecida, no P.A Darcy Ribeiro. Neste intercâmbio, debateu-se a importância do trabalho coletivo através da realização de um mutirão, que também é conhecido por batalhão. Na atividade prática deste dia, todos foram convidados a limpar uma área de macaxeira que estava sendo coberta pela vegetação espontânea. Outra dificuldade partilhada neste dia foi a vivência de realizar plantio em solos ácidos que, segundo o

entendimento de diversos participantes do intercâmbio, ocasionava o apodrecimento de raízes da macaxeira.

A mística do intercâmbio esteve presente em diversos momentos e permitiu com que Dona Aparecida pudesse relatar suas idas e vindas entre ser uma camponesa do sertão, vivenciar a realidade de uma trabalhadora da periferia aracajuana e se reconhecer como uma catadora de mangaba que entende da maré.

Figura 18 - Aparecida na área do plantio onde as macaxeiras estavam apodrecendo a raiz



FONTE: Acervo pessoal de Jorge Enrique Montalván Rabanal.

O terceiro intercâmbio aconteceu no lote de Seu Luiz Fontes, que vive no P.A Padre Josimo com sua esposa Adriana e seus 13 filhos. No assentamento onde vivem, os lotes ainda não haviam sido demarcados e, por isso, é no quintal produtivo que se concentravam toda a produção da família. Luiz e Adriana resolveram investir no plantio de hortaliças, que tem bom comércio nas

feiras livres. Além da horta, plantam mandioca, macaxeira, milho, feijão, batata doce, manga, caju, banana, araticum e cerca de 200 pés de mangaba.

Para realizar o plantio de hortaliças, ele tentou desenvolver uma cobertura com palhas de coqueiros em toda extensão da horta, como uma forma de improvisar um sombrite, mas não deu certo pois houve muito sombreamento. Assim, ele começou a realizar o plantio de hortaliças com uso de muita cobertura morta, aplicando de forma autodidata uma técnica agrícola conhecida por *mulching*⁴¹. Na imagem abaixo, Seu Luiz mostra aos participantes como faz a cobertura do solo.

Figura 19 - Seu Luiz mostrando como faz a cobertura do solo com a vegetação espontânea



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2013).

⁴¹É uma técnica que envolve a cobertura do solo para proteger o cultivo e promover melhores resultados nas lavouras, reduzindo também a incidência de pragas e os custos da produção.

Além disso, Seu Luiz é um camponês que sempre está disposto a viajar para conhecer as experiências propostas na rede e nos mostra sempre orgulhoso o que consegue plantar no seu lote, fruto das trocas de saberes: cacau, pupunha, batata eucalipto, moringa, canafístula etc.

Seu Luiz relata que a principal dificuldade é a baixa fertilidade dos solos e observa, ao mostrar a quantidade de biomassa produzida pelas folhas que caem da mangabeira: “a mangabeira dá bem nessa terra porque ela produz seu próprio alimento” (informação verbal)⁴². Assim, observando a natureza, Seu Luiz aprende e incorpora os aprendizados em sua roça, fazendo a cobertura do solo.

Os demais camponeses que participaram do intercâmbio acrescentaram que existe um “selão” abaixo da camada arenosa e isso faz com que a terra sofra erosão mais facilmente. Os solos da região de Itaporanga D’Ajuda estão inseridos praticamente em duas unidades de paisagem, sendo elas as baixadas litorâneas e superfícies terciárias muito dissecadas (GOMES; SOBRAL; MORAES, 2010).

O solo predominante da região é o Neossolo Quartizarênico, que é arenoso, de muito baixa fertilidade natural e baixa capacidade de retenção de água, sendo considerado de baixa produtividade. Ocorre no estado de Sergipe, principalmente nas baixadas litorâneas, onde há a ocorrência da vegetação de Restinga

Segundo Gomes; Sobral e Moraes (2010), os solos dessa região estão compostos pela faixa sedimentar de terrenos recentes do holoceno que acompanham a orla marítima ou por solos que sofreram intenso dessecamento, provocado por erosões milenares, dando origem a florestas, campo de restinga, manguezais, cerrado, campo cerrado, várzea e campo de várzea.

A natureza geológica da região apresenta os elementos para compreender por que os camponeses caracterizam os solos como “*pobres*” e explicam também a presença do selão. Suas áreas estão localizadas na faixa sedimentar, com solos desenvolvidos de camadas mais arenosas (com muita porosidade) a superfícies e argilosa (selão, pouca porosidade) abaixo. Os solos arenosos possuem baixo teor de nutrientes, baixa capacidade de reter cátions e a matéria orgânica pode ser facilmente decomposta, em especial em clima quente sem escassez pronunciada de chuvas. A camada de argila, que impede a infiltração de água, facilita a erosão quando o terreno a apresenta, mesmo que pequena declividade.

⁴² Fala de Seu Luiz durante o intercâmbio em sua unidade produtiva. Assentamento Padre Josimo, Itaporanga D’Ajuda, 2013.

Essas características reforçam a necessidade da manutenção das árvores que existem e do plantio de mais árvores, pois além de evitar os processos de erosão, produzem biomassa abundante para a cobertura do solo contribuindo com sua fertilidade e, ainda, suas raízes são capazes de atingir a camada argilosa que forma o selão, criando fissuras que irão permitir a infiltração da água.

O quarto intercâmbio do grupo de Itaporanga, no dia 4 de dezembro de 2013, foi no assentamento Dom Helder Câmara, na casa de Dona Lúcia, que é reconhecida por todos por ser muito trabalhadeira. Dona Lucia não para quieta, cuida da roça de nove tarefas no lote produtivo juntamente com seu marido, Tonho, onde plantam macaxeira, laranja, banana, capim de corte e mangaba. Ela ainda comercializa a produção na feira do município de Itaporanga e cuida do quintal produtivo, que tem muita diversidade, desde plantas ornamentais, espécies medicinais, temperos como pimenta do reino, alecrim, coentro e diversas hortaliças, cajueiro, cajarana, acerola, banana, manga, sapota, mamão, batata-doce, fava e inhame.

A renda mais importante proveniente do seu quintal vem dos ovos e das galinhas que cria e da comercialização das frutas. Ainda possui duas vacas de leite e mel de abelha urucu. Para Dona Lucia, um aprendizado importante com os intercâmbios foi de compreender os danos causados ao solo quando realiza a queima, além de desperdiçar os restos culturais e a vegetação espontânea, que podem ser transformados em um excelente adubo. Registra que reviu a prática de queimar o resto das culturas e busca realizar a compostagem desses materiais.

Figura 20 - Dona Lúcia exibindo orgulhosa a produção de pimentão



FONTE: Acervo pessoal de Jorge Enrique Montaván Rabanal, (2013).

O primeiro intercâmbio do ano de 2014 aconteceu no dia 15 de maio no lote de Seu Casciano e Dona Gecira. O intervalo de tempo entre o último intercâmbio de 2013 e o primeiro de 2014 desse grupo da rede (intervalo de 5 meses) se deu devido as várias atividades estaduais realizadas pela Rede, com a participação de todos os grupos da Rede Camponesa de Agroecologia. Essas atividades serão elucidadas em outra seção.

Dona Gecira e Casciano têm duas filhas, que não moram com eles no assentamento. São do município de Poço Verde, mas residem há 30 anos em Itaporanga. O sistema agrário conduzido pelo casal no lote de produção predomina a pecuária criada em sistema silvipastoril. Das 13 tarefas de terra que possuem, 11 estão ocupadas por pastagens que crescem entre as mangabeiras nativas do local. Nesse lote de produção ainda existem 2 tarefas plantadas de palma, capim de corte, macaxeira, banana roxa, cana caiana e batata-doce da qualidade ovo e rainha.

No intercâmbio, Seu Cassiano mostrou a todos a fabricação de adubo com mamona que ele estava conduzindo de forma experimental. Ele planta a mamona e, depois de colhida, passa na forrageira (folhas e frutos) e mistura com esterco de galinha, ensaca essa mistura, estoca e depois usa na adubação da macaxeira. O esterco vem da própria criação de galinha. São 50 galinhas e dois galos criados em piquetes bem arborizados e, na cerca, cresce um plantio de quiabo de metro, ou caxixe, como dona Gecira conhece. Os adubos utilizados por Cassiano e Gecira são excelentes fontes de nutrientes, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Composição química média das fontes de adubo orgânico usado por Gecira e Cassiano

Torta de Mamona + Esterco de Galinha		
N	P	K
7 a 9 %	3,7 a 5,0%	3 a 4%

FONTE: ARAUJO, J.M, *et al.* (2006[?]); AMARO, G.B (2000[?]). ORGANIZAÇÃO: a autora (2018)

No quintal produtivo, além das galinhas, existem muitas plantas: ornamentais, medicinais, temperos, hortaliças, urucum, bananeiras (pacovãn, maçã, dois cachos), cana, araticum, coco, mangabeiras, algodão, amoreira, laranjeira (umbigo, lima e pera), sorgo granífero (que Seu Cassiano chama de milho d'angola) e o feijão cacho que guardam a semente desde que chegaram de Poço Verde. Todos os participantes do intercâmbio gostaram muito das novidades conhecidas ali, dentre elas a palma (que não é um plantio da região), as sementes diferentes que a família guardava, o manejo do galinheiro e a fabricação do próprio adubo com esterco e mamona.

Figura 21 - Quintal produtivo de Seu Cassiano e Gecira



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2014).

O intercâmbio seguinte foi no Assentamento Dorcelina Folador, e o anfitrião do dia o Seu Manoel, que apresentou uma demanda por conhecimento sobre arborização de pastagens. Manoel estava tentando conduzir uma pastagem arborizada, mas o capim não resistiu ao sombreamento das árvores. Ao visitar a área, os camponeses sugeriram ao Manoel que aumentasse o espaçamento entre as árvores, pois o capim é muito exigente em luz. Foi sugerido também o uso de algumas espécies, como o jenipapo, o pau d'arco ou ipê, eucalipto, jaqueira e a mangabeira.

No lote de Seu Manuel existem muitas mangabeiras antigas de grande porte com cerca de 20 anos, que ele preserva desde que chegou no Assentamento.

Figura 22 - Sistema agrário conduzido por Seu Manoel



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2014)

LEGENDA: As setas estão destacando as frondosas mangabeiras.

Ao final desse intercâmbio, o grupo de camponeses decidiu que os próximos deveriam ter atividades práticas, no formato de mutirões, resgatando a prática coletiva de trabalho. Falaram da importância dos intercâmbios deixarem algo implantado no lote, incorporando práticas agrícolas agroecológicas necessárias para melhorar o sistema agrário visitado.

Conforme decidido no intercâmbio anterior, para o intercâmbio no lote do Seu Valfredo e Dona Angélica do assentamento Dom Helder Câmara foram preparadas três atividades: construção de uma compostagem, o conserto de uma cerca e a capina de uma área. O intercâmbio aconteceu no dia 23 de julho de 2014 e seguiu normalmente com seu roteiro e, ao final da visita à área produtiva, foram realizadas as tarefas. Em menos de duas horas todas as atividades estavam finalizadas, e as famílias estavam muito satisfeitas por terem realizado uma atividade prática; aprenderam a fazer compostagem e alguns saíram de lá dizendo que no dia seguinte já iniciariam o preparo de uma compostagem em suas áreas.

Essas atividades demonstram o trabalho como princípio educativo, resgatando os valores da solidariedade e da coletividade, reforçando as relações camponesas de trabalho familiar não capitalista.

Figura 23 - Mutirão no intercâmbio: capina do quintal produtivo



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2014).

O sistema agrário de Seu Valfredo e Dona Angélica tem variedade de produção: encontramos milho, fava, amendoim, laranja, macaxeira, mangaba e coco. No quintal produtivo, estavam iniciando a implantação de uma horta que já tem couve, couve-flor, abobrinha, alface, cebolinha, coentro e pimentão. Dona Angélica explicou que a horta é uma demanda da feira de Itaporanga e, por isso, já teria venda certa.

O último intercâmbio do primeiro ciclo de intercâmbios no grupo de Itaporanga da Rede Camponesa de Agroecologia foi no lote de Dona Maria, que vive no P.A Dorcelina Folador, e aconteceu no dia 3 de setembro de 2014.

O lote de Dona Maria é manejado também por seu filho Anderson, que conduz um plantio convencional de mamão e ajuda a produzir uma pequena área de horta, mas também tem coco, melancia, pinha e uma criação de galinhas de capoeira. A região do Projeto de Assentamento Dorcelina Folador é um habitat natural da mangaba e no seu lote existem mangabeiras nativas, mas também existem mangabas que foram implantadas pela família. Dona Maria é também um ícone cultural, já que ela guarda em sua memória uma diversidade musical dos cantos de trabalho, de quando as mulheres saíam por entre a restinga para catar mangaba. Essa sabedoria está registrada em álbuns musicais⁴³, financiados por um projeto da Petrobras.

Além de conhecer as práticas e experiência de Dona Maria, o intercâmbio atendeu seu pedido de trabalho coletivo e a atividade proposta por ela foi a limpeza do plantio de pinhas e ajuda para resolver o ataque de fungos nesse plantio. Foi ensinado, em formato de oficina, o preparo da calda bordalesa, um fungicida natural de largo espectro, ou seja, que tem a capacidade de controlar diversos tipos de fungos. Atribui-se sua eficácia ao uso de cobre e no seu preparo, pois a deficiência desses micronutrientes deixam as plantas mais susceptíveis ao ataque de fungos.

⁴³ Cf: <https://soundcloud.com/catadoras-de-mangaba>

Figura 24 - Preparo da calda bordalesa para controle de fungos na plantação de pinha



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2014)

O intercâmbio na unidade camponesa de Dona Maria encerrou a 1ª fase do grupo da Itaporanga. Nesse momento, já existia um agrupamento de camponeses consolidado neste município.

Quadro 7 - Primeiro ciclo de intercâmbios do grupo de Itaporanga da Rede Camponesa De Agroecologia

Unidade Camponesa	Principais aprendizados	Problemas/Dificuldades	Data
Seu Antônio Pedro	Diversidade de produção, consórcio entre culturas	Podridão da raiz da macaxeira	09/08/2013
Aparecida	Protagonismo feminino, trabalho coletivo no minhocário, mutirão de trabalho	Enfrentar a acidez dos solos	10/09/2013
Seu Luiz Fontes	Produção de hortaliças, cobertura do solo	Fertilidade do solo	03/10/2013
Dona Lucia	Diversidade de produção, aproveitamento da matéria orgânica	Cobertura do solo no lote de produção	04/12/2013

Cassiano e Gecira	Adubo de mamona, diversidade de produção, plantas ornamentais para embelezamento. Guardião de sementes	Produção da alimentação dos animais.	15/05/2014
Seu Manoel	Cultura da mangaba, pastagens consorciadas com árvores	Sombreamento excessivo na pastagem	18/06/2014
Seu Valfredo e Angelica	Trabalho coletivo em mutirão, compostagem para adubo	Autonomia de insumos	23/07/2014
Dona Maria	Fungicida alternativo	Plantio convencional de mamão	03/09/2014

FONTE: a autora (2017).

2.6 – Novos pontos: outras atividades da Rede

Além das trocas de saberes que aconteceram em cada grupo da Rede, outras atividades realizadas contribuíram para a constituição desses grupos.

a) Festival da colheita e troca de sementes

O Festival da Colheita e Troca de Sementes foi uma parceria entre o Território Sul Sergipano, a COOPERJOS, o CFAC e o projeto CCAT. O objetivo foi o de estimular a troca de sementes entre as comunidades partícipes da Rede Camponesa de Agroecologia, além expor a diversidade da agricultura camponesa, valorizar os guardiões dessa diversidade e seus conhecimentos.

O Festival da Colheita e Troca de Sementes aconteceu no dia 17 de setembro de 2013 na sede da Colônia Sucupira, e contou com representações de 26 assentamentos e comunidades rurais do território Sul Sergipano. Os camponeses se organizaram por comunidade e levaram sementes, mudas, além de parte representativa de sua produção para celebrarem e partilharem entre eles a diversidade da agricultura camponesa agroecológica, conforme imagem abaixo.

Figura 25 - Festival da Colheita e Troca de Sementes “Camponês A Camponês”



FONTE: Arquivo do projeto CCAT

O evento iniciou com uma grande roda de apresentações dos assentamentos e comunidades presentes por meio da “dinâmica da farinhada”, coordenada por Gil e Silvanira. Ao cantar a música, cada comunidade foi citada e, nesse momento, se dirigia ao centro da roda, se apresentando aos demais.

Depois da rodada de apresentação, animada pelas músicas populares, cada comunidade explicou o que havia levado, o motivo, para que servia e como usava cada semente ou muda apresentada. Terminada a apresentação das sementes, mudas e diversidade cultivada pelos camponeses, foi a hora da troca desses materiais, garantindo a irradiação da biodiversidade, muitas vezes guardada por poucas famílias camponesas. Essa permuta contribui para a multiplicação e variabilidade genética dos sistemas agrários camponeses.

b) Confraternização de fim de ano

A confraternização de fim de ano aconteceu no dia 26 de dezembro de 2013 e foi um evento que reuniu os quatro grupos da rede. Estiveram presentes 19 comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária.

Figura 26 - Confraternização da Rede Camponesa de Agroecologia



FONTE: Acervo pessoal de Eraldo da Silva Ramos Filho.

A confraternização de fim de ano foi um momento festivo de celebração, mas que também teve oficinas de práticas agrícolas, como: biofertilizante, plantio de quebra vento na horta coletiva do Assentamento Roseli Nunes, musicalização para as crianças e jovens, construção de minhocário e compostagem. O dia encerrou com um delicioso almoço preparado pelas mulheres do Assentamento Roseli Nunes.

c) Intercâmbio Interestadual

O intercâmbio interestadual teve como objetivo buscar conhecimentos, dar respostas às demandas encontradas e que não puderam ser solucionadas pela própria Rede. A primeira de todas

as demandas, comum à quase totalidade dos camponeses, era a cobertura do solo e a produção de biomassa para este fim. Assim, a rede realizou o primeiro intercâmbio interestadual em março de 2014 na propriedade do permacultor Henrique Souza e sua esposa Rose, localizada no município de Jaguaquara, estado da Bahia.

Henrique possui domínio do plantio, manejo, produção, beneficiamento e comercialização de seus produtos, que são produzidos em Sistemas Agroflorestais. Ele já havia conhecido a Rede nas Oficinas de Outubro de 2012 que ele ministrou em parceria com a prof^a Irene. Portanto, ele pode direcionar as vivências em sua propriedade de acordo com a realidade dos camponeses da Rede.

Os camponeses ficaram três dias na propriedade do Henrique e Rose, onde foi possível conhecer agroflorestas de 1 a 12 anos de implantação, todas em plena produção. Aprendemos os princípios da agrofloresta, a produção de biomassa, a necessidade de cobertura do solo, de diversificação, e foi muito importante vivenciar a autonomia alimentar que Henrique e sua família possuem. A cozinha também foi transformada em sala de aula, onde Rose ensinava receitas, preparos de alimentos que não eram conhecidos pelos camponeses, como fruto da pupunha, palmito (de açaí e pupunha), o preparo do fruto do açaí, banana desidratada, néctar de cacau, entre outros.

Figura 27 - Intercâmbio interestadual no SAF de Henrique Souza



FONTE: Arquivo do projeto CCAT (2014).

2.7 – Arrematando os nós: rede como forma de organização social

No processo organizativo da Rede Camponesa de Agroecologia, consigo visualizar algumas escalas e dinâmicas: unidades camponesas, fluxo entre as unidades camponesas, a formação de um agrupamento, a espacialização da Rede, a organização em rede e a formação de um território camponês agroecológico.

Silvanira, ao explicar o objetivo dos intercâmbios, explicita a intencionalidade de formação de um grupo: “O nosso intuito desse encontro [intercâmbio] é interagir, se conhecer, pra melhorar a roça, buscando essa integração entre camponeses, ajudando um ao outro, formando um grupo, uma grande rede” (informação verbal)⁴⁴.

⁴⁴ Silvanira na fala de abertura do intercâmbio na unidade produtiva de Seu Joel. Santa Luzia do Itanhhy, 2013.

Ao recuperar e descrever os passos dos primeiros 37 intercâmbios realizados pela Rede em quatro grupos distintos, foi possível perceber que os camponeses, por meio dos intercâmbios, foram encontrando outros camponeses e começaram a estabelecer ou reforçar relações já existentes, que se intensificavam a cada intercâmbio e, assim, constituíram um agrupamento - em alguns momentos com refluxo e retrocessos, em outros com avanços. Esses camponeses, em contato uns com os outros, com os saberes de cada um, ressignificaram suas experiências, seu conhecimento, e passaram a se reconhecer como um grupo. O sentimento de pertencer a um grupo foi aflorando em vários momentos dos intercâmbios, como relatado por Seu Joel (2014).

Nesse grupo é melhor! A gente percebe que não está sozinho, e que tamo (sic) no caminho certo da agroecologia e, então se fortalece, troca conhecimento, semente, aprende, toma mais conhecimento um do outro... que às vezes é até nosso vizinho, mas num tinha conhecimento do lote dele. É importante demais pra nós pequeno tá em bando, em grupo... (informação verbal)⁴⁵.

Também é possível fazer a leitura, desde o conceito de lugar, de que os intercâmbios reuniram 130 famílias, estabelecerem fluxos, interações e trocas entre as unidades camponesas e impulsionaram um movimento de espacialização em 22 comunidades e 7 municípios da porção sul de Sergipe, conforme tabela 2 e mapa 2.

Tabela 2 - Comunidades e número de famílias que participaram dos intercâmbios, 2014

Município	Comunidade	Ano de criação do assentamento	Nº de famílias	Nº de famílias em intercâmbios
Itaporanga D'Ajuda	P.A Padre Josimo Tavares	2006	10	5
	P.A Darci Ribeiro	2005	40	6
	P.A Dorcelina Folador	2001	51	5
	P.A Dom Helder	2005	19	7
Santa Luzia do Itanhy	Mocambo	1996	45	15
	Pau torto	-	48	1
	Priapu	1991	53	4
Estância	P.A Paulo Freire	2001	24	4
	P.A Rosa Luxemburgo	2005	26	6
	P.A Anaclecio Barros	2008	10	2
	P.A 17 de Abril	2005	30	6

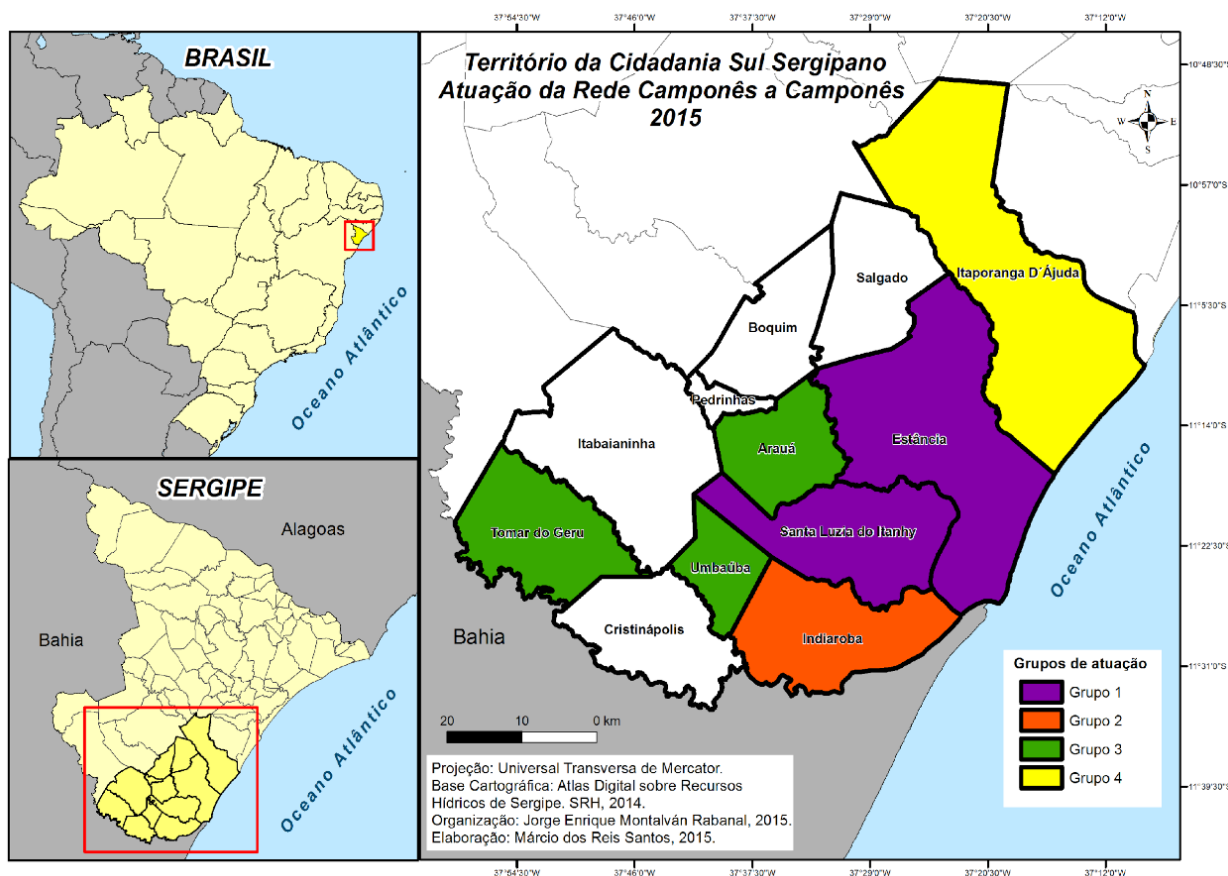
⁴⁵ Fala de Seu Joel durante oficina de sistematização da construção da Rede Camponesa de Agroecologia. Estância, 2014.

	P.A Roseli Nunes	1999	35	17
	P.A Bispo Dom Helder	2007	28	3
Araújo	Colônia Sucupira	Década 60	230	7
	P.A Carlos Gato	2009	30	21
Umbaúba	P.A Campo Alegre	1998	25	6
Tomar do Geru	P.A 27 de abril	2001	55	4
	P.A Joelia Lima	2005	45	3
Indiaroba	P.A 07 Brejos	1997	67	2
	Sepé Tiaraju	2008	90	4
	Bom Jesus	1996	35	2
Total de Famílias dos P.A's e comunidades				130

FONTE: Arquivos do Projeto CCAT, (2014). ORGANIZAÇÃO: Rabanal (2015).

A espacialização da Rede Camponesa de Agroecologia ao final dessa 1ª fase está representada no mapa abaixo, com seus 4 agrupamentos por município.

Mapa 2 - Grupos da Rede Camponesa De Agroecologia, 2014



FONTE: Rabanal (2015).

Acredito que na descrição dos intercâmbios nas seções anteriores, esses processos de formação de um agrupamento de camponeses e espacialização estão explícitos. Portanto, resta elucidar os mecanismos que me permitiram compreender que esse agrupamento camponês constituiu uma rede como forma de organização social.

Para tanto, se faz necessário compreender rede desde essa perspectiva organizativa. Rede não é um termo recente, mas que atualmente tem sido bastante utilizado devido ao surgimento de diversas redes como forma de organização popular, seja as redes locais, as redes de redes, ou até mesmo redes mundiais. Segundo Mance (1998), as redes se formam a partir da articulação de diversas unidades que estabelecem trocas entre elas no sentido de se fortalecerem conjuntamente. Como forma de organização, essa articulação entre unidades por meio de fluxos possibilita a atuação por meio de ações coletivas, ao identificar uma “*causa*” que impulse essa ação conjunta (SCHERER-WARREN, 2006).

Os contornos da organização social desse agrupamento de camponeses foram sendo forjados ao longo dos intercâmbios e atividades da Rede Camponesa de Agroecologia, que definiram como objetivo do grupo resgatar, reconhecer e construir a agroecologia, assim como seus princípios (elencados no quadro abaixo).

Quadro 8 - Princípios da Rede Camponesa de Agroecologia

1	Fomentar a troca de saberes com foco na construção da soberania alimentar;
2	Cultivar todo o necessário para a família a fim de atingir a autossuficiência alimentar;
3	Cultivar árvores e saber utilizá-las;
4	Diversificar e integrar cultivos e criações;
5	Adotar a cobertura verde do solo;
6	Respeitar e valorizar a mulher no âmbito da família e assentamento;
7	Plantar sem veneno e adotar controle alternativo de pragas e doenças;

8	Ser autossuficiente na produção do próprio adubo;
9	Não utilizar fogo;
10	Resgatar e valorizar as sementes crioulas.

Um elemento importante para a organicidade deste coletivo foi o estabelecimento de uma coordenação que se reunia mensalmente, composta por quatro camponeses que, juntamente com a equipe de extensionistas e pesquisadores, tinha como função discutir os intercâmbios, avaliar os processos em curso, definir estratégias de atuação, mobilizar os camponeses, organizar e articular as ações da Rede Camponesa de Agroecologia.

A definição dos objetivos, princípios e uma coordenação fortaleceu as ligações ou fluxos já estabelecidos pelos intercâmbios e impulsionou uma organização social em rede, que deu coesão aos agrupamentos antes formados, espessou a relação entre os espaços, tornou-os mais fluidos e produziu nestes transformações de forma e conteúdo (MOREIRA, 2007).

Ao organizarem em rede para construir a agroecologia, os camponeses passaram a realizar uma forma de luta na terra, em disputa e em contraposição à expansão do capitalismo no campo por meio da subordinação camponesa. A rede, constituída a partir da materialidade da unidade camponesa de produção, estabeleceu relações sociais no tempo e no espaço que foram capazes de produzir, territórios-rede, conforme Haesbaert (2004) os denominou. Para nós, produziu o território camponês agroecológico.

A agroecologia rompe com a lógica do capital ao construir processos de autonomia camponesa, que pressupõe a disputa para o uso dos territórios, o que Fernandes (2008b) propõe denominar terceiro território. Essa disputa perpassa pela materialização dos distintos projetos de rumos da sociedade, o projeto político do agronegócio *versus* o projeto do campesinato.

A realização da agricultura camponesa agroecológica diz respeito à forma de uso da terra, mas, para além disso, diz respeito ao uso do território, ou seja, as relações que se estabelecem naquele território: relações de trabalho familiar, relações de círculos curtos de comercialização (consumidor/produtor), relações de independência de insumos, relações comunitárias e horizontais de aprendizado, de protagonismo camponês, de trocas de agrobiodiversidade, de reciprocidade, etc. Portanto, organizar-se em rede, produzir por meio dela ações que impulsiona a agroecologia e constrói a autonomia camponesa, permitiu a materializar o território camponês agroecológico.

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIAS DE AUTONOMIA CAMPONESA

Este capítulo pretende discutir as estratégias de construção da autonomia camponesa. Para tanto, em primeiro lugar, cabe conceituar essa autonomia. Na literatura sobre campesinato, fala-se muito sobre autonomia, mas o conceito raramente é explicado. Diante disso, dois procedimentos foram adotados: por um lado, entendo que à autonomia contrapõe-se a subordinação. No capítulo 2, a subordinação camponesa foi teorizada; assim, ao recuperar os processos de subordinação, infiro processos de autonomia. Nesse sentido, parte da minha discussão no presente capítulo recupera o que foi dito sobre a subordinação camponesa (ao capital) e elenca como a luta camponesa evoca estratégias de resistência a essa subordinação – estratégias, portanto, que lhes dão, em alguma medida, maior autonomia.

De outra parte, foi utilizada, para traçar os contornos da noção de autonomia camponesa, a reflexão e construção coletiva com os camponeses da Rede. Em trabalho de campo, foi realizado um círculo de cultura sobre autonomia e os resultados dessa discussão foram sistematizados aqui. Essa concepção, como exposta e elucidada abaixo, contém oito eixos que são discutidos não apenas sob a perspectiva dos camponeses, mas em diálogo com alguns autores que se debruçam sobre o tema do campesinato. A ideia é sempre fundamentar os conceitos na realidade camponesa, mas trazer também a reflexão acadêmica para aprofundar o entendimento dessa realidade.

Antes, porém, uma discussão geral sobre a noção de autonomia pode ajudar a nortear a discussão mais específica da autonomia camponesa. Autonomia é entendida em contraposição à heteronomia: enquanto o sujeito autônomo dá a si as leis que regem seu comportamento, o sujeito heterônomo recebe as leis de outras instâncias. Isso se complexifica pelo fato de que nossos desejos, vontades e reflexões são frutos da sociedade na qual estamos inseridos e, portanto, ainda quando acreditamos que estamos agindo de acordo com nossas próprias leis, estas, em última análise, são produtos do meio (CHRISTMAN, 2015).

A questão – filosófica⁴⁶ – poderia levar-nos longe; importante aqui é ressaltar que a autonomia envolve, ao mesmo tempo, um processo de tomada de consciência e de superação da dominação – explícita ou implícita – seja de um indivíduo ou de uma coletividade. Finalmente,

⁴⁶ Destaco e agradeço as contribuições dadas por Luís Márcio Nogueira Fontes, professor e filósofo, que prestou esclarecimentos filosóficos sobre a discussão de autonomia.

esse processo de tomada de consciência se forja, em grande medida, na luta, no fazer-se classe (CHRISTMAN, 2015; IASI, 2009).

Defendo a ideia de que a autonomia camponesa é uma forma de luta na terra, ou seja, é uma estratégia do campesinato de resistir; mas, mais do que isso, é um modo de ampliar o controle de seus territórios, diminuindo os processos de subordinação. Outro pressuposto é que é impossível pensar em autonomia absoluta ou em autonomia plena no contexto do sistema hegemônico do capitalismo. Portanto, autonomia será sempre relativa, e, ainda assim, a entendo como processual.

Autonomia diz respeito à luta dos povos contra a sujeição, subordinação ou integração ao capital. Em outras palavras, é o direito de viver de acordo com suas normas, formas de organização de suas sociedades em seus territórios, de tomada de decisões. Trata-se, assim, da luta pelo direito de permanência das suas lógicas e culturas (construídas milenarmente), pois os camponeses possuem outro modo de vida, outra lógica de sociedade do que a imposta pelo capital.

Almeida (2000) entende que a autonomia está no centro das lutas do campesinato contra o processo de heteronomização imposto pelo sistema capitalista, ou seja, contra o processo que diminui a capacidade de autorregulação do modo de vida e produção camponesa criado pela integração entre o capital financeiro e industrial à agricultura.

Para avançarmos no entendimento da autonomia camponesa e suas dimensões, recupero as formas de subordinação camponesa para fazermos o exercício teórico de compreender as formas e estratégias de construção/ampliação da autonomia.

Martins (1981), Bartra Vergés (2011) e Oliveira (2004) nos mostram que os processos de subordinação do campesinato ao capital se dão a partir de: a) a subordinação do trabalho camponês pelo capital, seja ao vender, ainda que temporariamente, a força de trabalho, e também pela b) subordinação no mercado de produtos, quando o camponês vende parte da sua produção para comprar outras mercadorias de que necessita; e, por fim, o campesinato se subordina c) quando acessa o mercado de dinheiro por meio dos créditos.

Desse modo, construo, com base nos processos de subordinação elucidados por esses autores, a interpretação de três dimensões da luta por autonomia: a) autonomia sobre o trabalho camponês; b) autonomia em relação ao mercado de produtos; c) autonomia em relação ao mercado financeiro.

A quarta dimensão da autonomia camponesa pode ser pensada a partir de Ploeg (2008), que compreende que a luta contínua por autonomia é uma condição camponesa – aliás, é uma

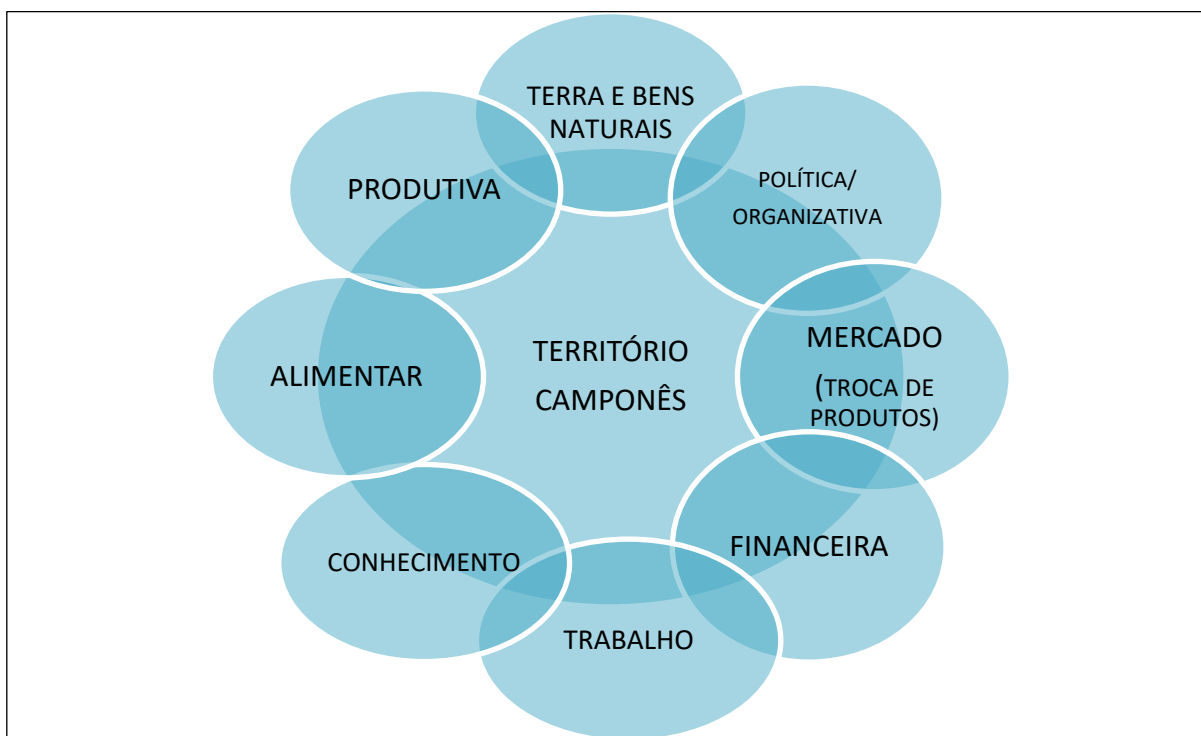
condição básica de todo produtor simples de mercadorias. Contudo, o diferencial do campesinato é que a autonomia é criada por meio da coprodução entre o ser humano e a natureza. Assim, infiro outra dimensão à autonomia camponesa, a dimensão produtiva, a forma de realizar a agricultura camponesa.

Os camponeses da Rede Camponesa de Agroecologia (2016) definiram autonomia como:

É produzir tudo que gosta e deseja com a família, tirar nosso sustento em parceria com a natureza, ter controle de seu próprio tempo, do próprio trabalho e da produção. Para isso é necessário ter acesso à terra e aos bens naturais, e ter o conhecimento para produzir na terra com diversidade. (informação verbal)⁴⁷.

Aliado ao conceito de autonomia construído coletivamente, os camponeses da Rede Camponesa de Agroecologia ainda apontaram as dimensões que compreendem da luta por autonomia, reunidas na figura abaixo.

Diagrama 1 - Ciranda da Autonomia Camponesa



FONTE: a autora (2019)

⁴⁷ Construção do conceito de autonomia feito pelo Coletivo da Rede Camponesa de Agroecologia, durante círculo de cultura sobre autonomia. Assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, 2016.

Para elucidar as formas de ampliação da autonomia camponesa, é necessária a compreensão de que suas dimensões são partes de uma totalidade. Portanto, elas se complementam, se relacionam, mas também possuem antagonismos; estão em um permanente movimento histórico, impulsionado pelo campesinato em relação com a sociedade e, portanto, avança, buscando a superação da subordinação, mas também retrocede, não avança e recua (SANTOS, 2006).

A seguir, discuto cada uma dessas dimensões; mas, antes disso, é preciso alertar que se o exercício teórico de tratar separadamente cada dimensão identificada da autonomia camponesa é válido didaticamente, para ler a realidade é necessário compreendermos que esta não é rígida nem acontece em etapas: somente se entendermos que se trata de uma combinação de elementos que são construídos historicamente por meio das relações estabelecidas, poderemos apreender os processos de construção e ampliação da autonomia camponesa e os processos contraditórios à essa ampliação.

Dimensão do acesso a terras e bens naturais

A primeira dimensão diz respeito ao acesso a terras e bens naturais, categoria central para a realização do modo de vida e produção do campesinato. A terra, como elucidado por Martins (1981), não é capital, pois não foi produzida pelo trabalho, mas pode ser usada/operada como capital para extrair a mais valia por meio da subordinação do trabalho na terra.

A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não é. (MARTINS, 1981, p. 159-160)

Terra, portanto, é um meio de produção (ainda que qualitativamente diferente) para o campesinato, um bem natural que possibilita a reprodução social do campesinato. É o ponto de partida que torna possível a concretização da luta na terra e ainda deve ser entendida como a dimensão essencial da autonomia, pois permite estabelecer e realizar a condição camponesa do trabalho familiar, não alienado.

Na realidade, o campesinato acessa a terra de diferentes formas, ainda que em uma relação de subordinação ao capital como meeiro, arrendatário, comodato, ou ainda como proprietário privado de terra – neste caso em particular, o camponês, para adquirir uma fração do território

capitalista, muitas vezes o faz aumentando a auto exploração, recorrendo aos créditos fundiários ou a empréstimos financeiros. Amplia-se a autonomia camponesa quando o acesso à terra é de propriedade comunal, podendo ser ainda de cessão de uso, como no caso da reforma agrária no Brasil.

Reitero a discussão dos capítulos anteriores de que, mesmo em terras camponesas, é possível o capital se embrenhar, pois este se desenvolve no campo não apenas por meio da aquisição de novas terras, mas também pela subordinação camponesa (OLIVEIRA, 1990, 2007). Ou seja, ter acesso à terra não encerra a luta camponesa ou garante, indefinidamente, a autonomia camponesa. Pelo contrário, a presença do capital no campo - mesmo na terra camponesa - sugere justamente o caráter dialético dessa autonomia: afinal, essa autonomia se forja na luta de classes e se dá historicamente. Então, assim como as estratégias de subordinação do capital se multiplicam, multiplicam-se também as estratégias de resistência camponesa. Fica, assim, evidente que a autonomia não é plena, nem progride linearmente; para construí-la e ampliá-la, faz-se necessário manter-se em constante luta.

Dimensão política

A dimensão política da autonomia diz respeito às formas de organização do campesinato, desde sua organização local ou comunitária à organização em movimentos sociais, regionais, nacionais ou até mesmo na escala global. Como já apresentado, o campesinato não está no centro do poder ou de tomada de decisões. Assim, Shanin (2005) o entende como uma classe de baixa classicidade. Pertencer a uma sociedade em que as decisões são tomadas, na maior parte das vezes, por seu antagonico significa ter seus interesses permanentemente preteridos.

Portanto, organizar-se politicamente, fazer-se classe social, torna possível, na escala ampliada, contrapor-se às ações e estratégias de desenvolvimento que impõem a lógica da exclusão, pauperização e subordinação do campesinato. Essa forma de organização no Brasil se dá por meio dos movimentos sociais do campo, sindicatos rurais e redes camponesas. Na escala global, temos o exemplo da organização da Via Campesina, que reúne organizações camponesas de diversos países.

Localmente, a dimensão política da autonomia está presente na organização comunitária do campesinato. A forma como acontece essa organização varia de acordo com cada forma identitária camponesa e com o contexto onde estão inseridos. Assim, em uma comunidade

camponesa, quanto mais descentralizada, participativa e horizontal forem as tomadas de decisões, maior será a autonomia política interna dessa comunidade, porque implica em participar ou não das decisões que dizem respeito e afetam a vida de todos (e cada um de) seus membros.

Dimensão do Mercado de troca de produtos

A venda da produção é a forma de que o campesinato se utiliza para trocar mercadoria por dinheiro para comprar outras mercadorias de que necessita. Vimos anteriormente que ao vender seus produtos no mercado capitalista, acontece uma transferência do trabalho camponês ao capital devido a um intercâmbio desigual em que o camponês vende a preços baixos, iguais ou inferiores ao custo de produção, e compra seus produtos a altos preços⁴⁸ (BARTRA VERGÉS, 2011).

Ao diminuir esse processo de subordinação, amplia-se a autonomia camponesa. Existem estratégias já criadas pelos próprios camponeses, como:

a) Organização em cooperativas de beneficiamento e venda da produção. Estas reúnem um coletivo de camponeses que ao beneficiar a produção agregam valor aos produtos como estratégia de ampliar a renda e, ao somarem as produções individuais, buscam maior poder de troca junto ao mercado.

b) Mercados e redes locais ou circuitos curtos de comercialização, como também são chamados, é uma estratégia de criar e/ou fortalecer as trocas realizadas no local, que priorizam uma relação direta entre produtor/consumidor, seja por meio de feiras livres, mercados informais ou na organização de cooperativas de consumo.

c) Trocas realizadas na própria comunidade. Essas trocas que acontecem na própria comunidade são estratégias de não mercado, ou seja, de não realizar a troca mediada pelo mercado, mas mediada e regulada socialmente pelas relações de reciprocidade.

Essas estratégias têm como antagonista a formação dos impérios alimentares, que dizem respeito às empresas que dominam o setor agroalimentar. Como descrito por Ploeg (2008), é um modo de ordenamento que desconecta a produção do consumo de alimentos dominante, buscando o controlar e dominar cada vez mais partes dessa produção e consumo, processamento, circulação e comercialização.

⁴⁸ O processo de subordinação camponesa no mercado de produtos está explicado de forma mais detalhada no capítulo II, na seção 2.1 – Questão Agrária.

Dimensão financeira

A produção camponesa, apesar do avanço tecnológico, em sua maioria é dependente dos ciclos naturais, sejam climáticos, do regime hídrico, do próprio desenvolvimento das plantas, animais etc. É comum que nesse processo exista a necessidade de dinheiro anterior à produção, seja para a compra dos meios de produção, seja para a compra de insumos e até mesmo para as necessidades básicas do autoconsumo, que são contínuas, enquanto sua produção não o é (BARTRA VERGÉS, 2011). Dessa necessidade surge então a subordinação camponesa ao mercado financeiro, já discutida no capítulo 2.

As estratégias que impedem essa subordinação e, portanto, ampliam a autonomia camponesa referente à dimensão financeira são encontradas na organização de cooperativas camponesas de crédito⁴⁹, na prática de fundos rotativos solidários⁵⁰, e ainda pode ser visto na própria dinâmica da família camponesa que, ao gerir sua unidade de produção, busca mecanismos diversos e multiatividades⁵¹ para evitar o acesso ao crédito financeiro.

Dimensão do trabalho

Algumas vezes o mecanismo encontrado pela família camponesa para manter a unidade produtiva ou garantir o autoconsumo é a venda de uma parcela da força de trabalho camponês⁵², geralmente no regime de jornal. Repousa na característica camponesa de realização de múltiplas atividades, e não apenas a venda de sua produção para a obtenção de renda, uma estratégia que

⁴⁹ As cooperativas camponesas de crédito são instituições financeiras, sem fins lucrativos, criadas e geridas por camponeses. Estes, ao se associarem, depositam uma quantia de dinheiro ou cota-parte, estabelecida por cada cooperativa. As cooperativas de crédito têm a função de emprestar dinheiro aos cooperados; quando o recurso emprestado tem a origem do próprio fundo financeiro da cooperativa, os juros, tempo e a forma de pagamento são definidos em assembleia dos sócios. O empréstimo pode ser ainda oriundo de outras fontes financiadoras cadastradas no BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento. Nessa modalidade, as taxas de juros, tempo e forma de pagamento são definidas pelo financiador (CONCRAB, 2007). Cf.: CONCRAB. **Constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito**: uma visão desde os Movimentos Sociais do Campo. 2ª edição, Brasília: CONCRAB, 2007.

⁵⁰ Os fundos rotativos solidários são uma forma de autofinanciamento por meio de uma poupança comunitária. Os camponeses participantes do fundo contribuem com uma quantia em dinheiro; esse montante total irá financiar a atividade agrícola de uma família camponesa. Essa, ao realizar sua produção e aumentar a quantidade do recurso inicial, irá retirar igual valor e repassar para a segunda família, e assim sucessivamente até todos serem beneficiados. Os fundos rotativos solidários podem ser feitos com qualquer tipo de recurso, não apenas em dinheiro, comumente é realizado o fundo com animais, e os filhotes daqueles primeiros animais são repassados, em mesma quantidade, entre as famílias. É uma prática estimulada pela Caritas nas comunidades rurais do nordeste brasileiro.

⁵¹ Ver entendimento de multiatividade camponesa no capítulo I.

⁵² Ver no capítulo 2, seção 2.1 a discussão, apoiada em Bartra Vergés (2011), sobre a subordinação do campesinato por meio do acesso ao mercado do trabalho.

amplia a dimensão do trabalho da autonomia camponesa. O incremento de outras fontes de renda na unidade camponesa pode ser capaz de diminuir a necessidade de subordinar-se ao mercado do trabalho.

Porém, essas outras fontes de renda, que podem diminuir ou impedir a subordinação camponesa no mercado do trabalho, podem também ser provenientes de relações de dependência sejam de políticas públicas, benefícios sociais (aposentadoria, bolsa família, etc.), desterritorialização da força de trabalho de um membro da família que envia remessas financeiras à unidade camponesa, entre outras. Essas relações de dependência, quando existem, afincam relações de subordinação. Ao impulsionar alguma dimensão da autonomia camponesa, as outras dimensões também são alteradas. Portanto, as estratégias de ampliação da dimensão do trabalho são também as estratégias já descritas que ampliam a autonomia em relação ao mercado, acesso à terra e bens naturais, política, financeira etc.

A pesquisa em campo detectou que a dimensão do trabalho é percebida pelos camponeses como ter autonomia sobre seu próprio tempo. Foram comuns falas no sentido de que, ao conquistar a terra, passaram a ser donos do próprio tempo. Isso significava para os camponeses da Rede poder realizar o trabalho de acordo com seu próprio ritmo, em seu tempo. Essa ideia se contrapõe ao trabalho sob a égide do capital - por exemplo, na colheita da laranja, paga-se pela quantidade de laranja colhida; assim, muitas vezes, o camponês se submete a jornadas intensivas de trabalho para aumentar o valor pago pela mão de obra.

É importante notar como a subordinação ao capital se estende até os domínios da nossa subjetividade e da nossa experiência da temporalidade. De fato, para o capitalismo, “tempo é dinheiro” - tempo é, portanto, algo que se pode perder. Na realização do trabalho camponês há tempo para pausas e descanso, para a realização do trabalho com criatividade que encontra as soluções necessárias à produção, ou seja, para o trabalho não alienado, com o ritmo ditado por suas próprias necessidades ou decisões.

Dimensão do conhecimento

Outra dimensão da autonomia camponesa refere-se ao conhecimento camponês. Anteriormente apresentei que, segundo Guzmán e Molina (2013), uma característica do campesinato é que possuem uma forma de trabalhar alicerçada no conhecimento que sustentam em relação ao manejo dos recursos naturais da unidade camponesa. É esse conhecimento camponês

que apoia a prática de realizar a produção, mas é possível aprimorar, irradiar e aprofundá-lo: as estratégias de construção, resgate e intercâmbio de conhecimentos em redes são bons exemplos, mas também a vida em comunidade permite constantes trocas de conhecimento entre os camponeses, e o aprender com o outro acontece em todas as relações que estabelecem.

Os limites da ampliação dessa dimensão do conhecimento se dá na expansão da agricultura capitalista e implantação do pacote tecnológico (adoção das monoculturas, fertilizantes industriais e agrotóxicos), que tem como uma das principais estratégias deslegitimar, caracterizar como obsoleto e errado o conhecimento camponês tanto no que se refere à prática da agricultura e manejo dos recursos naturais, quanto do modo de vida e organização em comunidade.

Portanto, o resgate desse conhecimento é base para o fortalecimento e ampliação da autonomia do campesinato. As trocas de conhecimento entre camponeses permitem resgatar e valorizar o que não se perdeu e possibilitam a construção de novos conhecimentos que apoiam o modo de vida e de produção camponesa por meio da interação horizontal entre camponeses, educadores populares, pesquisadores e extensionistas engajados, propiciando o aprofundamento desse conhecimento.

Dimensão alimentar

A dimensão alimentar da autonomia camponesa relaciona-se diretamente com a dimensão produtiva. A produção de alimentos em monoculturas não visa à alimentação de quem produz, mas a mercantilização do produto. Assim, a diminuição das variedades cultivadas resulta em uma vulnerabilidade na produção e na alimentação camponesa (FERREIRA, 2017).

Alimentar-se da própria produção requer diversificar o que se produz, conquistar a autonomia alimentar significa produzir tudo aquilo de que a família camponesa precisa para se alimentar em qualidade e quantidade necessárias, ou “de tudo um pouco”, nos dizeres camponeses. Ainda, a alimentação deve ser resultado de uma escolha do próprio camponês, uma decisão que articula o que é possível produzir no ambiente onde estão inseridos, o que deseja produzir e como quer se alimentar. Essa decisão deve ser baseada nos produtos que estão inseridos em sua cultura alimentar, pois o alimento expressa condições materiais e simbólicas, e supre não apenas as necessidades básicas de sobrevivência, como também é carregado por significados de memória e de pertencimento sociocultural (FERREIRA, 2017).

Dimensão produtiva

A dimensão produtiva é aquela que diz respeito aos sistemas de produção agrícola do campesinato por meio do manejo dos sistemas agrários. A subordinação da agricultura camponesa acontece quando o camponês implanta a matriz tecnológica do agronegócio, rompendo com a lógica de produção do campesinato.

Amplia-se a dimensão produtiva da autonomia ao fortalecer a agricultura camponesa: sementes crioulas, produção dos próprios insumos, uso de tecnologias adequadas à realidade camponesa, diversidade de espécies agrícolas, florestais e de criação de animais etc. A principal estratégia de ampliação da dimensão da autonomia camponesa são as práticas agrícolas de base ecológica que orientam a produção, utilizando ao máximo os recursos existentes na própria unidade produtiva, diminuindo a dependência de insumos externos.

Finalizada a exposição das dimensões que compõem a autonomia camponesa, resumo que esta é relativa e processual, produzida por meio das relações estabelecidas entre os camponeses e a sociedade na qual estão inseridos em determinado período histórico. Além disso, essa autonomia é multidimensional, cujas dimensões interagem de forma contraditória, se complementam, se afastam, se ampliam e recuam. Ademais, diz também respeito à luta de fortalecimento do modo de vida e do território camponês, se opõe à lógica social e econômica que, para se desenvolver, expulsa, expropria ou subordina o campesinato.

No contexto real e dinâmico da vida, a agroecologia tem se destacado como um elemento da estratégia de ampliação da autonomia camponesa, que transforma não apenas as relações de produção, mas altera também as relações políticas, sociais e econômicas, fortalecendo o modo de vida e o território camponês. Na seção seguinte, discuto a ampliação da autonomia camponesa por meio da agroecologia analisando a Rede Camponesa de Agroecologia.

3.1 – Agroecologia na construção de processos da autonomia camponesa

A compreensão do significado do conceito de agroecologia muitas vezes é reduzida ao conjunto de práticas agrícolas de base ecológica, enquanto outras tantas assume tal amplitude que dificulta apreender sua acepção. Faz-se necessário recuperar o entendimento, já apresentado, que a agroecologia é prática, movimento e ciência, que orienta o manejo ecológico dos sistemas agrários envolvendo os aspectos produtivos, tecnológicos, os processos biológicos,

socioeconômicos, culturais e políticos da produção, circulação e distribuição dos alimentos desde a escala local à escala global.

Guzmán (2006; 2011) pensa a agroecologia como o manejo ecológico dos recursos naturais, realizado como ação política que contribui para o enfrentamento da deterioração ecológica e social gerado pelo neoliberalismo, sendo, portanto, uma estratégia metodológica de transformação social. Nesse sentido, Rosset (2013) avalia que os movimentos sociais têm incorporado a agroecologia em suas pautas e bandeiras de luta como forma de expandir o controle sobre seus territórios materiais e imateriais.

Apoiada nesses autores, compreendo que a agroecologia é estratégica para desencadear processos de construção da autonomia camponesa, pois consegue se relacionar e impactar diversas dimensões que compõem essa autonomia, desde a dimensão política/organizativa, do conhecimento, da produção, da troca de produtos no mercado e alimentar à dimensão do trabalho camponês e a financeira/econômica.

Proponho, então, observar como se articulou, a partir da agroecologia, o processo da autonomia na Rede Camponesa de Agroecologia. As informações acerca do impacto da rede na autonomia camponesa foram percebidas durante a participação nos intercâmbios por meio da pesquisa participante. Utilizando os círculos de cultura como mecanismo de pesquisa, foi possível extrair os aprendizados e apreender como os camponeses participantes da rede perceberam as alterações. Além disso, foi possível constituir um processo coletivo de aprendizado e de formação.

Ações políticas a partir da organização em rede

A construção da agroecologia por meio de intercâmbios orientados pela metodologia “Camponês a Camponês” criou grupo ou uma coletividade entre camponeses. Esse grupo permitiu que as experiências camponesas saíssem da invisibilidade e do isolamento e, portanto, pudessem encontrar junto a outros camponeses problemas comuns do dia a dia, assim como suas respectivas soluções. Essa grupalidade foi forjada pelos objetivos que mantinham sua coesão: de resgatar, reconhecer e construir a agroecologia.

“Nós aqui somos um barco... um barco de cultura, um barco de aprender com o outro... nós aqui somos um barco só!”. Essa fala de Maria Evangelista, camponesa e artista do P.A Dorcelina Folador, reforça a análise de formação de um grupo, explicitando o sentimento de fazer parte, estar junto, de coletividade. Ao longo dos encontros, oficinas, intercâmbios, processos de

avaliação, reuniões de planejamento etc. estabeleceu-se uma dinâmica pela qual a agroecologia era impulsionada, constituindo fluxos entre as unidades camponesas, de diferentes comunidades e municípios, que permitiram a espacialização da agroecologia e a organização em forma de rede.

A espacialização da Rede Camponesa de Agroecologia foi consolidada em quatro grupos com comunidades pertencentes aos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy (grupo 1), município de Itaporanga D'Ajuda (grupo 2), municípios de Arauá e Umbaúba (grupo 3) e o município de Indiaroba (grupo 4).

Ao organizar-se em rede e construir a agroecologia, esse grupo de camponeses projetou no espaço geográfico relações de poder e criaram o território do campesinato e da agroecologia, estabelecendo enfrentamento ao agronegócio, aos processos de subordinação e de territorialização do capital. Esse processo constitutivo do território a partir da agroecologia permitiu a realização de ações políticas, que foram desde processos de reorganização política nos assentamentos à inserção em grupos e fóruns de decisão, o que estabeleceu parcerias com instituições, outras redes e outros movimentos sociais.

Quanto à dinamização da reorganização política nos assentamentos, é preciso destacar que ao se organizarem no MST e realizarem a luta pela terra esses camponeses fizeram-se classe. A organização em acampamentos, que explicitava a conflitualidade pela terra, possibilitou vivenciarem longos períodos de organização política, de enfrentamentos, de ações e atos que permeiam o dia a dia daqueles que estão em luta. Após a conquista da terra e o estabelecimento dos assentamentos de reforma agrária, a forma de organização se modifica, as dinâmicas da vida se alteram. Torna-se, então, necessário produzir para garantir o autoconsumo e a renda, além de organizar outros elementos como a educação, a moradia, os meios de produção, a comercialização, entre outros.

Muitas vezes, essa nova dinâmica faz com que os processos organizativos da comunidade e a participação política dos assentados no movimento diminuam e, pouco a pouco, a união entre as famílias, impulsionada pela luta do sonho da conquista da terra, vai se perdendo.

A gente távamos (sic) tudo esquecido, tudo sem mística, achando que não ia acontecer mais nada de bom. Essa rede mudou minha vida, primeiro o MST, depois o camponês a camponês. (informação verbal)⁵³.

⁵³ Fala de Marinho, assentamento Roseli Nunes.

A Rede Camponesa de Agroecologia dinamizou os assentamentos, movimentou novamente a vida na comunidade e criou vínculos entre as comunidades que participavam da rede, animou e reacendeu a fagulha que já existia, desde o processo de luta pela terra, de organização política e social.

A partir da territorialização da rede, foi possível exercer distintos níveis de inserção política externas a comunidade, sendo as principais observadas:

a) Compôs a Rede Sergipana de Agroecologia – RESEA

A Rede Sergipana de Agroecologia reúne instituições, associações, cooperativas, ONG's, redes e movimentos sociais que atuam com a agroecologia em Sergipe. Criada no ano de 2006, a RESEA tinha como principais animadores pesquisadores da Embrapa Tabuleiros Costeiros. Por conta da ocasional participação e adesão dos movimentos sociais, suas atividades estavam circunscritas à realização de eventos sobre a temática da agroecologia.

Esses eventos foram pouco a pouco divulgando e mostrando a necessidade de uma articulação estadual da agroecologia, a RESEA. Aos poucos, novas instituições, ONG's e movimentos sociais foram agregados à essa construção. É interessante recuperar que em um desses eventos promovidos pela RESEA, surgiu a provocação que deu origem a um projeto financiado pelo macroprograma 6 da Embrapa (como já explicado no capítulo 3). A partir desse projeto de pesquisa, foi possível iniciar, no ano de 2012, a construção e posterior consolidação da Rede Camponesa de Agroecologia.

A atuação e consolidação da Rede Camponesa de Agroecologia, possibilitou aos camponeses, extensionistas e pesquisadores que a teciam, criar uma instância que representava os interesses e objetivos do grupo. Assim, em 2013, tornaram-se membros da Rede Sergipana de Agroecologia e passaram a impulsionar a agroecologia na escala estadual juntamente com os demais sujeitos e organizações da RESEA.

A participação ativa de membros da Rede contribuiu para o fortalecimento do papel político da RESEA, dinamizando as estratégias de ações para impulsionar a agroecologia. Os intercâmbios passaram a ser incorporados estadualmente como forma de mobilização, constituição de grupos regionais e trocas de conhecimento agroecológicos. Por meio da RESEA, os intercâmbios adquiriram inovações, novos elementos, como as caravanas agroecológicas ou

intercâmbios em movimento (quando um determinado coletivo visita mais de uma experiência camponesa em sequência).

Experimentou-se processos de formação política, que dava direcionamento ao intercâmbio na discussão do antagonismo entre a agroecologia e agronegócio nas quatro regiões do estado de Sergipe (Sul, Norte, Alto Sertão e Sertão Ocidental). Além disso, o intercâmbio ganhou ainda momentos culturais, que ficaram conhecidos como feiras culturais, cujo objetivo era o de levar o debate da agroecologia para os centros urbanos próximos as experiências camponesas visitadas.

Destaco ainda, a participação efetiva do coletivo da Rede Camponesa de Agroecologia na construção do II Encontro Estadual de Agroecologia, 9 anos após o primeiro. Este segundo encontro foi realizado em dezembro de 2015 na escola agrícola do município de Estância. e reuniu cerca de 200 camponeses, extensionistas e pesquisadores que passaram três dias reunidos para discutir os desafios e perspectiva da agroecologia no Brasil e em especial no estado de Sergipe. A alimentação do encontro foi agroecológica, comprada no Cantinho da Roça, que reunia diversos camponeses da Rede Camponesa de Agroecologia.

Outro aprendizado foi buscar incidir sobre o poder público, particularmente no que diz respeito ao reforço de uma tendência nacional⁵⁴ de construção de um marco jurídico normativo da agroecologia. Assim, a RESEA atua junto ao governo de Sergipe e a Assembleia Legislativa para regulamentar a lei estadual de agroecologia⁵⁵ n° 7.270 de novembro de 2011. O protagonismo da RESEA no campo Sergipano foi fundamental para a expedição do decreto n° 40.051 de maio de 2018, que regulamenta a lei de agroecologia e instituiu a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO). A regulamentação da lei⁵⁶ previu ainda a nomeação da Comissão Estadual da Agroecologia e Produção Orgânica (CEAPO), que tem como representantes os movimentos sociais, a RESEA e outras instituições que atuam com a base social camponesa de

⁵⁴ Refiro a construção nacional da PLANAPO e CNAPO, impulsionado pela ANA e ABA.

⁵⁵ A lei estadual de agroecologia foi proposta pelo mandato do então Deputado Estadual João Daniel. João Somariva Daniel é camponês, fez parte do grupo que fundou o MST Sergipe, no ano de 1985, tornando-se importante liderança desse movimento no estado. Atendendo a uma necessidade dos movimentos sociais em Sergipe, lança-se candidato à deputado estadual no ano de 2010, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ano em que foi eleito com 29.936 votos, o sexto deputado mais votado em Sergipe naquela ocasião. No ano de 2014, João Daniel candidata-se a deputado federal, novamente pelo PT, naquele ano foi o único deputado federal do partido dos trabalhadores eleito em Sergipe, com 52.959 votos. No ano de 2018 é reconduzido à deputado federal com

⁵⁶ Destaco a relevância do papel da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca, que durante o mandato de Rose Rodrigues, primeira mulher a assumir essa pasta, priorizou o atendimento à demanda social de regulamentar o decreto n°40.051 da lei estadual de agroecologia.

Sergipe. A CEAPO tem como função elaborar o plano estadual de agroecologia, reivindicar orçamento para as ações previstas no plano e, consequentemente, o monitoramento destas. O plano foi construído por meio de plenárias territoriais, e as propostas e diretrizes de cada plenária territorial foram sistematizadas a nível estadual pela CEAPO.

Outra lei que instituiu os marcos legais da agroecologia em Sergipe foi a lei estadual de sementes crioulas⁵⁷ nº 8167 de 2016, que institui legalmente o conceito de sementes crioulas. Ela dispõe mecanismos para a proteção da biodiversidade e considera como área de proteção da biodiversidade as áreas de onde são produzidas as sementes crioulas, proibindo, assim, a produção, nessas áreas, de qualquer material genético (sementes transgênicas e híbridas) que venha a ameaçar as características fenotípicas e genotípicas das sementes locais. Além disso, ainda reconhece como sementes da liberdade a identidade das sementes crioulas de Sergipe.

As sementes crioulas de Sergipe foram batizadas como sementes da liberdade durante o encontro Estadual de Agroecologia, promovido pela RESEA em 2015. Esse nome foi escolhido em homenagem a Seu Carlinhos, guardião de sementes do alto Sertão Sergipano, que nomeou assim as sementes que preserva.

Todas essas ações fortaleceram, ainda, a ação política do Movimento Camponês Popular (MCP), que incidiu sobre a política estadual de sementes que trata da compra e distribuição de sementes para os camponeses sergipanos. Em 2018, pela primeira vez o Estado de Sergipe adquiriu, por meio da política estadual de sementes, 45 toneladas de sementes crioulas produzidas por camponeses do MCP.

Essa ação abre caminhos não apenas por aumentar a produção de grãos de milho crioulo, mas também incentiva a produção de sementes a partir da garantia desse canal de compra. Isso gera impacto na perpetuação das sementes camponesas para garantir uma produção saudável, maior geração de renda pelo valor agregado que a semente possui e possibilita contrapor o monopólio das sementes transgênicas.

A Rede Camponesa de Agroecologia, ao constituir em um grupo que se espacializa no sul de Sergipe, se organiza em rede e produz alterações no espaço geográfico desde a agroecologia, ou seja, se territorializa. Assim, ao fazer-se membro da RESEA, é capaz, enquanto instância

⁵⁷ A lei estadual de sementes crioulas foi proposta pelo mandato da então deputada estadual Ana Lúcia. Ana Lúcia Vieira Menezes é professora, fundou e constituiu-se como liderança do Sindicato dos trabalhadores da Educação do Estado de Sergipe – SINTESE. Foi deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores por quatro mandatos, nos anos de 2002 a 2018.

representativa, de compor um coletivo ampliado que impulsiona a agroecologia em Sergipe. Encontra nesse coletivo interesses e objetivos comuns e, assim, produzem ação política que constroem processos de autonomia camponesa.

b) Participação política no colegiado do Território Sul Sergipano

O colegiado do Território Sul Sergipano foi construído pela a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais do governo federal, que teve início no ano de 2003, mas que no ano de 2008 foi substituído pelo Programa Território da Cidadania. Como dito anteriormente, a Rede teve seu processo embrionário no território Sul Sergipano, que criou a Rede Social de Aprendizagem; portanto, muitos membros da Rede Camponesa de Agroecologia já compunham o colegiado territorial.

O colegiado territorial era uma instância organizativa dos territórios composta paritariamente pela sociedade civil organizada e o poder público. No território Sul Sergipano, cada um dos 12 municípios que o compunham participava com seis representantes, sendo: a) movimentos sociais; b) poder público municipal; c) conselho municipal de desenvolvimento rural; d) cooperativas e associações; e) empresa pública de extensão rural - EMDAGRO. Essa instância era deliberativa e tinha como função discutir as formas e mecanismos necessários para promover o desenvolvimento rural e articular a execução das políticas públicas. Além do colegiado territorial, existiam ainda o núcleo diretivo, formado por um representante de cada uma das seis entidades mencionadas acima, e as câmaras temáticas, que eram agrupamentos organizados por eixos eleitos como importantes ao desenvolvimento territorial. A participação nessas câmaras se dava a partir do interesse de cada pessoa que compunha o colegiado.

Porém, após a criação e consolidação da Rede, essa participação teve maior amplitude política: foi capaz de demandar de um grupo de professores/as da Universidade Federal de Sergipe e do Instituto Federal de Sergipe a elaboração de um projeto para concorrer à chamada do edital de extensão em desenvolvimento territorial CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 que fundava, por meio das instituições de ensino, uma assessoria às instâncias dos territórios da cidadania, criando, assim os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET. A proposta foi selecionada neste edital e executada no período de 2014 a 2016 nos quatro Territórios de Sergipe (Alto Sertão, Sul Sergipano, Sertão Ocidental e Baixo São Francisco). Teve como base três pilares: agroecologia, gênero e participação política no campo sergipano.

No decorrer da atuação do NEDET e da Rede no colegiado territorial, foi criada a câmara temática de agroecologia e reativada a câmara de gênero. A câmara de gênero mapeou grupos e coletivos de mulheres e, juntamente com a câmara de agroecologia, passou a intercambiar essas experiências utilizando a metodologia Camponês a Camponês. Essa ação, iniciada em 2015, reorganizou o grupo da Rede Camponesa de Agroecologia no município de Indiaroba, que estava desde o final do ano de 2013 sem realizar intercâmbios.

Ainda atuando no colegiado territorial, a Rede participou da 2ª Conferência⁵⁸ de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) em 2016, nas plenárias territorial, estadual e nacional. Nessa conferência, participantes da Rede Camponesa de Agroecologia conseguiram influenciar nas discussões e o documento final aponta a metodologia “Camponês a Camponês” como estratégia de impulsionar a agroecologia:

119. Desenvolver o trabalho de Extensão Agroecológica, privilegiando o olhar do agricultor e agricultora, a troca de experiências entre os saberes das comunidades tradicionais, assentados (as) e demais agricultores(as), e instituições de ensino e pesquisa com destaque para as unidades demonstrativas e propriedades de referência, os intercâmbios de conhecimento, as redes de agricultores e agricultoras com enfoque na metodologia “camponês a camponês” e temáticas de alternância pautados nos princípios da pedagogia da alternância sob uma perspectiva emancipadora (2ª. CNATER, 2016).

Concluo observando que, ao participar do território enquanto um grupo organizado em rede, a Rede Camponesa de Agroecologia passou a disputar a concepção de desenvolvimento territorial, apontando a centralidade da agroecologia para o campesinato.

c) Relações com Movimento Camponês Popular (MCP)

O Movimento Camponês Popular é um movimento social do campo, que iniciou sua organização no estado de Goiás no ano de 2008. Tem como principal objetivo fazer o enfrentamento ao avanço do capital no campo por meio da organização camponesa, produção de

⁵⁸ As conferências foram instrumentos estimulados pelo governo federal, nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, com o objetivo de exercitar a participação popular na construção de políticas públicas. Assim, foram realizadas conferências em diversas temáticas, especificamente as conferências de ATER, realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário foram nos anos de 2012 e 2016. As etapas das conferências de ATER foram: territorial (junto aos Territórios da Cidadania), estadual e, por fim, a Conferência Nacional, onde eram eleitas as propostas passam a compor as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (FONTES, et al, 2015).

alimentos saudáveis, construção da autonomia e soberania alimentar e, ainda, contribuir na construção de um projeto popular para o Brasil (MCP, 2017).

Em 2014, esse movimento começa a se especializar no Brasil e atualmente está organizado nos estados de Goiás, Piauí, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Pará com cerca de 10 mil famílias camponesas. Em Sergipe, o MCP está presente nos municípios da região sul, centro-sul e norte do estado.

Com objetivos e princípios convergentes entre o MCP e a Rede, inicia-se um processo de aproximação e dimensionamento de parcerias em prol da agroecologia. Para tanto, um dos dirigentes estaduais desse movimento foi convidado a compor o coletivo da Rede Camponesa de Agroecologia e, dessa forma, passou a contribuir na construção dos intercâmbios, levando camponeses do MCP e também organizando intercâmbios para outras comunidades onde o MCP estava inserido. Assim, organizou-se intercâmbios na comunidade de Lagoa Seca, no município de Cristinápolis e nas comunidades Patioba e Monte Alegre no município de Itabaianinha.

A ação política conjunta entre o MCP e a Rede Camponesa de Agroecologia também se deu em duas instâncias que estes estavam inseridos: na RESEA, por meio da retroalimentação e fortalecimento mútuo na concepção e implementação de ações realizadas pela Rede Sergipana de Agroecologia como os intercâmbios, caravanas, encontros etc.; e nos fóruns do colegiado Territorial Sul Sergipano, que possuía um grupo misto com diferentes interesses. Assim, se constituiu uma aliança na defesa em prol da agroecologia.

A Rede Camponesa de Agroecologia aprendeu com o Movimento Camponês Popular práticas de resgate, produção, armazenamento e comercialização de sementes crioulas, participou de eventos e seminários com na temática das sementes crioulas promovidas por este movimento.

d) Reinvidicação a órgãos públicos

(i) INCRA/SR 23 – A Rede Camponesa de Agroecologia apresentou reivindicação ao INCRA para que fosse incorporado princípios da metodologia “Camponês a Camponês” à chamada pública de edital nº 01/2012, voltada para contratar empresa para prestação de serviço de Assessoria Técnica Ambiental e Social em Áreas de Reforma Agrária (ATES). Essa reivindicação foi atendida e se materializou no contrato 2000/2013 por meio do estabelecimento de meta e serviços, especificamente a meta de número 11, intitulada Fomento a Agroecologia, composta por 8 serviços: oficina de identificação dos assentados(as) faróis; visitas técnicas com enfoque

agroecológico; intercâmbio entre famílias assentadas; intercâmbio interestadual com enfoque agroecológico; oficinas de práticas agroecológicas; elaboração de boletins de experiências agroecológicas; elaboração de cartilha agroecológica e elaboração de cartilha de metodologia para ATES com enfoque agroecológico⁵⁹. Ainda, este edital garantiu a contratação de três profissionais para atuar junto à Rede.

Para cada serviço da meta eram previstos recursos financeiros para sua realização (que custeavam as despesas de alimentação e deslocamento dos camponeses). Essa condição foi importante para a dinamização e contribuiu para a espacialização da rede. O contrato de ATES iniciou em março de 2013 e foi suspenso no ano de 2016, após alinhamento das forças conservadoras do país que desencadeou no impeachment da presidente Dilma Rousseff.

(ii) Secretarias Municipais e a Prefeitura Municipal de Estância – A relação com o poder público local se deu de forma mais evidente no município de Estância, onde a Rede Camponesa de Agroecologia, juntamente com a Câmara Temática de Agroecologia do Território Sul Sergipano, desencadearam ações e negociações visando a retomada das atividades de uma unidade de produção de adubo orgânico sob coordenação da Rede.

A unidade de adubo orgânico é localizada na escola agrícola Governador Valadares, do município de Estância. Tinha como matéria prima os resíduos da produção de cerveja da Cervejaria Águas Claras (lodo – rico em nitrogênio e terra infusória, usada como elemento filtrante na produção de cerveja e em sua composição química destaca-se a presença de sódio e potássio). Essa empresa repassava os resíduos da produção de cerveja e uma quantia em dinheiro que viabilizava a compra dos demais insumos necessários a transformação desses resíduos em adubo. Esse repasse era um condicionante para o licenciamento ambiental da fábrica.

Em anos anteriores, essa produção de adubo era feita pela própria escola agrícola; porém, com as mudanças de administração, essa atividade estava parada desde o ano de 2011. A estratégia de assumir a unidade de produção de adubo foi pensada por duas razões: a primeira foi para expandir a autonomia de produção de insumos agrícolas da Rede (produção média de 7 toneladas mensais de adubo); a segunda, para se constituir como uma fonte de renda a partir da venda da produção de adubo, que visava contribuir com o autofinanciamento das atividades da rede, sendo o maior gargalo o deslocamento dos camponeses entre as comunidades.

⁵⁹ INCRA, 2013. Disponível na sede do INCRA SR/23.

No ano de 2007, o Território Sul Sergipano, entendendo a importância dessa produção de adubo orgânico, alocou recursos do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), o que resultou na compra de um trator, na construção de um galpão e na compra de um caminhão para a escola agrícola, visando impulsionar a experiência já existente e exitosa de produção do adubo.

Diversas foram as negociações e com o apoio do Território Sul Sergipano a rede assumiu a unidade de produção de adubo por cerca de um ano. Porém, esse processo envolvia uma constante capacidade de articulação entre a cervejaria, a Secretaria de Educação (responsável pela escola agrícola), a diretoria da escola agrícola e a Secretaria Municipal de Agricultura. Parte das dificuldades que surgiram no processo foram de realocar o trator e o caminhão para a atividade de produção de adubos, pois, com o tempo que a unidade ficou parada, a prefeitura destinou esses maquinários para outros fins.

O processo, entretanto, permitiu aprendizados; percebeu-se que a estratégia pensada para impulsionar a autonomia em relação a produção de adubo e o autofinanciamento da rede estava gerando uma relação de dependência (Secretaria de Agricultura, cervejaria, escola agrícola) e ainda estava sobrecarregando lideranças da rede em uma articulação constante com as instâncias envolvidas no processo. Assim, faltava tempo para dedicar às mobilizações, à realização dos intercâmbios e às atividades que de fato fortaleciam a rede.

e) Ações junto a instituições de ensino e pesquisa

(i) Embrapa Tabuleiros Costeiros – O projeto de pesquisa “Construção do Conhecimento Agroecológico em Territórios de Identidade Rural por meio de Intercâmbios em Rede Social”, financiado pelo macroprograma 6 da Embrapa, permitiu iniciar o processo que posteriormente deu origem à Rede Camponesa de Agroecologia.

Essa rede, ao construir a agroecologia por meio dos em intercâmbio de troca de conhecimento entre camponeses, precisou, em alguns momentos, buscar outras fontes de conhecimento que não estavam disponíveis no grupo que compunha a rede (extensionistas, pesquisadores e camponeses). Assim, buscou incidir junto à Embrapa Tabuleiros Costeiros apresentando demandas de conhecimento que julgavam importantes e adequados à realidade dos camponeses da rede.

Destaco três desses momentos realizados por pesquisadores da Embrapa⁶⁰: o curso de horticultura orgânica, que aconteceu em três módulos, sendo eles: manejo do solo; biodiversidade e produção de mudas; e controle biológico de pragas e doenças. Ainda, a Embrapa foi demandada para orientar a produção de adubo a partir do lodo da Cervejaria Águas Claras (já explicado anteriormente). Aqui, dois pesquisadores acompanharam a ação aportando conhecimento desde a técnica agrícola para buscar a melhor formulação e a melhor forma de garantir a fermentação às análises de composição química do produto final, entre outros. Por fim, foram realizadas oficinas de vermicompostagem, utilizando como substrato os resíduos disponíveis nas comunidades, que muitas vezes tinham baixa disponibilidade de esterco.

Concluído os dois anos de prazo do projeto avaliou-se que era necessário dar continuidade às atividades de pesquisa; assim, um novo projeto foi submetido ao edital interno do macroprograma 6 da Embrapa, intitulado “Estratégias para Inovação Agroecológica em Território de Identidade Rural nos Tabuleiros Costeiros do Nordeste do Brasil”, que possibilitou a continuidade das ações junto à rede com a finalidade de atendimento das demandas identificadas no primeiro projeto de pesquisa.

A constituição de uma rede camponesa a partir da agroecologia permitiu intercambiar o conhecimento entre camponeses, mas também identificar as lacunas existentes. Além disso, foi possível demandar soluções desde baixo a uma instituição pública de pesquisa, ou seja, desde a necessidade e relevância desse conhecimento para os próprios camponeses, rompendo a lógica tradicional da produção de conhecimento, que, por serem produzidos sem inserção na realidade, muitas vezes não se fazem necessários ou úteis aos camponeses.

(ii) Universidade Federal de Sergipe – A Rede Camponesa de Agroecologia também estabeleceu relações com a Universidade Federal de Sergipe, aproximando professores e estudantes do contexto de onde ela se especializou. Assim foram realizadas várias pesquisas (ver nota de rodapé nº 4) nas comunidades que compunham a rede, além de aulas práticas de disciplina como Planejamento rural, Agroecologia e Extensão rural.

Foram ainda realizadas na UFS as Jornadas de Camponês a Camponês. A I Jornada de Camponês a Camponês: Agroecologia e Soberania Alimentar contou com a presença de Fernando Funes, professor e, atualmente, camponês cubano. No primeiro dia realizou-se um debate, que

⁶⁰ Ao falar de pesquisadores da Embrapa me refiro ao corpo técnico de pesquisadores que não faziam parte da Rede, já que Edmar Ramos de Siqueira e Fernanda Amorim Souza eram membros integrantes desta. Ainda, após a realização de algumas oficinas vermicompostagem junto a rede, o pesquisador Joésio dos Anjos se integrou a esse coletivo.

contou com ampla participação da comunidade acadêmica, sobre a experiência da metodologia “Camponês a Camponês”, impulsionada pela Associação Nacional de Pequenos Agricultores - ANAP em Cuba. O objetivo era ampliar a discussão da agroecologia para além das áreas onde a construção da rede acontecia. No segundo dia dessa jornada, foi feito um intercâmbio, que teve a presença de dirigentes do MPA, do MST e estudantes da UFS, além dos pesquisadores, extensionistas e camponeses da rede.

A II Jornada de Camponês a Camponês: Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos de Reforma Agrária e a Agroecologia levou os camponeses destes assentamentos para a UFS. A programação das atividades iniciou com a apresentação do relatório dos impactos socioterritoriais (RIST)⁶¹ nos assentamentos Paulo Freire II e Rosa Luxemburgo, realizado pelos estudantes da disciplina de Planejamento Rural⁶². À tarde foi apresentado o relatório DATALUTA⁶³, que dispõe de dados da luta pela terra, e para encerrar o dia, foi realizado um intercâmbio na área do Espaço de Vivência Agroecológico – EVA, onde estudantes da UFS cultivam a terra utilizando práticas agroecológicas.

A Rede Camponesa de Agroecologia, ao se constituir, possibilitou dar maior visibilidade às comunidades e camponeses que a compõem. Isso pode ser percebido pelo constate interesse em visitas, aulas práticas e estudos realizados por professores e estudantes dessa universidade. Na avaliação dos camponeses, essa instituição de pesquisa passou a ser mais acessível, como relatou José Domingos: “A gente nunca tinha passado nem na porta da Universidade.... e, hoje tamo (sic) aqui, sendo recebido.... porque antes pobre nunca imaginou pisar num lugar desse” (informação verbal)⁶⁴.

Conhecimento Agroecológico

⁶¹ O RIST é uma ferramenta metodológica de investigação que busca identificar os impactos multidimensionais a partir da formação de um território.

⁶² O RIST foi coordenado pelo professor Eraldo da Silva Ramos Filho, como parte da disciplina planejamento rural, ministrada pelo mesmo.

⁶³ O Banco de dados da luta pela terra – DATALUTA é um projeto de extensão e pesquisa criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA – vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, *campus* de Presidente Prudente. Os grupos de pesquisa que compõem a rede DATALUTA são: NERA, LAGEA, GEOLUTAS, NEAG, GECA, LABERUR, OCCA, GETEC e LABET. (DATALUTA, 2016)

⁶⁴ Relato de José Domingues durante a II Jornada de Camponês a Camponês. São Cristóvão, *campus* da Universidade Federal de Sergipe – UFS, 2013.

A Rede Camponesa de Agroecologia teve como um dos objetivos centrais a construção do conhecimento agroecológico por meio do intercâmbio entre camponeses. Os intercâmbios são ambientes de intensas trocas de saberes, contextualizados com local no qual estão inseridos e produzidos por meio de relações sociais e práticas camponesas. Na Rede Camponesa de Agroecologia, existiu uma predominância do diálogo entre os conhecimentos tácitos dos camponeses, sendo os extensionistas e pesquisadores animadores desse processo, organizadores de demandas e sistematizadores do conhecimento dos camponeses. A lógica das redes camponesas e dos intercâmbios de troca de saberes rompem com a perspectiva difusionista, pois tem como princípio o protagonismo camponês e a horizontalidade entre os participantes.

Durante os momentos de avaliação, sistematização e nos círculos de cultura, ficou evidente que a Rede Camponesa de Agroecologia provocou forte impacto sobre o conhecimento: a maioria dos camponeses reconheceu que ter participado da rede e dos intercâmbios modificou ou acrescentou a ele novos conhecimentos. Nos intercâmbios era comum citarem exemplos resgatando o que aprenderam, o que implantaram e com quem aprenderam. O quadro abaixo é resultado do círculo de cultura que buscou avaliar os aprendizados obtidos nos intercâmbios, realizado no grupo de Arauá/Umbaúba.

Quadro 9 - Aprendizados extraídos dos intercâmbios

O que aprendemos nos intercâmbios?	Com quem aprendemos?
Consciência	Manoel Nicássio, Seu Beto e com o grupo de mulheres da horta do Campo Alegre
Controle alternativo de “pragas”	Nas oficinas de promotores em horta, Manoel Nicássio e Leleo
Trocar experiência	Com todos da rede
Guardar semente	Seu Pedro, Joice e Atelvino
Plantar árvore para produzir biomassa, como usar e manejar as plantas	Atelvino e Edivaldo
Exemplos	Coletivo de mulheres – horta do Campo alegre
Fazer o próprio adubo	Beto, Seu Pedro, coletivo de mulheres do Campo Alegre
Planejar a produção	Beto, Atelvino, Givaldo e Curtinho
Guardar sementes	Marilene e Zé Guia, Beto

FONTE: a autora.

Os aprendizados relativos à prática agrícola normalmente são aqueles mais recorrentes, mas, ainda assim, o coletivo de camponeses apontou como aprendizado a consciência, os exemplos e, ainda, o processo de trocar experiência com outros camponeses.

As experiências que foram apontadas como referências de “consciência” foram aquelas em que as práticas agroecológicas estavam mais consolidadas, onde o grupo pôde aprender muitas

técnicas agrícolas, mas também ficou evidente a relação com a natureza, o cuidado e o manejo dos bens naturais, a importância dada às florestas, águas e ao solo. Portanto, o termo foi usado em alusão à relação harmoniosa e cuidadosa com a natureza.

Os “exemplos” também foram reconhecidos como aprendizado. Esse aprendizado permitiu deslocar as referências de “sucesso”, que muitas vezes vem associado unicamente à dimensão econômica, para experiências que envolvem diversos fatores, como organização coletiva do trabalho, protagonismo das mulheres e saberes relativos a práticas agroecológicas.

Outro aprendizado que destaque foi “trocar experiência”. Assim, os camponeses reconheceram que aprenderam um jeito de aprender, trocando experiências por meio de intercâmbios, uns com os outros, coletivamente. Quando se desmistifica o saber, o percebe no dia a dia e o torna de fácil acesso (pois é realizado por meio do diálogo entre iguais), eleva-se o conhecimento a uma fonte inesgotável de autonomia com potencial de transformação. Ao reconhecer o conhecimento no outro camponês, ressignifica-se o seu próprio conhecimento. Quando perguntados qual a importância desse conhecimento, Domingos resume: “O maior fato da vida é a vida! Depois é o conhecimento” (informação verbal)⁶⁵.

Ainda na dimensão do conhecimento, o grupo de pesquisadores e extensionistas avaliaram que a construção de redes de agroecologia por meios de intercâmbios tornou-se um instrumento para realizar uma extensão rural horizontal. A extensão rural, na maioria das vezes, é encarada como uma ação na qual o profissional ensina ou repassa conhecimento aos camponeses. A agroecologia, impulsionada por intercâmbios de troca de conhecimento estabeleceu uma relação dialógica entre o conhecimento camponês e o conhecimento do extensionista, onde o conhecimento camponês foi valorizado e os próprios camponeses ensinaram uns aos outros.

Essa avaliação é coincidente com a do camponês Gilberto, que participa há 10 anos de uma rede de agroecologia que realiza intercâmbios de troca de conhecimento na zona da Mata Mineira. Gilberto, ao apresentar a história de organização da Rede de Agroecologia na Zona da Mata Mineira, inferiu: “Iniciamos com essa rede aqui em Divino (MG) e hoje percebo que é uma forma de fazer extensão rural popular e coletiva” (informação verbal)⁶⁶.

⁶⁵ Relato do Domingos sobre os conhecimentos trocados nos intercâmbios, Comunidade Patioba, Itabaianinha, 2105.

⁶⁶ Gilberto, em apresentação sobre as ações do SINTRAF, Divino/MG, 2015

Esse impacto percebido por Gilberto da Rede de Agroecologia da Zona da Mata Mineira também pode ser percebido em Sergipe. A Rede Camponesa de Agroecologia, orientadas pelos princípios da horizontalidade, da agroecologia e do protagonismo camponês, alterou as bases da extensão rural ao colocarem em prática a extensão como ferramenta da educação popular (FONTES *et al.*, 2015).

Essa horizontalidade, que permitiu a construção do conhecimento entre camponeses e no diálogo com extensionistas e pesquisadores, encontrou dificuldade de permear na equipe que realizava ATES nas áreas de reforma agrária, muitas vezes nas próprias áreas que compunham a Rede. Parte dessa dificuldade pode ser explicada pelo estranhamento das metodologias e formas de atuação, distantes daquelas praticadas pela extensão rural mais conservadora. Porém, compreendo que o principal entrave aconteceu pelo fato de que a agroecologia construída por meio de intercâmbios desierarquizou o conhecimento do extensionista em relação ao conhecimento do camponês, e, assim, alguns extensionistas sentiram-se ameaçados em sua profissão, e, em alguns momentos tornaram-se força restritiva à organização da rede, colocando limites à ampliação dessa dimensão da autonomia camponesa.

Agrobiodiversidade: impactos na agricultura camponesa.

A produção de *commodities* agrícolas permitiu o avanço e a homogeneização dos sistemas agrícolas no mundo, apoiados pelo padrão técnico-científico da revolução verde. O aumento da produção conquistado não é capaz de resolver o problema da fome, que atinge cerca de 870 milhões de pessoas no mundo (ONU, 2016), pois o modelo impulsionado para produzir alimentos o transformou em mercadoria.

Olivier De Schutter, no ano de 2014, publicou um relatório síntese do seu mandato de seis anos enquanto relator especial sobre direito à alimentação das Organizações das Nações Unidas (ONU). Durante este tempo de mandato, realizou missões em 30 países e publicou diversos estudos e relatórios. Na síntese intitulada *O potencial transformador do direito à alimentação*, o autor defende a democratização dos sistemas alimentares, destacando a necessidade de apoio para as comunidades rurais no desenvolvimento dos sistemas de produção agroecológica como saída para a crise alimentar (SCHUTTER, 2014).

A substituição dos sistemas agrários camponeses pela agricultura capitalista é um erro, pois os sistemas camponeses, por sua complexidade, dinâmica e diversidade, são resistentes a crises

e, ainda, por terem se desenvolvido ao longo dos séculos, são adaptados aos mais diferentes locais e paisagens mundiais (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Um dos aspectos que promove a resiliência e adaptabilidade dos sistemas agrários camponeses é a agrobiodiversidade. O campesinato é guardião da agrobiodiversidade milenarmente. Desde o invento da agricultura, as espécies de maior importância são selecionadas, melhoradas e multiplicadas por mãos camponesas, que garantem a diversidade e segurança alimentar (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Na Rede Sergipana de Agroecologia, os camponeses trocavam conhecimento e diversidade, ampliando a resiliência de seus sistemas agrários a partir da troca de sementes, mudas, estacas etc.: em todos os intercâmbios, os camponeses visitantes levavam do sistema agrário visitado um pouco da diversidade encontrada ali e, algumas vezes, presenteavam a família anfitriã com a representações da diversidade de suas próprias unidade de produção. A planta já passava a ser identificada pelo camponês de onde a muda, ou a estaquia, ou a semente, foi levado: “*o açaí do Henrique*”; “*o coco do Negão*”; “*a couve das mulheres da horta*”; “*o açafraão da terra de Seu Joel*”; “*a bananeira de Téo*”.

Essas trocas são comuns em comunidades camponesas, mas a rede, por meio dos intercâmbios mensais, criou um fluxo mais intenso e frequente de dispersão desse material genético. O quadro abaixo demonstra uma sistematização da dispersão da diversidade a partir de um intercâmbio interestadual na Paraíba. Destaco ainda que este dado foi colhido em apenas um dos cerca de 80 intercâmbios realizados pela rede.

Quadro 10 - Dispersão da diversidade a partir de intercâmbio na Paraíba

Quem	O que está levando?	Para quê e por quê
Anderson (PA Dorcelina Folador)	Milho (pontinha, Jaboatão) Feijão de corda (costela de vaca) Feijão (mulato de cacho)	Novidade e resistente a estiagem Tinha perdido Novidade e porque carrega bem e fica maduro em 50 dias
Genildo (PA Dorcelina Folador)	Milho (pontinha, Jaboatão) Girassol de jardim Couve	Novidade e resistente a estiagem Para tirar sementes
Silvanira (PA 17 de Abril)	Milho (pontinha, Jaboatão) Fava (orelha de vó) Ipê rosa Umbu guela Mulungu Manipeba Cravinho	Novidade, resistente a estiagem e boa para consórcio Tirar sementes e consórcio Ornamentação Experimentação Novidade Defensivo ecológico
Joel (PA Mocambo)	Milho (pontinha, Jaboatão)	Resgatar variedade

	Canafístula Imburana de cheiro Aroeira Cravo de defunto Fava (orelha de vó) Manipêba Batata doce (eucalipto)	Novidade e para ração Uso florestal Defensivo ecológico Multiplicação e consórcio Novidade
Luis (PA Padre Josimo)	Milho (pontinha, Jabotão) Feijão (mulato de cacho) Fava (orelha de vó) Feijão de corda (costela de vaca) Umbu (guela) Palma (orelha de elefante) Manipêba	Tirar sementes Novidade Resgatar Multiplicar
Teo (PA Rosa Luxemburgo)	Milho (pontinha) Palma (orelha de elefante) Umbu Fava (orelha de vó) Feijão de corda (meia Rama)	Novidade e tirar sementes Usar no SAF's Tirar sementes e consórcio com o milho Recuperação do solo
Gecira (PA Darcy Ribeiro)	Feijão (mulato de cacho) Milho (pontinha, Jabotão) Mulungu	Resgatar Resistente a pouca chuva Experiência
Raimundo (PA 5 de Janeiro)	Milho (Pontinha) Quiabo Manipêba Borbulha da toranga Palmeira tipo Dicuri	Novidade e tirar sementes Experimentação Enxertio
Vando Sérgio (PA Sepé Tiaraju)	Feijão preto Pimenta malaguetão Toranga Manipêba	Novidade e tirar sementes
Simone (PA Campo Alegre)	Milho (Jabotão e pontinha) Plantas medicinais	Experimentação e resgate de conhecimentos

FONTE: Rabanal (2015).

Além das trocas de biodiversidade impulsionadas pela Rede, o resgate e conservação da biodiversidade pode ser identificada a partir da implementação de um banco ativo de germoplasma (BAG), ou banco de sementes de macaxeira⁶⁷, como foi denominado pela rede. A decisão da Rede de implantar esse BAG foi tomada a partir de um diagnóstico, feito pelos camponeses, que detectou que diversas variedades de macaxeira e de mandioca⁶⁸ que eles conheciam estavam se perdendo ao longo dos anos, e, ainda, que existia uma dificuldade de encontrar as manivas (parte vegetativa reprodutiva da planta). Desse modo, o banco de sementes de macaxeira foi implantado contendo nove variedades de macaxeira e uma variedade de mandioca. Cada camponês levou a variedade

⁶⁷ Macaxeira é o nome utilizado, em Sergipe, para a mandioca de mesa, ou seja, a mandioca que é consumida como raiz, porém essas variedades também podem ser transformadas em outros subprodutos.

⁶⁸ Mandioca refere-se as variedades utilizadas para fazer farinha de mandioca, tapioca e fécula.

que considerava importante de proteger da erosão genética com objetivo de multiplicá-las nos anos seguintes para então distribuí-las entre os camponeses que precisassem.

Assim como observado localmente pelos camponeses da Rede, a produção da macaxeira e da mandioca diminuiu em todo país, sendo que em Sergipe a produção era de 416 mil toneladas no ano de 2014 e reduziu para 201 mil toneladas em 2018 (COÊLHO, 2018), expressando uma redução de cerca de 52%.

A macaxeira e a mandioca têm centralidade na produção camponesa onde a Rede foi organizada. Além de ser um dos produtos básicos da alimentação diária das famílias, ainda tem grande importância econômica, social e cultural na região e em todo Brasil, pois é matéria prima para diversos produtos (como beiju, tapioca e farinha de mandioca) que são beneficiados pelos próprios camponeses nas casas de farinha e, na maior parte das vezes, trocados em mercados de circuitos curtos de comercialização (feira, ou na própria comunidade). Outro subproduto da macaxeira é a fécula, amido ou polvilho, largamente utilizado na indústria alimentícia no processamento de produtos embutidos, como espessante no processamento de alimentos e ainda na indústria de cosméticos, cola, adesivos e papel (COÊLHO, 2018).

Essas ações de resgate, multiplicação e trocas de biodiversidade entre camponeses impacta diretamente a produção. Ploeg (2008) explica que a produção camponesa é realizada em coprodução com a natureza. Ele entende que, para isso, o camponês possui uma base de recursos autogerida, que são os recursos naturais, sociais e infraestrutura, como por exemplo: a terra, o solo, os animais, o conhecimento, a força de trabalho, os plantios, e as infraestruturas necessárias para a produção (estábulo, galinheiros, armazéns, irrigação, etc.).

A base de recursos propicia diferentes formas de coprodução, que é a relação entre o camponês e a natureza. Parte da produção realizada em parceria com a natureza é utilizada para a reprodução da família, outra parte é vendida para satisfazer necessidades que não podem ser garantidas pela coprodução, e outra retroalimenta a base de recursos, meio de melhorias qualitativas que, portanto, alimentam a própria coprodução, podendo traduzir-se em ampliação da autonomia. (PLOEG, 2008).

O aumento de diversidade traduz-se em maior autonomia produtiva, pois retroalimenta a própria coprodução com a natureza, promove resiliência, melhora a base de recursos autogerida ou a unidade camponesa de produção e diminui a dependência de insumos externos. Além disso, aumenta a quantidade de vida presente no sistema agrário, e os efeitos relacionados a isso são:

menor susceptibilidade de ocorrência de pragas e doenças; melhoria do solo e da capacidade de infiltração da água; potencial melhoria da alimentação da família camponesa; maior poder de decisão no mercado de troca de produtos; e como luta política vai de encontro aos interesses do capital, que busca o controlar a biodiversidade por meio do monopólio das sementes.

A luta por autonomia toma muitas formas que estão, frequentemente, interligadas. Ela pode ocorrer através das clássicas "guerras camponesas" [...] ou das menos visíveis "armas dos fracos" [...]. Mais frequentemente, quase de forma contínua, essa luta passa pelos campos, currais e estábulos através das muitas decisões que precisam ser tomadas sobre a criação dos animais, a seleção de sementes, a irrigação e os insumos de trabalho. (PLOEG, 2008)

Na luta por autonomia que passa pelos campos (no fazer agricultura), diversas foram as práticas agroecológicas intercambiadas que tinham como objetivo ampliar a autonomia desde a dimensão do conhecimento, mas que relacionam diretamente com dimensão produtiva, tais como: produção dos próprios adubos (minhocário, biofertilizante, compostagem); consórcios produtivos em hortas; caldas, repelentes e inseticidas naturais; técnicas de manejo e criação de galinhas de caipiras; sistemas agroflorestais etc. Esses conhecimentos trocados e praticados durante os intercâmbios aumentam o poder de decisão dos camponeses em relação ao fazer a agricultura.

Comida de verdade

Na Rede Camponesa de Agroecologia a atenção com a alimentação da família camponesa se fez presente. Temas que, com muita frequência, eram debatidos nos intercâmbios foram: o que se come; quais os alimentos são possíveis de serem produzidos no local; como esses alimentos são produzidos; o que significava produzir aquilo que é necessário para alimentar a família. Também eram comuns falas no sentido de que quando se produz de tudo um pouco pensando primeiramente na alimentação da família, além de gerar renda pela não necessidade de comprar esses alimentos, gera também saúde e diversifica-se o que será vendido nas feiras, diminuindo a dependência do atravessador ou do mercado de produtos.

Ainda que o tema da alimentação tenha sido recorrente nos intercâmbios e em vários momentos deles (na visita ao lote, na avaliação final do intercâmbio), o maior destaque a alimentação era no momento da mesa da partilha, a hora do almoço, ou do lanche. Na mobilização e organização dos intercâmbios e na conversa prévia com a família que receberia a visita, conversava-se sobre a alimentação e a importância desse momento. Assim, ressaltava-se que

receber bem os camponeses passava por servir a eles a comida produzida no local, que era uma comida de verdade e saudável. Com o passar do tempo, essa conversa prévia sobre a alimentação deixou de ser necessária com aqueles camponeses que já participavam da Rede. O conceito sobre a alimentação feita com os produtos da própria roça ou com os produtos dos vizinhos já estava, de certa forma, incorporado.

Assim, nos momentos de partilha da alimentação, priorizava-se a comida produzida no local pela própria família camponesa ou seus vizinhos. Isso acarretava uma mesa farta não só em quantidade, mas também em cores, aromas e sabores. Era também um momento de resgate, de valorização da comida camponesa, de troca de receitas e forma de preparo dos alimentos e de resgate de plantas comestíveis não convencionais.

Ferreira (2017) em sua dissertação de mestrado estudou as estratégias de produção e consumo de alimentos da Rede Camponesa de Agroecologia. A autora, ao observar a dinâmica da Rede, conclui que a agroecologia impulsionada por meio dos intercâmbios foi capaz de produzir transformações nos hábitos alimentares.

Percebi, ao longo da relação com as famílias camponesas que os domínios do capital foram capazes de alterar a relação destas com o alimento. Muitas delas acreditavam que havia um certo “*status*” no consumo de alimentos industriais e ultraprocessados, em detrimento aos alimentos oriundos da própria roça.

Uma mãe me relatou, em umas das conversas informais que surgiam ao longo dos intercâmbios, que seus filhos não aceitavam levar para escola lanches preparados por alimentos provenientes da própria roça, pois diziam que seus colegas “mexiam” (sic) com eles, e, assim essas crianças levavam “pipoca”- referindo-se aos lanches ou petiscos, também conhecidos por salgadinhos de milho, ultraprocessados, com diversas opções de sabores artificiais, vendidos em saquinhos.

Portanto, o ato de se alimentar durante os intercâmbios possuía maior significado que repor as necessidades fisiológicas; passou a ser um ato de celebração, de valorização da comida produzida localmente, de reconhecimento das mulheres, que na maior parte das vezes preparavam esse alimento. A hora da partilha de alimentos passava ainda pela luta contra a conotação pejorativa da comida camponesa, imposta pelo avanço dos domínios do capital no campo.

Estratégias de não-mercado e criação de novos mercados

À medida que a Rede Camponesa de Agroecologia se organizava, se espacializava e aumentava o número de camponeses, o tema da comercialização começou a surgir como demanda, seja nos próprios intercâmbios ou nos momentos de avaliações e sistematizações.

Uma parte importante da estratégia de ampliação da autonomia em relação ao mercado, mencionada anteriormente, é o não-mercado, que consistia em realizar as trocas sem a mediação do mercado, apenas pelas relações que se constroem nas próprias comunidades. Essas práticas são rotineiras nas comunidades camponesas, apesar de invisibilizadas. Em outras palavras, na maior parte das vezes que os camponeses em seu dia a dia realizam trocas entre si não se atentam ao fato que essas trocas diminuem a necessidade daquelas trocas mediadas pelo mercado.

Portanto, muito foi discutido nos fóruns da Rede sobre a necessidade de criação de novos mercados de circuitos curtos, mas muito pouco se ateu às estratégias de não mercado. Essas estratégias, entretanto, sempre estiveram lá e acredito que, apesar de pouco discutidas, elas foram potencializadas pela organização da rede.

Observando as dinâmicas que se estabeleceram com a criação de um grupo de camponeses que se espacializa e se organiza em rede, é possível perceber que os fluxos criados pela agroecologia construída em intercâmbios potencializaram as relações de reciprocidade, ou de solidariedade como entendidas por Téo: “os intercâmbios constroem coletividade, e essa coletividade constrói outras coletividades que criam relações de solidariedade de vários tipos... na comunidade” (informação verbal)⁶⁹

Sabourin (1999), ao estudar comunidades camponesas no Nordeste, afirma que a reciprocidade camponesa é prática das comunidades rurais e diz respeito às relações econômicas não mercantis. Assim, ainda que não se tratasse de ação consciente e planejada, a organização em rede potencializou as trocas entre camponeses ao fortalecer as relações entre eles por meio da criação um grupo, ao ampliar as relações para além da comunidade em que vivem, estabelecendo relações camponesas entre comunidades distintas. Destaco como exemplos observados ao longo dessa construção:

i) Téo e Eliane, que vivem no assentamento Rosa Luxemburgo, tem como sistema produtivo principal as hortaliças e usam húmus como adubação, mas têm dificuldade de conseguir

⁶⁹ Avaliação de Téo sobre as ações da Rede Camponesa de Agroecologia durante reunião da coordenação. Assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, 2016.

esterco suficiente para abastecer os minhocários. Seu Quiquia, também do assentamento Rosa Luxemburgo, possui vacas leiteiras e tem boa quantidade de esterco. Seu Quiquias fornece o esterco para Téó, que retribui com minhoca, ou com húmus, ou com verduras produzidas.

ii) Téó, Seu Deda e Calango, todos do assentamento Rosa Luxemburgo, dividem um motor e sistema de irrigação para as hortaliças; assim, evitam que cada um dos três precise adquirir um motor.

iii) Zé Ailton, assentado no Roseli Nunes, possui uma caminhonete que é utilizada coletivamente com outros camponeses do assentamento para entregar a produção até o ponto de comercialização.

iv) Vânia, assentamento Fusquinha, junto com Maria Helena e o marido Walmir, seus vizinhos, dividem os insumos para a criação dos animais (galinha, porcos e ovelha), alguns deles criados coletivamente

v) No assentamento Roseli Nunes, as famílias realizavam uma espécie de rodízio, em que cada semana dois ou três camponeses levavam para a feira o produto dos demais. Assim, realizavam coletivamente o frete e possibilitavam uns aos outros melhor aproveitamento do tempo de trabalho na venda dos produtos.

Ao longo dos intercâmbios, as famílias camponesas da rede se inseriram em duas iniciativas de comercialização. Uma foi a Feira da Agricultura Familiar, realizada por meio da parceria entre Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social – SEIDES. A Feira da Agricultura Familiar foi implantada em 13 municípios sergipanos (primeira fase): Ribeirópolis, Boquim, Lagarto, Simão Dias, Umbaúba, Estância, Neópolis, Propriá, Japoatã, Monte Alegre, Poço Redondo, Nossa Senhora do Socorro e Aracaju. Destes 13 municípios, apenas em Estância e Umbaúba a rede estava espacializada.

Nas Feiras da Agricultura Familiar priorizavam-se os alimentos agroecológicos. Para isso, foram realizados nos municípios processos organizativos prévios, que envolveu reuniões, planejamento e cadastramento dos feirantes. No ano de 2013, a feira foi implantada nos municípios de Estância e Umbaúba, de onde camponeses da Rede foram selecionados em ambos os municípios. Então, os camponeses passaram a dispor de barracas na feira para comercializar seus produtos.

A outra iniciativa iniciou no ano de 2013, conhecida como Cantinho da Roça. Foi a organização de um canal de comunicação entre consumidores e produtores, cujas feiras aconteciam

no município de Aracaju. A ideia surgiu de um coletivo de extensionistas rurais que perceberam a limitação das políticas de ATER no tocante à comercialização da agricultura camponesa agroecológica e que constatarem a demanda consumidores por alimentação saudável. Esses extensionistas tinham inserção junto a comunidades tradicionais da região norte e sul de Sergipe, com a base social do MST, do MCP e com os camponeses da Rede Camponesa de Agroecologia, seja por alguma participação nos intercâmbios, ou em reuniões de planejamento, ou ainda de atividades e eventos da rede.

O Cantinho da Roça comercializava a produção agroecológica de comunidades do litoral norte e de comunidades do sul de Sergipe nos municípios de Itaporanga, Estância, Arauá, Itabaianinha, Umbaúba e Indiaroba. A Rede foi a unidade mobilizadora dessa comunicação entre o Cantinho da Roça e as comunidades dos municípios de Estância e Itaporanga D'Ajuda no sul sergipano. Em parceria com o Cantinho da Roça foram realizados intercâmbios com a temática de comercialização e organização da produção.

A proposta de comercialização se consolidou em um canal de comunicação entre os camponeses e os consumidores. O Cantinho da Roça mediava essa comunicação e definia junto com o conjunto de camponeses o valor justo para a compra da produção. No diálogo com os consumidores, apresentavam os preços de compra desses produtos, os custos com o deslocamento e, assim, definiam conjuntamente um valor justo para que os consumidores adquirirem os produtos camponeses.

A ideia, desde sua concepção, era que os mediadores do Cantinho da Roça iriam organizar e promover essa comunicação entre camponeses e consumidores, até o momento em que próprios camponeses estivessem preparados para assumi-la. Assim, em 2015, Negão, Jacira e seus filhos Lúcia e Rivelino (família que compôs a Rede) assumiram essa função. Inicialmente, a comercialização era realizada em feiras em duas localidades distintas, cada semana em uma. Atualmente, estão experimentando a entrega de cestas quinzenalmente em Aracaju: cada família escolhe os produtos que necessitam para compor sua cesta a partir de uma lista previamente divulgada em redes sociais de internet. Negão conta que sua família organiza a produção, que é realizada por 30 camponeses, e o grupo de consumidores mobilizados em torno do Cantinho da Roça, atualmente, é de cerca de 140 famílias.

A coletivização do trabalho e novas fontes de renda

O campesinato que compôs a Rede tem uma dinâmica na qual emprega sua força de trabalho, majoritariamente, em sua própria parcela de terra. Algumas exceções de trabalho em regime de jornal foram observadas, como no caso de deslocamento de mão de obra da unidade familiar para obter os rendimentos necessários para pagamento de dívida dos créditos rurais, ou compra de algum meio de produção ajudaria a viabilizar a unidade produtiva.

Um histórico comum antes da conquista da terra de grande parte dessas famílias por estarem inseridos na região da citricultura de Sergipe era o trabalho na colheita da laranja; muitos deles iniciaram esse trabalho ainda crianças. A precarização das condições de trabalho, o uso ilegal do trabalho infantil na citricultura⁷⁰ sergipana foram explicitadas na década de 90 por meio de denúncias e processos instalados junto ao ministério público (VASCONCELOS, 2009). Segundo os camponeses da Rede, eles iam trabalhar “porque precisavam ajudar em casa”, seus pais levavam os filhos ainda bem novos para os plantios de laranja com o objetivo de aumentar a quantidade colhida da fruta e, conseqüentemente, a remuneração.

A alternativa ao empobrecimento, à precarização da vida e do trabalho foi a luta pela terra. Ao conquistarem suas terras, esses camponeses sentiram-se “*mais livres*”, “*donos do seu próprio tempo*”. Ainda que subjugados pelo capital, o sentimento de estar livre é comum nesses camponeses que “*enfrentaram a lona preta*” para conquistar mais que o direito à terra. Portanto, a subordinação ao mercado de trabalho é encerrada por eles como algo que de certa forma foi superado, se comparado a condição anterior. Existe, então, nesses camponeses forjados na luta pela terra uma determinação ou uma decisão política, influenciada pelo MST, de não trabalhar fora da terra, de não voltar a condição anterior de subordinação ao mercado de trabalho.

Certamente essa não é apenas uma decisão política, ela também perpassa pela questão econômica, ou seja, se a roça não provém o necessário para a sobrevivência da família faz-se necessário a venda de uma parcela da força de trabalho no mercado do trabalho. Portanto, outro aspecto que contribuiu para minimizar essa subordinação ao mercado de trabalho foram as políticas de combate à pobreza, entre elas o bolsa família, que permitiu as famílias camponesas uma renda mensal fixa que ajudou a garantir o necessário para sua reprodução social, mas que evidencia uma outra relação de dependência.

⁷⁰ Cf: VASCONCELOS, Carlos Alberto de. **O uso do território da citricultura e a permanência do trabalho infantil no centro-sul de Sergipe**. São Cristóvão: UFS, p.291, 2009.

Outra dinâmica existente nos assentamentos de reforma agrária e em comunidades camponesas no geral é a de coletivização dos trabalhos. Entendo isso como uma estratégia de fortalecimento do trabalho a partir de relações camponesas, não capitalistas; portanto, uma forma de contraposição ao trabalho assalariado subordinado ao mercado do trabalho.

A Rede fortaleceu essa dinâmica e impulsionou, por meio da agroecologia e em intercâmbios de troca de saberes, o resgate e a prática de trabalhos coletivos. Inicialmente no grupo da rede do município de Itaporanga - depois também nos demais grupos o mutirão (trabalho realizado de forma coletiva) – inseriu-se essa dinâmica nos intercâmbios em atividades como: reparos da cerca; capina de uma área para fazer uma compostagem; poda de árvores; plantio de adubação verde; implantação de Sistemas Agroflorestais; diversificação de culturas com o plantio de mudas, preparo de biofertilizante etc. Além dos mutirões, a Rede impulsionou uma horta coletiva no assentamento Roseli Nunes e a organização de um grupo para a implantação de uma área de macaxeira, milho, feijão, gliricídia, palma, banana e outras frutíferas no assentamento 17 de abril, ambas experiências no município de Estância.

Outro resultado conquistado a partir da Rede Camponesa de Agroecologia foi a criação de um grupo de mulheres do assentamento Paulo Freire II e Rosa Luxemburgo, município de Estância, que se reuniam para fazer bordados e aprender umas com as outras os pontos, a tintura do tecido, a confecção de peças como colchas, toalhas e pano de prato. Essa iniciativa começou com Eliane, assentada no Rosa Luxemburgo que já produzia algumas peças e sempre as mostrava com orgulho durante os intercâmbios. Com o apoio da Rede, ela fez um curso no município de Aracaju e aprendeu novas técnicas, diversos pontos, aplicação de tecido nos bordados e pintura do pano. Finalizado o curso, Eliane quis compartilhar o aprendizado: no que ela chamou de “intercâmbio de bordados”, reuniu o grupo de mulheres interessadas e começaram a produzir as peças que eram comercializadas nas feiras do município. A diversificação da renda tornou-se importante estratégia familiar, Eliane adquiriu uma máquina de costura e começou a fazer pequenos reparos e consertos em roupas dentro da própria comunidade.

Além do grupo de bordado dos assentamentos Rosa Luxemburgo e Paulo Freire II, outras iniciativas já existentes nas comunidades são: o grupo de bordado do assentamento 17 de abril; o grupo de mulheres do assentamento Dorcelina Folador, que criou a marca Docelindas para os doces e bolos que produzia; as mulheres do assentamento Darcy Ribeiro, que produzem doces e bolos com mangaba. Além disso, havia a produção dos pratos típicos com mariscos produzidos pelas

mulheres do assentamento Roseli Nunes que, apoiadas pela Rede, organizou um evento, em 2017 chamado *Diversidade da Produção das Mulheres Camponesas*. O evento teve como objetivo valorizar essas experiências e debater sobre o papel da mulher na agroecologia, visando dar visibilidade, dentro da própria Rede, à importância e à geração de renda do trabalho das mulheres.

O endividamento do camponês

Um problema da pequena agricultura no país inteiro é o processo de endividamento por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Com intuito de financiar a produção agrícola [...] prestando um atendimento diferenciado aos Agricultores familiares [...] conta com as menores taxas de juros para financiamento rural. O Pronaf tem o intuito de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor integrando-o a cadeia do agronegócio por meio da modernização do sistema produtivo (BRASIL, 2018, n.p).

O PRONAF foi criado em 1995, mas, antes disso, também existiram incentivos de acesso ao crédito. É importante ressaltar que o crédito é base para o desenvolvimento do capital no campo e serviu de apoio para a implantação da revolução verde. O crédito rural é política pública desde 1961 com a institucionalização do sistema da Associação Brasileira de Crédito (ABCAR), que se estruturou ao longo das décadas de 1950 e 1960 com a criação nas unidades da federação das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), entidades civis que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de créditos junto aos agentes financeiros (FONTES *et al*, 2015).

Embora se tenha uma condição especial para assentados da Reforma Agrária no PRONAF, a rentabilidade da agricultura camponesa muitas vezes não produz um excedente capaz de pagar os juros do crédito e amortecimento dessa dívida.

Os agricultores que compuseram a rede, com exceção daqueles assentados no P.A Carlos Gato, município de Arauá, já haviam acessado os créditos pelo PRONAF, e a maior parte deles estavam endividados. Os mecanismos de ampliação dessa dimensão da autonomia, observados ao longo da construção da rede, ficaram no âmbito individual familiar, como: o sobre-esforço do trabalho da família, estratégias de deslocamento de força de trabalho da unidade familiar para o mercado do trabalho assalariado e, ainda, o estabelecimento de outras atividades de geração de renda no próprio âmbito da unidade camponesa. Outra forma identificada de pagamento das dívidas

provenientes do crédito financeiro foi a adesão a lei nº13340 de 2016, que versa sobre a liquidação e renegociação de dívidas de crédito rural.

A constatação que os camponeses continuam endividados no mercado de crédito e que aqueles que sanaram seus débitos o fizeram por mecanismos próprios, exemplificados acima, reforça a compreensão de que a produção da autonomia camponesa, entendida como processual, histórica e multidimensional, é também relativa. Entende-se também que algumas de suas dimensões avançam mais que outras, além do grau de complexidade e incompletude da busca de soluções estruturais que contrapõem ao avanço do capital no campo por meio da subordinação camponesa.

Permanência na terra

O INCRA prevê três fases para a consolidação de um assentamento: criação, implantação e desenvolvimento. A primeira e a segunda fase preveem a aquisição das terras para fins de reforma agrária e, em seguida, publica-se a portaria de criação do assentamento. Posteriormente, realiza-se a seleção das famílias que serão assentadas na área, a homologação dessas famílias, a assinatura do contrato de cessão de uso e, finalmente, os pagamentos dos créditos iniciais na modalidade de apoio inicial e fomento. O apoio inicial é para aquisição de bens duráveis e de uso doméstico e de equipamentos produtivos, atualmente no valor máximo de 5,2 mil reais. O crédito fomento é um recurso para apoiar o início da produção para o autoconsumo com valor de 6,4 mil reais (INCRA, 2018).

A fase de desenvolvimento é uma fase estabelecimento de parcerias, convênios e articulação entre as esferas públicas para viabilizar: demarcação dos lotes, construção das moradias, distribuição de água, implantação da rede elétrica e abertura de estradas e assessoria técnica, apoio à agroindustrialização, políticas educacionais, políticas no âmbito da saúde e políticas sociais, entre outras (INCRA, 2018).

O que acontece na realidade é que essas etapas demoram muito ou muitas vezes nem se completam. Não são poucos os casos de assentamentos com 5 ou 10 anos de criados que não tem as casas construídas ou os lotes demarcados, ou assentamentos de 20 anos que não tem estradas ou água encanada. A incompletude e a inadequação da concretização da Política Nacional de Reforma Agrária dificultam a permanência na terra e, embora não aconteça com frequência, algumas famílias não se viabilizam na reforma agrária e abandonam ou arrendam suas terras.

Os assentamentos que compuseram a Rede, apesar de terem em média 10 anos de existência, não tiveram acesso a todas as etapas ou políticas previstas pelo INCRA. Ainda assim, foi observado que no tempo em que a Rede esteve organizada, as famílias que participaram dela permaneceram na terra.

A agroecologia como estratégia de luta por autonomia, como forma de luta na terra territorializa o campesinato impedindo processos de subordinação, ou seja, constrói autonomia camponesa que se materializa também na permanência na terra. Certamente os processos que envolvem a permanência ou não de famílias camponesas na terra são diversos, desde os de ordem pessoal ou do âmbito familiar até aqueles motivados pela não realização ou incompletude da Reforma Agrária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campesinato ao longo da história resiste, se perpetua em distintas formas e estruturas sociais. Essa “*teimosia*” mostra sua força pela diversidade camponesa, na economia multiativa, no trabalho de base familiar, e nas estratégias e lutas que impellem.

Em luta, esse campesinato se faz classe, seja no contexto mundial, contra o ordenamento do capital e as superestruturas criadas para promover e disseminar o neoliberalismo, seja na luta pela terra e reforma agrária, por demarcação de seus territórios e autodeterminação, como também fazendo luta na terra pela construção da autonomia em contraposição à subordinação ao capital.

Se por um lado o capital avança no campo, adquirindo novas porções de terras, expulsando e expropriando e subordinando o campesinato, por outro lado, integrar-se ao capital, subordinar-se a ele ou ser eliminado não é a única perspectiva do campesinato. Como formas e estratégias de luta, apresentei nesta tese a luta por terra e reforma agrária, compreendendo que o campesinato só se realiza e se estabelece a partir de sua base material - por meio do acesso à terra.

Porém, dialeticamente, o acesso à terra não garante a territorialização do campesinato, pois, por meio da subordinação, o capital pode se estabelecer ainda que em terras camponesas. Faz-se, então, necessário a constituição e consolidação do território camponês, a constante luta *pela* permanência, compreendida como luta *na* terra.

Portanto, pela perspectiva de luta *na* terra, destaquei o histórico e constituição do movimento brasileiro de agroecologia como uma forma de realizar a luta contra o capital. A

agroecologia, entendida em sua totalidade – movimento, ciência e prática, que orienta o manejo ecológico dos sistemas agrários envolvendo os aspectos produtivos, tecnológicos, os processos biológicos, socioeconômicos, culturais e políticos da produção, circulação e distribuição dos alimentos desde a escala local à escala global, - se estabelece como uma estratégia de consolidação dos territórios camponeses impulsionando processos de construção de autonomia camponesa.

Para defender essa tese, mergulhamos na realidade da Rede Camponesa de Agroecologia e na sua metodologia de operacionalização da agroecologia: os intercâmbios de troca de conhecimento fundantes da rede foram descritos, sua forma organizativa, a espacialização e territorialização dessa Rede. Ainda, realizou-se uma delimitação teórica do conceito de autonomia e suas dimensões, apresentando-a como relativa, construída historicamente por meio das relações sociais entre camponeses e destes com a sociedade na qual estão inseridos. Nossa perspectiva também entende a autonomia como dialética, ou seja, apresenta avanços e refluxos, amplia, mas também retrocede, sendo então um movimento constante de superação da subordinação, ao mesmo tempo que limitado pelo avanço ou estabelecimento dessa subordinação ao capital.

É importante salientar que autonomia camponesa possui como base material o território. Entendo aqui território como uma apropriação do espaço por relações sociais que o produzem e o mantêm a partir de uma forma de poder. Assim, podemos compreender que o campesinato, ao incorporar a agroecologia como estratégia de luta pela construção e ampliação da autonomia, produz um território, que compreendi como o território camponês agroecológico.

A pesquisa-ação ou pesquisa militante realizada buscou analisar os resultados/ impactos da agroecologia no território-rede forjado pela construção da Rede Camponesa de Agroecologia nas seguintes dimensões: acesso à terra e bens naturais; política/organizativa; mercado de troca de produtos; financeira; trabalho; conhecimento; alimentar e produtiva. Na dimensão política/organizativa, foi possível perceber que a agroecologia orquestrada pelos intercâmbios de troca de saberes foi capaz de impulsionar um agrupamento camponês que, organizado em rede, produziu ações desde a reorganização política nos assentamentos pertencentes à Rede e inserção em grupos e fóruns de articulação do campesinato. Além disso, estabeleceu relações com instituições e com poder público local, estadual e federal, com outras redes, com o movimento brasileiro de agroecologia e ainda ampliou a relação com outros movimentos sociais que se organizam em Sergipe.

Na dimensão do mercado de troca de produtos, a rede impulsionou as relações comunitárias do não mercado, ou seja, da troca de produtos sem a mediação do mercado, mas pela mediação das próprias relações sociais comunitárias. Ainda, os camponeses da Rede Camponesa de Agroecologia se inseriram em duas iniciativas de criação de mercados locais: as feiras da agricultura familiar e o coletivo do Cantinho da Roça.

Na dimensão do trabalho, a rede incentivou o trabalho coletivo, os mutirões e, dessa forma, reforçou as relações não capitalistas, não assalariada de trabalho. Ainda impulsionou iniciativas que ampliaram e fortaleceram as multiatividades inerentes ao campesinato. Na dimensão do conhecimento, os impactos e resultados foram observados nas inúmeras trocas durante os intercâmbios que possibilitou a construção do conhecimento agroecológico, desde as práticas agrícolas, os aspectos do planejamento e organização da produção, na relação com a natureza, mas também reconhecendo uma forma de produzir conhecimento com o protagonismo camponês.

Quanto à alimentação, a agroecologia foi capaz de valorizar a alimentação camponesa nas trocas de receitas, no preparo dos alimentos, no resgate e mudança de hábitos alimentares com perspectiva de enfrentamento a desvalorização e desqualificação da comida camponesa.

No que diz respeito à produção, observou-se que a agroecologia ampliou a autonomia camponesa ao aumentar a biodiversidade da sua produção. Estabeleceu-se um fluxo intenso de biodiversidade durante os intercâmbios: a cada encontro irradiava para as unidades camponesas diversas variedades de mudas, estacas e sementes. Essa diversidade de espécies complexifica e aumenta a resiliência dos sistemas agrários camponeses.

Um importante aspecto a se considerar é que o campesinato que constituiu a rede tem em seu histórico a expropriação e expulsão de suas terras. Resgato esse processo de luta pela terra para entendermos que, ao se reestabelecerem na terra, isso se dá numa terra que anteriormente pertenceu ao agronegócio, ao latifúndio; é nesse lugar que recriam a vida em comunidade, que se reconstróem camponeses. Assim, na luta por autonomia que passa pelos campos e currais, como elucidou Ploeg (2008), resgatar e ampliar a biodiversidade é essencial, ainda mais importante quando o campesinato em questão perdeu seu vínculo, por um determinado período, com sua base material (terra), perdendo, portanto, a diversidade que guardava.

No quesito financeiro, observou-se um problema comum de endividamento junto ao mercado de crédito. Discutimos as iniciativas individuais de algumas famílias camponesas para se livrarem desses débitos, que consistem no sobre-esforço do trabalho da família (aumentado a

produção para aferir mais dinheiro), estratégias de subordinação ao mercado de trabalho (assalariamento de algum membro da família) ou no reforço e ampliação da multiatividade com geração de renda a partir de outras fontes, na própria comunidade ou na unidade camponesa de produção.

Essas observações reforçam o caráter processual e relativo da autonomia, e permite analisar sua multidimensionalidade: se a ampliação de uma dimensão da autonomia altera também as suas outras dimensões, também é verdade que a subordinação ao mercado de crédito impacta nas outras dimensões da autonomia. Em outras palavras, significa que, ao permanecerem subordinados ao mercado do crédito, cria-se obstáculos maiores para a ampliação da autonomia camponesa nas demais dimensões. Além disso, as alternativas criadas para ampliar uma determinada dimensão da autonomia podem implicar, de alguma maneira, uma subordinação - como o exemplo da subordinação ao mercado do trabalho, ainda que momentâneo, como alternativa para sanar as dívidas e impedir a subordinação ao mercado de créditos.

No que diz respeito à dimensão de acesso a terras e bens naturais, foi observado durante a pesquisa que os camponeses que formaram a Rede Camponesa de Agroecologia permaneceram na terra, ainda que com os problemas e incompletudes do Programa Nacional de Reforma Agrária. Como já apontado, os processos que envolvem a permanência ou não das famílias camponesas na terra são diversos, mas, certamente, a agroecologia, ao construir e ampliar a autonomia camponesa, contribui com essa permanência.

Para concluir, considero que a agroecologia, impulsionada pela Rede Camponesa de Agroecologia, foi capaz de criar processos que contribuíram com a construção da autonomia camponesa, dando contorno e ampliando o território do campesinato por meio da luta na terra.

Dessa forma, espero que essa pesquisa (suas reflexões, conclusões e apontamentos) contribua para o fortalecimento do movimento brasileiro de agroecologia, reforçando as estratégias em curso de construção da autonomia camponesa; e que possa servir de subsídio para a retomada das atividades da Rede Camponesa de Agroecologia como um ponto de inflexão de sua própria trajetória, impelindo novos processos, novas ações e fortalecendo a luta contra o avanço do capital no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione. Agriculturas alternativas e a busca de autonomia: da crítica contracultural ao movimento social. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, Pontificia Universidad Javeriana, n. 45, pp.35-68, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2002.

BARTRA VERGÉS, Armando. **Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado**. La Paz: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica, 2010.

BARTRA VERGÉS, Armando. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BIAZOTI, André.; ALMEIDA, Natália; TAVARES, Patrícia. **Caderno de metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**. v. 6, p. 51-62, jan./dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-o-programa-democratiza%C3%A7%C3%A3o-inclus%C3%A3o-gest%C3%A3o-e-gera%C3%A7%C3%A3o-de-renda-da-agricultura>. Acesso em: fev. 2019.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Revista Lutas e Resistências**. v.1, p.146-162, set. 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, Horácio Martins de. De produtor rural familiar a camponês: a catarse necessária. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, mar. 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2009.pdf. Acesso em: abr. 2015.

CARVALHO, Horácio Martins de. Camponeses e a necessária busca do tempo perdido. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, abr. 2016. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/4artigodomes_2016.pdf. Acesso em: mar. 2015.

CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHRISTMAN, John. Autonomy in Moral and Political Philosophy. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Stanford, mar. 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/autonomy-moral/>. Acesso em: 07 dez. 2018.

COELHO, Jackson Dantas. Produção de mandioca – raiz, farinha e fécula. **Caderno setorial do Banco do Nordeste – ETENE**, ano 3, n. 44, set. 2018.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A expansão do agronegócio no campo de Sergipe. **Revista Geonordeste**, ano 22, n. 2, 2011.

CONCRAB. **Constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito**: uma visão desde os Movimentos Sociais do Campo. 2ª edição, Brasília: CONCRAB, 2007.

CUNHA, Jacksilene Santana. **O agronegócio do milho transgênico no oeste sergipano**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2014. São Paulo: NERA, 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

_____. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

DESMARAIS, Annette Aurellie. **A Via Campesina**. São Paulo: Expressão Popular e Cultura Acadêmica, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do campesinato brasileiro: formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999)**. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para a leitura geográfica dos movimentos sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Entrando nos territórios do território. In PAULINO, E. T.; FABRINE, J. E. (org.). **Campesinato e Territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008b.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato

como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (Coleção História social do campesinato brasileiro).

FERREIRA, Karoline Coelho. **Plantar, colher e comer com amor: estratégias de produção e consumo de alimentos da Rede Agroecológica Camponês a Camponês em Sergipe**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2017.

FONTES, Marília Andrade; RABANAL, Jorge Enrique Montalván; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. “A roça do futuro”: a construção da metodologia camponês a camponês no sul de Sergipe. **Revista Geonordeste**. Ano XXIV, n.1, p. 102-127, 2013.

FONTES, Marília Andrade; RABANAL, Jorge Enrique; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. O percurso da política pública de ATER e a experiência que vem desde baixo: rede de camponeses agroecológicos em Sergipe. In: RAMOS FILHO, E. S.; SANTOS, A. R. dos; SANTOS, L. R. S. (Org.). **Agrocombustíveis, trabalho e resistências territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GIARRACCA, Norma. **Cuando hasta las piedras se levantan**: Oxalaca, México, 2006. Buenos Aires: Antropofagia, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v.21, n. 54, p.439 – 455, set/ago. 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333 – 359, maio/ago. 2011.

GOMES, J. B. V; SOBRAL, L.F; MORAES, A. C. Solos e potencial de uso agrícola das terras. In: SIQUEIRA, E.R; SILVA, M.A.S; ARAGÃO, A.G. **Território Rural Centro Sul de Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manoel Ganzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GUZMÁN, Sevilla Eduardo. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de métodos e técnicas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n. 1, jan/mar 2002.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Agroecologia como estratégia metodológica de transformação social. **Revista Reforma Agrária e Meio Ambiente**. Brasília, ano 1. v. 2, p. 5-11, 2006.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. La Paz: Editora Plural, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Des-Caminhos e Perspectivas do Território. In: RIBAS, A.D; SPOSITO, E.S; SAQUET, M.A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. p. 87- 119.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília: MMA, 2006.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Campesino a Campesino: voces de Latino América, movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable**. Managua: SIMAS, 2008.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Chamada pública para contratação de serviços de ATES/INCRA SR 23, edital 01/2012**. Aracaju, 2012.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento> acessado em fevereiro 2019.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (Tradutores) do original: (La production de l'espace. 4e éd Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MANCIE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histórias das Agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. "Sem Terra", "Assentados", "Agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, Norma. **¿Uma nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p.103 – 128.

MOREIRA, Ruy. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o olhar geográfico sobre o mundo**. Revista ETC - Espaço, Tempo e Crítica. n. 1(3), v. 1, jun. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Silvio Gomes de. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA** (versão preliminar). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Caderno de Debate, n.1, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RABANAL, Jorge Enrique. **Campesinato, Território e Assentamento de Reforma Agrária: tecendo redes de conhecimento agroecológico**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

ROSSET, Peter; MARTÍNEZ-TORRES, Maria Elena. La Via Campesina e Agroecologia. In: **El libro abierto de La Via Campesina: celebrando 20 años de luchas y esperanza**. Yakarta, 2013.

SABOURIN, Eric. Práticas de Reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Revista Raízes**, ano XVIII, n.20, nov. 1999, p. 41-49.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHERER-WARREN. Das mobilizações às redes de movimento sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHUTTER, Oliver de. **The transformative potential of the right to food**. Relatório final. Genebra: ONU, 2014.

SCHWENGBER, José Ernani; SCHIEDECK, Gustavo; GONÇALVES, Márcio Medeiros. **Compostagem laminar: uma alternativa para o manejo de resíduos orgânicos**. Rio Grande do Sul: Comunicado técnico da EMBRAPA, 2007.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 8, n. 7, 2005. p. 1-21.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p.443-466, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2008.

VASCONCELOS, Carlos Alberto de. O uso do território pela citricultura e a permanência do trabalho infantil no centro-sul de Sergipe. 2009. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

VILLAR, Juliana Padula; CARDOSO, Maria Irene; FERRARI, Eugênio Alvarenga; SOGLIO, Fabio Kessler Dal. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, J.C.C.; ASSIS, W.S. de. (org). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

ZANELLI, Fabrício Vassalli. **Educação do campo e territorialização de saberes: contribuições dos intercâmbios agroecológicos**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

WEZEL. A., BELLON, S., DORÉ, T., FRANCIS, C., VALLOD, D., DAVID, C. **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review**. Heidelberg, dez. 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051%2Fagro%2F2009004>. Acesso em: jul. 2015.

ANEXO 1 – Modelo de Boletim da Rede Camponesa de Agroecologia